

PÁGINAS EXUMADAS

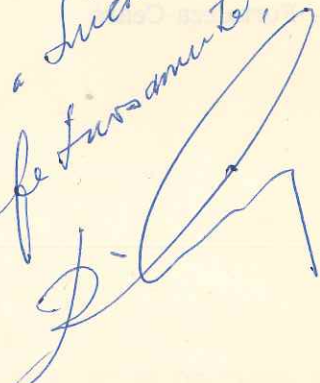


SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO

RAIMUNDO GIRÃO

RAIMUNDO GIRÃO

*Com o Celso e a Lucia,
afe. Suramute,*



PÁGINAS

19.10.82

EXUMADAS

FORTALEZA
SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO
1982

RAIMUNDO GIRÃO

c. 1982

SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO

Av. Pres. Castelo Branco, 255

60000 — Fortaleza-Ceará

IMPRESSO NO BRASIL

Catálogo na fonte BPGMP

Girão, Raimundo

G 515 p Páginas exumadas. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

1. Literatura brasileira — Miscelânea

I. Título

CDD B869.8

*Dedico estas páginas, assim revividas, aos que
comigo colaboraram na criação, instalação e es-
truturação da Secretaria de Cultura do Estado:*

*Virgílio Távora
Plácido Aderaldo Castelo
Mozart Soriano Aderaldo
Rui Guedis
Braga Montenegro
Otacílio Colares
Manoel Albano Amora
Stênio de Carvalho Lima
João Ramos de Medeiros
Heloísa Juaçaba
Celne Brasil Girão
Teresa Sampaio e
Laudomiro Pereira,*

*e aos que, dando-lhe maior brilho, me sucede-
ram no para mim honroso cargo de Secretário:*

*Ernando Uchoa Lima,
José Denizard Macedo de Alcântara e
Manuel Eduardo Pinheiro Campos.*

Secretário de Cultura e Desporto
MANUEL EDUARDO PINHEIRO CAMPOS

Diretor do Departamento de Cultura e Esportes
JOSÉ ACÚRCIO BARROSO FILHO

Presidente do Banco do Estado do Ceará
LUIZ GONZAGA FURTADO DE ANDRADE

Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Ceará
LUIZ NIVARDO CAVALCANTE DE MELO

A publicação desta obra tornou-se possível graças ao apoio da Secretaria de Cultura e Desporto, Banco do Estado do Ceará e Imprensa Oficial do Ceará — GOVERNO MANUEL CASTRO FILHO.

S U M A R I O

Introdução	9
Saudando Câmara Cascudo	11
Vinte séculos da Cidade-Luz	15
Joaquim Alves	21
Grandes movimentos políticos saíram do Cariri	27
Adeus ao mestre	37
Filgueiras Lima	41
Homenageando o Padre Azarias	47
Rodrigues de Carvalho também cearense	51
Campos do Ipu e carritéis de linha de pedra	60
Desenvolvimento econômico e desenvolvimento cultural ..	78
Medalha do mérito cultural da UFC	89
A Incapacidade de julgar	94
Precisou-se do Ceará na independência	105
Medalha da Abolição	119
Medalha José de Alencar	122
Centenário de Morada Nova	125
A Presidência de Honra	136
A Dignidade dos Acióli	139
Um Homem	142
Matos Pereira	145
O moto-contínuo do Manuelito	151
Pedro Ferreira	154
O Plutarquiano Weyne	157

S U M A R I O

Introdução 9

Saúde da Câmara Gesse de 11

Vista aérea de Cidreira-Luz 16

João de Alencar 21

Grandes momentos políticos da Câmara 23

Abreu de modo 27

Filipe de Lima 31

Homologando o Povo Alencar 34

Rodrigues de Carvalho também cearense 36

Campanha do Igu e carne de bife de pato 38

Desenvolvimento econômico e desenvolvimento cultural 42

Medida do meio cultural de UFC 46

A importância de julgar 48

Partido de Ceará na independência 102

Medida de Adolpho 112

Medida José de Alencar 122

Centros de Morais Nova 124

A Presidência de Honor 126

A dignidade dos Arde 130

Os Honras 132

Mais Petróleo 134

O meio-continuo de Manuelito 136

Pedro Ferreira 138

O Prolongado Weyner 142

I N T R O D U Ç Ã O

ANIMADO pelo espírito e jeito coordenador de meu neto, o médico José Eurípedes Maia Chaves Júnior, e estimulado pelo velho e sempre estimado amigo, Dr. Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Secretário de Cultura, Desporto e Promoção Social do Estado, que me garantiu publicá-los, concordei em trazer a lume, em forma de livro, alguns trabalhos meus de diversa ordem e lançados em tempos diversos, a fim de que pudessem ser conhecidos do público leitor de nossos dias.

Uns são inéditos, outros foram divulgados em páginas de jornais: tanto aqueles como estes jaziam ou no pequeno depósito de meus arquivos ou no **cemitério** das Hemerotecas, só consultadas, de raro em raro, por quem se anima de realizar pesquisas para escritos seus.

Os trabalhos aqui selecionados se não têm outra valia, possuem a de relembrar fatos e pessoas **esquecidas**, mas que não podem deixar de ser avivados, a bem do melhor conhecimento do nosso passado cultural.

Se, com isto, me inquinarem de vaidoso, aceito a pecha, pois que, realmente, me envaideço com oferecer à Cultura de nossa terra algo que, de alguma forma, lhe possa ser útil.

Agradeço, sinceramente, ao querido neto e ao querido Amigo as suas valiosas contribuições, e, bem assim, antecipadamente, aos que porventura me vierem a ler pela concessão, generosa, de alguns minutos à leitura do que com tanto gosto deixei no papel.

Raimundo Girão

15.5.82

INTRODUCTION

The first part of the book is devoted to a general survey of the history of the subject. It begins with a brief account of the early attempts to explain the phenomena of life, and then proceeds to a more detailed consideration of the various theories which have been advanced from time to time. The author's object is to show that the modern theory of evolution is the only one which is in accordance with the facts of nature.

The second part of the book is devoted to a consideration of the evidence in favour of the theory of evolution. It is divided into two sections, the first of which deals with the evidence derived from the study of the fossiliferous rocks, and the second with the evidence derived from the study of the living organisms.

The third part of the book is devoted to a consideration of the objections which have been advanced against the theory of evolution. It is divided into two sections, the first of which deals with the objections which are based on the facts of nature, and the second with the objections which are based on the facts of human history.

The fourth part of the book is devoted to a consideration of the applications of the theory of evolution. It is divided into two sections, the first of which deals with the applications of the theory to the study of the human mind, and the second with the applications of the theory to the study of the human body.

The fifth part of the book is devoted to a consideration of the conclusions which have been reached by the study of the theory of evolution. It is divided into two sections, the first of which deals with the conclusions which are based on the facts of nature, and the second with the conclusions which are based on the facts of human history.

Edinburgh 1881

18.5.81

SAUDANDO CÂMARA CASCUDO

Nunca foi possível anular a força das fórmulas, o mesmo das praxes.

Como que os rituais vestem melhor as coisas, dando-lhes expressão mais inconfundível. O cerimonial inere aos atos mais solenes e pô-los a nu seria tirar-lhes o expressionismo, torná-los dessabidos.

E embora a simplificação, que vem caracterizando a vida moderna, continua o poder das fórmulas, irresistivelmente.

Aqui está, neste instante, como não se pode fugir à pragmática: Câmara Cascudo, o escritor por demais conhecido dos brasileiros, ter de ser apresentado aos cultos frequentadores desta Casa.

Mas o sol não precisa de trombetas para dizer que vem. Anuncia-se com a chegada mesma, no brilho intenso da sua luz.

Não necessita de que alguém o mostre, pois o seu fulgor é a sua apresentação.

Eis porque somente pro-forma está sendo indicado o ilustre intelectual patricio a esse auditório.

Já tem esplendor solar a obra de Luís da Câmara Cascudo, e não sei que papel é o meu agora ao querer recomendá-lo ao apreço dos ouvintes. Valha-me a escusa de que o estou fazendo por obediência a uma determinação — a ordem que recebi da diretora deste cenáculo, sem poder desta vez, como conseguira de outras, esquivar-me ao delicioso ônus.

É exato, como sentenciou Cícero, que “ninguém tem obrigação de obedecer àquele que não tem direito de mandar”, mas, no caso, a Dra. Henriqueta Galeno possui direito farto, sobejo, como criadora e anjo tutelar desta “Mansão das Letras”, da qual sou modesto servidor, até meio relapso e fugidío. É, com efeito, difícil resistir a uma imposição dessa ordem, principalmente quando se sente em si, também, o desejo de obedecer. Ora, quem não teria a vontade de estar, como

estou, honrando-se e alegrando-se com uma apresentação destas?

Meus senhores:

O nome do escritor que homenageamos tem limites além-fronteiras, passou da área nacional e se pronuncia no estrangeiro, lá fora. Estou, certamente, repetindo o que todos sabem, porém a bibliografia de Câmara Cascudo não é mais tão pequena que lhe possam todos conhecer a extensão e o mérito. Realmente, o espírito insujeito do escritor não permitiu que ele a restringisse a um setor apertado e o levou à diversidade. E, sem perder a força de observação e penetração próprias das obras de alta valia, a sua produção intelectual derramou-se em sentidos vários, sugestivamente.

Vê-se pelo jeito e temperamento de Cascudo que se lhe não adequariam os estudos poço-profundo, as pesquisas verticais, absorventemente de alto a baixo, desses que examinam e dissecam durante vinte anos uma perna de formiga ou uma pata de moscado. Antes, de longe se nota a sua inclinação para a horizontalidade, para a inatisfação dos aspectos, viajando a sua inteligência febril soltamente, na ânsia de tocar em tudo.

Por isso não ficou só nos domínios da história, nem nos da literatura, nem nos da etnologia, nem nos do folclore e sim, ao contrário, perlustrou-os um a um, colhendo material para a elaboração de livros notáveis, gostosamente lidos e apreciados.

Objetivando assuntos históricos, produziu — e enumeramos tudo por alto — produziu **História que o Tempo Leva**, **Lopes do Paraguai**, **Governo do Rio Grande do Norte**, **Informações de História e Geografia**, **Geografia do Brasil Holandês**, **História da Cidade do Natal**, e traduziu a **Travels in Brasil** de Koster, prestando com isto valioso serviço aos estudos brasileiros.

De cunho literário nos deu **Alma Patrícia**, **Joio**, **Os Melhores Contos Populares de Portugal**, **Contos Tradicionais do Brasil** e colocamos neste meio a sua aprumada **História da Literatura Norte Riograndense**.

Todavia, é a interpretação folclórica o seu grande campo, digno êmulo de Leonardo Mota — o expoente maior da literatura oral brasileira. **Vaqueiros e Cantadores, Antologia do Folclore Brasileiro, Geografia dos Mitos Brasileiros** são produções centrais, másculas, capazes de consolidar, como aconteceu, o renome de um autor.

Muitas associações culturais do País, da América e da Europa o distinguiram com o título do sócio e lhe fizeram justiça.

Não as minunciarei, que seria longo, e de tudo se induz que realmente carece de apresentação este que nos vem mimosear com uma conferência sobre a “Vida Poética de Juvenal Galeno”, o **fortunate senex** inspirador deste salão de cultura, hoje todo vibração, comemorando o seu trigésimo aniversário. Seis lustros de vitórias constantes.

Infinitamente nos alegra, amigo Câmara Cascudo, vê-lo aqui atendendo delicadamente ao convite feito, tocando à sensibilidade dos fiéis deste templo da inteligência cearense, já acostumados à satisfação das homenagens aos sacerdotes que se achegam deste altar da religião do pensamento.

A sua comparência ao chamado da “Casa de Juvenal Galeno” bem traduz a bondade da sua aceitação, fazendo-nos agradecidos, mas tem significação de maior eloquência e é a de que ela traz o delicado cordel de uma aproximação cultural que, dia a dia, é mais imperiosa e necessária.

Já se fez sedição a imagem de João Ribeiro comparando demograficamente o Brasil a um arquipélago humano, de núcleos entre si meio estanques, retardando a aglutinação nacional para a consistência de uma civilização mais firme. Pois mais triste será verificar que há, desgraçadamente, um arquipélago cultural, de ilhas espirituais distanciadas, conquanto às vezes até fisicamente paredes-meias.

Olhe-se para o nosso caso, Cascudo Amigo, de dois Estados territorialmente limítrofes, porém tão separados no tocante às coisas culturais, ignorando-se mutuamente, sem nenhum intercâmbio das mercadorias do espírito.

É uma anomalia que exige correção e devemos-nos impor o esforço de fazê-lo.

Até ontem o fator geográfico das comunicações difíceis servia de pretextos à indiferença danosa e, no entanto, a justificativa não entoa mais.

Se há, e por certo há, causas que impedem o comércio intelectual, vamo-lhes à explicação e sem demora tentemos afastá-las, para favorecer as permutas.

Há ingente precisão das interrelações das idéias e nós aqui no Ceará, dando asas ao nosso nomadismo tão comentado, nos impacientamos com o marasmo existente.

Você nem imagina como vivemos carentes dessas trocas culturais e como que nos domina um novo canibalismo — este de atrair, absorver, assimilar tantos quantos hão vindo oferecer-nos pratos apetitosos como a sua conferência daqui a pouco.

Então nesta Casa, prezado Cascudo, de modo especial há um invencível desejo, uma espécie de fome que nos faz pre-degustar, ante-saborear as guloseimas da beleza e da arte.

De bom pasteleiro saem sempre bons pastéis e a fama dos produtos trazendo a marca da fábrica não os deixa por muito tempo nas prateleiras. A freguesia — bem se percebe — mostra-se insofrida, e longe de mim, que lhe sou de todo solidário, longe de mim procrastinar-lhe a degustação.

Guarde no peito a certeza da nossa estima e comece, pois, a sua conferência, saciando-nos, a nós os canibais da nova espécie.

(Na Casa de Juvenal Galeno, noite de 27.09.1949)

VINTE SÉCULOS DA CIDADE-LUZ

Comemora-se neste momento e até dezembro do corrente ano o bimilênio de Paris.

Transborda de júbilo o mundo civilizado, lembrando festivamente o notável acontecimento, e Fortaleza o faz durante uma semana — a que ora decorre — ajuntando às de todas as suas homenagens de simpatia e admiração.

Sempre cultivou o Ceará a amizade à França, tocado dessa espécie de veneração que os homens de todas as nações devotam à Pátria da Inteligência. “La ou est la France, lá est notre patrie” — acresceríamos a Gambetta no célebre discurso de 29 de setembro de 1872, em Thonon.

Seria o amor da França — já foi dito — uma predestinação dos brasileiros e não há lirismo só nessa afirmação, pois que, embora descoberto e colonizado por portugueses, bem logo aos primeiros transe da sua formação histórica passou o Brasil a receber os eflúvios das inspirações francesas.

Sem levar em conta os fatos que se relacionaram com as tentativas de implantação de uma sonhada “França Antártica”, quando ao tempo de Henrique II pôde Villegagnon situar-se na baía do Rio de Janeiro, com a deliberada intenção de ali preparar refúgio aos perseguidos religiosos da Europa, e mais tarde a da não menos efêmera “França Equinocial” de La Ravardière, no Maranhão, instigados pelo apoio de Maria de Médicis, feitoria de que resta como significativo vestígio o nome da cidade de São Luís, dado em honras ao Delfim Luís 13; sem levar em conta, outrossim, quantos demais contatos mantiveram nas costas brasileiras outros nautas ou aventureiros gauleses sem esquecer Du Clerc e Duguay-Trouin, — não se pode deixar de considerar evidente e forte a influência francesa em nossa evolução política e intelectual.

E basta lembrar que a nossa “Inconfidência”, tão tragicamente encerrada, foi produto das idéias radicalmente renovadoras dos Enciclopedistas, dirigidos por Voltaire, Diderot, D’Alembert e muitos mais, e que a não menos cruenta rebe-

lião pernambucana de 1817, de cunho essencialmente nativista, se gerou animada das agitações doutrinárias secretamente fermentadas no afamado "Areópago de Itambé", criado pelo naturalista Arruda Câmara para efetivação, neste lado do Atlântico, dos princípios reformistas da franco-maçonaria por ele aprendidos nas aulas da Universidade de Montpellier.

E veio, logo mais, trazido por D. João VI, o influxo cultural dos artistas e cientistas franceses: de Lebreton, Debret, Nicolas e Auguste Tonny, Simon Pradier e mais, que fundaram e organizaram a Escola Nacional de Belas Artes; do arquiteto Glazion construindo os admiráveis jardins do Rio de Janeiro: o do Campo de Santana, o da Quinta da Boa Vista, o Passeio Público; e de tantos estudiosos das ciências naturais que, pelo Brasil a dentro, esmiuçaram a nossa flora e a nossa fauna e divulgaram ao mundo as riquezas naturais e a potencialidade do nosso território, tais como D'Orbigny, Saint-Milaire, Ferdinand Denis, Castelnan, o barão de Bougainville, Du Petit Theonars, Roussin, Réclus, Gorciex, o instalador da nossa primeira escola de Minas — a de Ouro Preto, em Minas Gerais.

Não sei de outro país da América que haja recebido maior contingente de influência francesa do que o nosso, nas belas letras, nas idéias filosóficas, nas artes, na moda, no bom gosto, nos ensinamentos das ciências: "La France nous facine: vers elle une force irresistible nous attire et nous y voyons aussi la marque de notre destinée."

O gênio latino responde por esta aproximação fraternal, que faz dos nossos homens responsáveis oscilantes gira-sóis em busca das luminosidades e dos esplendores do Sena. O molde francês ajusta continuamente a nossa evolução mental, e é com espontânea e deslisante inclinação que temos preferido, até hoje, os encantos da literatura francesa, da educação francesa, dos artigos e produtos franceses.

De modo particular nós cearenses habituamo-nos a ver a França com as tintas cor de rosa de uma terna afeição. Já, certa vez, tive ensejo de mostrar as razões dessa preferência

sentimental e proferi desprezível palestra sobre o tema — “Franceses no Ceará”.

Muitos motivos explicam o nosso enternecimento pelos franceses, inclusive o de saber que durante quase um século as nossas atividades comerciais, assim as internas como as externas, foram reguladas e sustentadas, na mor porte, pelos Boris, senhores de uma organização de segurança e firmeza nas transações e homens que pela sua bondade pessoal e o cavalheirismo das atitudes condicionaram — pode dizer-se — o equilíbrio da nossa economia geral. Ainda sentimos, bem ao morno, a beleza dessa elegância moral e o fino trato dos Boris fixados na figura candurosa e amiga do nosso companheiro Bertrand — lídimo espécime dos varões ilustres que se foram, e no aprumo e comunicatividade de Francis Bloc, que acaba de ingressar nesta Companhia de Amizade e de Pres-timosidade.

Tal como se fala, comumente, num Brasil francês, existe, pois, um Ceará, francês, superposto delicadamente ao subtrato da nossa formação lusitana.

Companheiros:

O objetivo determinado desta nossa reunião semanal é solidarizar o nosso Clube com as homenagens a Paris, a capital da França e seu grande símbolo.

Dois mil anos no recuo das idades levam-nos às origens da luminosa cidade, quando, meio século antes da começada era cristã, as legiões romanas, comandadas por Labieno, general de César, venceram as destemerosas tribos dos Parisii, etnicamente gaulesas, e se apossaram da sua sede, a Lutécia, localizada na ilha do Sena, hodiernamente chamada a “Ile de la Cité”. Em vez de destruí-la, restaura-lhe Labieno a vida do comércio fluvial dos Parisii e a Lutécia refloresce e cresce e se consolida para a sua milenária sobrevivência. Daí porque a simbolização heráldica de Paris é um navio que *fluctuat nec mergitur*: nunca submergerà, antes flutuará sempre.

E, efetivamente, jamais deixou Paris de alçar-se firme e vitoriosa nas águas revoltas das suas tragédias, que nenhuma

outra cidade as teve tantas, numa sucessão difícil de vicissitudes.

Suportou cercos e lutas íntimas as mais atrozes, a começar pela dos bárbaros de Atila, do qual se salvou graças à coragem incitante da moça camponesa Genoveva, depois santa e padroeira da cidade.

No ano de 886 quase a destroem os normandos, mas tiveram que recuar a golpes de machadadas e jatos de azeite fervente que lhes mandavam os parisienses, animados por Eudes, filho de Roberto o Forte, e pelo irmão Roberto.

Em 1590 resiste ao sítio de Henrique IV, ajudada pela bravura do Duque de Nemours e pelos abastecimentos que lhe mandou dos Países Baixos o Duque de Parma, mitigando a fome dos sitiados já devorando a carne de gatos e cães e fatias do afamado pão de Madame de Montpensier, feito de farinha de ossos de defuntos.

Capitula em 1815 aos aliados vencedores de Napoleão e, em 1871, aos alemães de Bismark, cujas tropas penetram a cidade com as ruas totalmente desertas. E sabemos, porque é dos nossos dias, como foi dominada pelos soldados de Hitler, durante a última grande guerra.

Vimos como todo mundo chorou com lágrimas de dolorosa amargura a queda de Paris, e como a cidade escreveu no livro dos mártires guerreiros nova página de heroísmo e fé na eternidade da França: "Qui est belle cette âme de la France!..."

Sim, a França sobreviveu numa ressurreição de Cânticos maravilhosos, e Paris resplendeu na magnitude da Cidade Luz, que sempre fora, Cidade da Inteligência, Cidade da Cultura, Cidade da Alta-Moda, Cidade da Beleza, Cidade da Harmonia estética, Cidade da Fraternalização cosmopolita, Cidade do Amor, Cidade Luz!

Cidade espelho de facetas incontáveis, como escreve René Huyghe, espelho onde tudo se reflete, toma corpo e vida, que durante mais de dez séculos trabalhou pacientemente para tornar-se o centro onde se confundem e se fazem intensas as imagens diversas e múltiplas da França com as suas cincuen-

ta províncias... e quando se diz Paris se fala da França, pois que há três séculos enfeitou a Europa em torno de si e quase o mundo todo, Paris centro refletivo e ao mesmo tempo animador, aonde de toda parte vão tantas coisas e para onde tantas coisas vêm de toda parte, aonde tudo converge e resalta em esplendor e claridade.

Cidade inconfundível, incontrastável, sem igual, embora as haja maiores — Londres, Nova-York, porventura outras — mas diferentes, sem símile na voz das coisas, no movimento das coisas, no ritmo das coisas, na estratificação espiritual do seu conjunto, repositório inesgotável de contemplações e interpretações, de encantos, de espiritualidade divinizante.

Sente-a, assim, incomparável e inigualável quem esteve lá, exclamando à falta de uma definição: aqui é Paris! E igualmente a sente que não a tocou, mas sabe alcançar do mesmo modo as delícias perfumosas das essências sorvidas à distância.

É o segredo de Paris, segredo de mulher que se diviniza na sua beleza em si, no requinte da sua formosura, sem o artifício dos atavios, a beleza feminina de que nos fala Sócrates, iluminada por uma luz que nos leva a contemplar a alma que tal corpo habita e que não podemos deixar de amar também como a este se ambos são identicamente formosos.

A beleza da alma de Paris em paridade com a beleza do seu conjunto estético, o conjunto dos seus palácios e jardins, dos seus museus, dos seus monumentos, dos seus teatros, dos seus **boulevards** majestosos rasgados pelo gênio técnico de Haussemann como quem rasga horizontes para as mais ousadas aspirações.

Eis porque existe o culto de Paris como se fora uma Cidade Deusa, a receber no seu pedestal de glórias, oferendas e hinos de todas as gentes numa idolatria helénica de sedução e ternuras, de garrídice e arrebatamento entusiástico.

Mr. Vincent Espana:

Percebestes já, por certo, que o intérprete do Rotary Club de Fortaleza não finje, não diz só por dizer no louvor, nesta hora, à cidade capital de vosso País.

Fala-nos ele à **couer onvert**, saídas as palavras com a força que devem ter para traduzir as nossas alegrias nesta manifestação de carinho ao povo francês.

Recebei, pois, nas vossas mãos francesas, as florezinhas singelas, mas trescalantes da nossa homenagem e levaí-as à

Ville auguste, cerveau du monde, orgueil de l'homme,
Ruche immortelle des esprits,
Phare allumé dans l'ombre au Sant Athene et Rome,
Astre des nations, Paris!

(Palestra no Rotary Club de Fortaleza-Centro, em 1951, com a presença de Mr. Vincent Spana, representante da França, junto às Associações Culturais Franco-Brasileiras.)

JOAQUIM ALVES

Nesta homenagem que se presta, como se estivera vivo, a Joaquim Alves, falo em nome da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará. A este ele pertenceu desde 5 de janeiro de 1943, data do seu ingresso, até a do seu falecimento, faz hoje 365 dias. Nove anos e meio conviveu conosco, numa excepcional assiduidade, pois não faltava às sessões e diariamente vinha à sede do Instituto, onde se demorava em palestra sempre animada e dava ansas a uma das suas indomináveis manias: a de passar livro por livro, folhetos de nossa biblioteca — dos já existentes e dos que chegavam — a ler apenas a folha de rosto de uns que lhe não interessavam, e a fixar-se na leitura de outros, mais prestantes às suas investigações.

Daí porque, sendo eu um dos sócios também mais frequentadores, até por força do cargo que exerço desde muito na instituição pude estudar o Joaquim mais detidamente, como se fora um médico a examinar o enfermo numa auscultação repetida, para conhecer-lhe afinal a patologia. Fiquei, realmente, conhecendo o inquieto rebento dos Tinins, como eu costumava dizer, relembrando a sua origem genealógica naquela longínqua região do Jardim, nas fraldas quase pernambucanas do Araripe. Nascera ele ali, com efeito, em 10 de fevereiro de 1894, filho legítimo de Manuel Alves Tinin de Oliveira e Maria Alves Magalhães de Oliveira, no começo agricultores e depois comerciantes, até se mudarem para Fortaleza, trazendo o filho com apenas quatro anos de idade.

Foi nesta Capital que Alves estudou as primeiras letras, seguindo os cursos noturnos dos meninos pobres que são forçados ao trabalho ganha-pão durante o dia. A humilde mas útil e dignificante profissão de tipógrafo foi o seu, de começo, e compondo as produções intelectuais dos outros é que aprendeu o necessário para preparar as futuras suas, incansavelmente jogadas aos prelos em livros, artigos de revistas e jornais, em plaquetas sobre assuntos os mais diversos.

Conseguiu titular-se em Odontologia e como arrancadentes exerceu o mister no interior do Nordeste, andando pelo Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí, sertão afora e adentro, aliviando os sofrimentos dos clientes com a dor dos arrancamentos a buticão, mas, ao lado dessa missão itinerante, dedicava os lazes à observação dos aspectos regionais, os hábitos, as tendências, as crenças, o linguajar daqueles habitantes sertanejos e serranos, de existência tão singular, por força do meio geo-físico e das condições sociais em que nasceram e se fizeram.

Esse estágio de clínica dentária de Joaquim Alves forneceu-lhe grande parte dos elementos que utilizou na preparação das suas obras, na maioria, em verdade, tentando a interpretação da zona do Cariri, a começar da sua estréia com — **Nas Fronteiras do Nordeste**, livro que recebeu ruidosa referência dos críticos, e no qual o autor, como se estirando em divagações muito largas sobre a influência dos fatores telúricos e étnicos na formação da sociedade nordestina, procurou dar o sentido sociológico das populações do Nordeste e sertões limítrofes, na sua feição mística, focada especialmente a questão religiosa do Juazeiro do Ceará.

Sobre o vale do Cariri inseriu na **Revista do Instituto** seguro ensaio de estatística e geografia física e humana, e ainda acerca da região nos deu, através da mesma **Revista**, outro não menos firme esboço — “Juazeiro — Cidade Mística”, a meu ver a melhor síntese que chegou a escrever, manejando, com maior habilidade, a sua pena de sociólogo autodidata.

Já aqui pudemos concluir uma verdade sobre Joaquim Alves: — é que lhe faltavam convenientemente as fundamentais humanidades, pois não tivera tempo, senão, para possuí-las fracamente, e também o lastro filosófico indispensável às difíceis lucubrações da Sociologia; porém, a despeito disto, penetrou este conhecimento, afoitamente e, conquanto algo de oitiva, guiado pelas próprias intuições, encarou sociologicamente os fatos nordestinos, notadamente os relacionados com aquela citada zona dos Cariris Novos.

A carência de sólida base humanístico-filosófica supria-a Joaquim com as pinceladas de umas noções gerais da matéria, jeitosamente traçadas, e de logo entrava no assunto estudado, que armava ordinariamente bem, dando impressão, no conjunto, de que o conhecia na explicação das causas ou origens primárias.

Não era isto, como se diz na gíria, uma **tapeação**, e sim proveitoso recurso de que se valia para deixar traduzidas de modo mais corretamente vestidas as suas idéias e deduções.

E admira como o tenha conseguido em tantas coisas sobre que publicou trabalhos, mais simples uns, outros mais sérios, numa continuidade quase imoderada, pela imprensa diária e pelas páginas mais duradoiras das obras de dorso.

Nasce, aqui, em vez de outra conclusão, uma pergunta: como lhe fora possível produzir assim incessantemente, ele que era visto a todo momento nas ruas da cidade, nos cafés, nos estabelecimentos de ensino de que era professor, nas sessões e reuniões de caráter cultural, quantas houvesse?

Nunca saí à cidade, nem jamais freqüentei essas reuniões que não o encontrasse, fazendo **blaque** a qualquer pretexto, na sua alarmante, tonitruante, vamos dizer às vezes talvez incomodante gargalhada, que passou a ser o seu, como agora se diz, "Prefixo sonoro" por todos os ângulos desta urbe de Matias Beck, já a ela por fim gostosamente habituada. Era eu rapazinho de 18 anos e senti o espanto de ouvi-la, às primeiras vezes, em ressonância de quebradas de serra, quando ele metido em estudos do socialismo barato, com outros secretários moradores na Avenida do Imperador, estourava daquele modo, intrigando a quem não conhecia a esquesita maneira de rir mais abertamente. Se para os mais da classe erudita e da estudantil era chamado Professor Joaquim Alves, para os outros em geral era conhecido como o "Joaquim da gargalhada."

Conta-me a Professora Conceição Sousa, nossa estimada colaboradora do Instituto, como sua bibliotecônoma e sobretudo como sua leal amiga — conta-nos a Conceição que certo dia Joaquim chegou à biblioteca, onde comumente nos reu-

nimos, sócios e visitantes, e aí deu com os olhos no gorduroso corpo do poeta gaúcho Henrique Gonzalez, tão gordo quanto careca, e, depois de cumprimentá-lo, indagou: Como se chama o amigo? — Henrique Gonzalez, e foi o bastante para reventar o Joaquim numa das suas estridentes risadas. E no correr da conversa perguntou mais. Anda a passeio? — Sim, gosto de visitar, em todos os Estados que ando, as bibliotecas, as livrarias, os sebos, porque amo extremadamente as coisas culturais. Outra risada igual, e podemos avaliar como contrafeito não ficou o Gonzalez, que nunca o vira dantes. E ainda outra indagação: — Ah, o Sr. é escritor, então anda em viagem de pesquisas? — Não, sou distribuidor de uma Casa de produtos farmacêuticos e apenas aproveito as horas vagas para os meus derivativos intelectuais. Uma terceira e intempestiva gargalhada foi a réplica do Joaquim, que saiu ato seguinte, despedindo-se ao ligeiro. Gonzalez caiu em silêncio de estupefação e, refeito, pediu a Conceição lhe esclarecesse que homem era aquele com quem acabava de falar. E só após as informações recebidas é que pôde compreender e indulgenciar tamanha indelicadeza à queima-roupa, fazendo-se seu amigo, depois.

Suponho que a gargalhada joaquina, com ser também temperamental, era mais um desabafo, uma válvula de escape aos seus complexos — que todos os temos — de indivíduo que à custa de inteligência, cresceu a nível intelectual e social superior ao que a sua humildade econômica inicialmente o chumbara, e de pessoa que trazia dentro de si, silenciosamente, a angústia de uma fobia — o medo de uma traição cardíaca, igual, porventura, a que lhe matara o irmão mais velho, na exata hora em que pronunciava um discurso. Este fato ele o relatava, e se confessava apreensivo e doido para acabar, toda vez que se desincumbia de uma tarefa oratória. Freud explicaria essa simulação sem maior dificuldade.

Podemos também sacar, nestas alturas, outra conclusão: o neto dos Tinis jardinenses era um displicente muito *sui generis*; não se lhe dava muito que as coisas ou os fatos se mostrassem deste ou daquele modo.

Por natureza, ou seja por algum recalque, não emprestava, aparentemente, melhor apreço ou atenção ao que lhe diziam uma notícia, uma comunicação, uma advertência. Saía-se com o gracejo de que — “é uma embromação” (termo muito seu) e não fixava comentários a respeito, salvo, muito de raro, na maioria dos casos, para não concordar. Todavia, não teimava obstinadamente, não se acalorava. Quando estivesse para tanto, gargalhava e saía. Nunca o vi colérico.

E assim foi conquistando as simpatias da gente cidadina, dos colegas, dos estudantes, que o amavam deveras, considerada a sua bondade na distribuição dos conselhos e das notas nos exames.

Veio a ser universal na vida de Fortaleza, nas rodas onde a sua prosa era solicitada, nas agitações barulhentas dos ginásios, onde ministrava aulas em número acima da capacidade comum, aligeirando-as, portanto, às vezes, e nas tertúlias dos centros ou grêmios de cultura aos quais, quase todos, pertencia.

Já referi acima que era um onipresente, tomadas as suas horas diuturnas com os deveres profissionais e as facécias das “causeries” onde chegasse, e repito-o para salientar, mais um turno, a sua grande qualidade de cultor das letras, nas mais variadas facetas. O Joaquim dava em tudo. Iniciou ou ajudou eficazmente muitos movimentos culturais no Ceará. E se corrermos a vista na relação dos seus escritos veremos que são numerosos e versam os temas mais diferentes: história, estatística, geografia, etnografia, folclore, antropologia, pedagogia, crítica literária, economia política. Certo dia publicou um artigo sobre maternidade, e com monumental e ondulante gargalhada, musicalmente solta com todos os sustenidos e bemóis, é que respondeu a uma curiosa pergunta minha, a respeito.

A sua prolífera cabeça despejava assim tantas produções, ora por amor da ciência mesma, que ele tinha ascendrado, ora pela necessidade de convertê-la no miserando dinheiro com que parcamente se pagam, em nossa terra, os artigos de imprensa e serve, não há dúvida, para alimentar os filhos de muitos escritores pobres de moeda.

Nas Fronteiras do Nordeste (1929), Estudo de Pedagogia Nacional (1939), Autores Cearenses (1949), O Vale do Cariri (1946), Juazeiro — Cidade Mística (1949) e História das Secas no Ceará, este a imprimir-se, são as árvores mais frondosas nesse milharal das suas atividades mentais.

É preciso que alguém pense desde já, se antes já, talvez, não pensou, em levantar a biografia de Joaquim Alves, conscientemente pesados e medidos os seus méritos de inteligência, caráter, amor do saber e tenacidade na luta pela vida.

Por certo não poderia eu fazê-lo em momento como este, ainda de simples lembranças mais atenuadas e sentimentais, nem o saberia jamais, a contento. Indicado pela Academia de Letras, pelo Instituto do Ceará para trazer a esta sessão a sua sôndariedade integral, quis tão só riscar para os futuros biógrafos alguns ligeiros traços da personalidade do nosso saudoso companheiro, o ocupante na Academia da Cadeira de que é patrono Barão de Studart, e no Instituto, da Cadeira número 1, que para honra sua foi a de Paulino Nogueira, Rodolfo Teófilo e Carlos Studart Filho (este ainda felizmente vivo) e será, daqui dias mais, o assento do sócio, já eleito José Guimarães Duque, nome que, de si mesmo, prenuncia uma confiança e outra honraria.

Joaquim muito deu às duas instituições e daí estarem certas de que muito lhe devem. E para manifestar o muito da gratidão de ambas é que me acho aqui, nesta hora de saudade e de justiça.

As nossas flores votivas eu as deposito, pois, no pedestal da memória de Joaquim Alves.

(Discurso pronunciado no Instituto do Ceará em 8.6.1953).

GRANDES MOVIMENTOS POLÍTICOS SAÍRAM DO CARIRI

Em 10 de julho de 1828, o Presidente Nunes Berford dirigiu à Câmara do Crato uma representação, em que mostrava a conveniência de criar-se a Província do Cariri Novo.

Por certo a idéia, que não teve efetivação, resultava de necessidades mais imperiosas da região, pois que o Padre José Martiniano de Alencar, onze anos mais tarde (1839), ofereceu ao Senado Imperial um projeto de lei, consubstanciando o anseio daquela criação, mais igualmente sem concretização, apesar de “fortemente auxiliado por toda a bancada cearense”. O mesmo projeto entra em primeira discussão no dia 1.º de outubro, com parecer favorável da Comissão de Estatística, e, no dia 7 seguinte, em segunda, tendo sido aprovados alguns artigos. Outros dispositivos o são a 8, e fica-se aí.

Reagitou-se a lembrança em 1846, agora na Assembléia Provincial, que, por intermédio de sua mesa diretora, mandou ao mesmo Senado e à Câmara dos Deputados outra representação, datada de 14 de agosto. Dizia-se o Legislativo cearense “convencido da conveniência e pública utilidade que nasceria de criar-se nos sertões denominados Cariris Novos, uma província formada da parte do território desta (Ceará) e das outras que com ela confinam”, e expunha os argumentos de fundamentação do pedido. Eram, entre outros, em primeira linha, “a grande distância que separa as capitais das referidas províncias dos lugares conhecidos por Cariris Novos”, concorrendo para que a ação dos respectivos governos não se desenvolvesse e objetivasse com a prontidão, celebridade e energia indispensáveis; e, em segundo lugar, a necessidade de aumentar o progresso, principalmente o da agricultura, na zona caririense, “ao que parece — conforme as palavras textuais do documento — colocado pela Providência no meio de sertões em extremos áridos para servir como provedor comum de víveres e toda a casta de cereais aos numerosos habitantes da vasta porção de território, que apenas se presta à criação dos gados e às escassas plantações de legumes que

nascem, crescem e frutificam no curto período das estações chuvosas”.

Como terceira justificativa se explicava que na citada região aumentava prodiginosamente a população, a qual todos os dias cresce pela freqüente imigração dos povos que para ali concorrem acossados pelos flagelos de que se vêem perseguidos da fome e da miséria nos estéreis sertões em que habitam, sendo certo, no entanto, que de envolta com a gente honesta e laboriosa os Cariris Novos têm sido inundados de centenas ou antes de milhares de vadios e malfeitores. Tudo se sanaria com a instalação da almejada Província.

Também desta feita a sugestão não pôde vencer os embaraços e, decorridos dez anos, novamente emergiu, fundando-se para tanto um jornal — **O Araripe** (7 de julho de 1855), do qual João Brígido foi redator-chefe. José de Alencar, o romancista, pelo **Diário do Rio**, defendeu-a com interesse, sem ter podido empurrá-la para a materialização em diploma legal.

A projetada Província havia de compor-se das comarcas cearenses do Crato e dos Inhamuns, das pernambucanas de Boa Vista e Pajeú, do município de Sousa, na Paraíba, e do termo piauiense de Jaicós; e teria a extensão de mais de 50 léguas de L. a O., e de 120 a 130 de N. a S.. Examinada atentamente nos seus intuitos, talvez se possa afirmar que o desejo da formação de uma entidade político-administrativa como a lembrada inicialmente pela Câmara do Crato denuncia o sentido mesmo da evolução sócio-econômico da região e os sentimentos que animavam, àquela época, a sua gente.

Antes de tudo vê-se que os impulsos mais realistas, determinados pela situação geográfica do vale “dádiva do Araripe” e pela consciência de suas riquezas naturais e, portanto, da sua valia econômica, em contraste com os territórios sertanejos circunvizinhos preponderam em relação aos laços mais ideais de amor às unidades políticas de que faziam parte as comunas indigitadas para a constituição da outra. Não viam mal nenhum, os que trabalhavam por esta, no separatismo que estavam alimentando, pois não é crível que homens

como o padre José Martiniano e José de Alencar o quisessem movidos por intensões anticearenses. E mais legítima razão para convencer da sanidade daquele desejo acha-se no fato de ter a própria Assembléia Legislativa do Ceará abraçado o movimento, votando a representação a que se aludiu.

Ao que acima de tudo se visava era particularmente a objetivação dos benefícios da região, colimando-se no obtê-lo, em última análise, tão só os altos interesses nacionais. Seria a nova Província mais um filho quanto ao Brasil e mais um irmão junto às demais que o integravam.

Concordamos com que esta nossa conclusão se modifique em face de contra-argumentos, mas o que se apresenta incontestável é que o projeto de criação da Província dos Cariris Novos, pelo menos quanto ao Cariri cearense, tem a sua etiologia no processo evolutivo do povo ali habitante, considerado o estágio social do tempo da sugestão, ou seja, a primeira metade do século anterior e começo da segunda.

A apresentação de 1846 deixa claro o fenômeno do deslocamento de populações vizinhas atraídas pelos privilégios geográficos do vale, no meio delas milhares de vadios e malfeitores afeitos a pratica de furtos, de roubos, de assassinatos e em geral de todos os crimes praticados pelos perversos. Gerou-se destes o tipo conhecido e comentado do *cabra*, sobre cuja periculosidade o insuspeito escritor Irineu Pinheiro destaca a concordância dos conceitos do cientista inglês George Gardner, que em viagem de estudos atravessou o Ceará em 1838, e do Comandante das Armas Tomás Antônio da Silveira, que esteve no sul da Província com a tarefa de por ordem nos rebeldes do caudilho Pinto Madeira e do seu fogoso aliado — o padre Benze-cacetes. Ressaltavam, ambos, cada qual a seu modo e no seu tempo, as turbulências e tunantarias da cabralhada e a urgência de um corretivo a sua ação intraquilizadora.

Antônio Bezerra, já mais hoje, escreveu confirmativamente que “a massa que formava o Cariri nas suas origens era de caráter insubmisso e de más entranhas, e até bem pouco tempo o número sem conta das cruzeiras plantadas pelas estra-

das e veredas indicando sepulturas e assassinatos à traição, indica perfeitamente a índole naquela gente." Cabras de cacho na testa, não precisa perguntar, é cangaceiro afeito ao assassinio.

Fazia, com efeito, o grande desassossego da gente boa e morigerada essa cáfila de adventícios maus, e aí está a primeira causa da luta pela nova província, capaz de proporcionar, se criada, medidas judiciais e policiais coatoras. Um imperativo de segurança e paz, diga-se claramente.

Por outro lado — e é também a representação da Assembléia que o salienta — a feracidade do vale que devia proporcionar melhores meios de facilidade material ao seu conjunto humano não alcança maior desenvolvimento, porque os governos se achavam longe, no outro lado do território e, por isso, dada a pobreza administrativa, não podiam ajudá-la. Na linguagem do documento: "A grande distância que separa as capitais das referidas províncias... faz com que a ação governativa dos Presidentes das diversas províncias não seja ali desenvolvida e posta em execução com a prontidão, celeridade e energia indispensáveis". A par da tranqüilidade geral e da individual, porfiava-se por atos oficiais com que se levantasse o nível do comércio. Principalmente o da agricultura naquele trecho *hinterland*, posto por Deus, como dissera a representação, para abastecer e suprir os sertões limítrofes. Imperativo econômico-social, não é preciso definir.

Interpretado, desse modo, o valor do estabelecimento da nova Província, de todo isento de preconceito bairrista, convém indagar como se comportou o isolado Cariri no tocante à sua própria luta existencial e à sua contribuição ao Ceará, até os dias atuais.

Sem pretender ligar aquela tendência turbulenta da gentilha cabroeira aos pendores que caracterizavam os primitivos ocupantes do vale, isto é índios cariris, para uns falsos e velhacos e para outros taciturnos e infiéis, mas tenazes na defesa do seu solo, — é, todavia, explicável terem ficado na psicologia do povo que sucedeu à indiada certos complexos de prevenção e insatisfação, relativamente à gente do litoral, es-

pecialmente os dirigentes da Colônia, depois Província, em virtude das injustiças de que se acreditava vítima, decorrentes da falta, por parte deles, de estímulo, proteção e auxílio concretos.

Passou, por isso mesmo, o Cariri, a retrair-se dentro de si mesmo, construindo a própria ventura, confiado só nas suas forças morais, e ufano da dádiva que a natureza lhe ofereceu, a ponto de não querer considerar-se sertão, nome, ao seu parecer, aplicável aos do além-vale estéril e sempre seco.

Tem possivelmente a sua causalidade o orgulho nativista dos caririenses que na história do Ceará surge não pouca vez em páginas épicas, de que são significativos os fatos das revoluções de 1817, 1824 e 1832. Na primeira, os ímpetus autonomistas têm veículo no desassombro do seminarista José Martiniano, a segunda, no de Tristão de Alencar e Pereira Filgueiras, e na última, em Pinto Madeira e no padre Antônio Manuel de Sousa.

Talvez se haja sublimado o sentido de tal nativismo local na vitória, aliás efêmera, da Confederação do Equador, quando os soldados do Araripe marcharam até o mar para derribar, como o fizeram, o governo na sua opinião mal constituído. Outra vez o fariam em 1914, saindo eles do Juazeiro para desmontar, em Fortaleza, o governo do Cel. Franco Rabelo. Em ambos estes cometimentos se aproveitava aquele mesmo fator de desordem, o *cabra*, agora o romeiro, obediente aos seus cabecilhas, a despeito de sua intrínseca indisciplina e ausência de adequada preparação moral.

Continuava a dadivosidade do vale, com as suas circunstâncias, a enchê-lo de efetivo humano cada vez mais denso, que deu margem, no extremo sul do Estado, a uma concentração demográfica de alta intensidade, menor, é certo, do que a do chamado "triângulo de Fortaleza", mas superior à da Ibiapaba e seus pequenos vales sertanejos adjuntos, como bem consignam os estudos do Dr. Pompeu Sobrinho. Essa densidade é, em Fortaleza, 66, do Cariri 32, e na Serra Grande 24. Em números relativos pode dizer-se que a primeira de tais concentrações contém 17,5% da população do Ceará, a caririense 15,6% e a outra 12%.

Ficou o vale ubertoso com a sua economia baseada no conjunto das produções agrícolas, aos poucos fragmentada pelas sucessões hereditárias, sem latifúndios, antes com a floreação de inúmeros pequenos ricos donos de sítios no brejo e nas quebradas de serra, cada dia mais valorizados. "Dada a considerável divisão do solo, nunca um só indivíduo acumulou grandes haveres mas em compensação sempre dominou até hoje certa bastança generalizada, que se desconhece em outras regiões do Estado" — escreve o citado Irineu Pinheiro.

A classe menos abastada inclinou-se à pequena indústria, artesanato que já tem fama longínqua, mas gradativamente diminuiu porque não pôde enfrentar a penetração barata da matéria plástica e do alumínio, da indústria nacional e da estrangeira.

A formação psicossocial do caririense havia dado ao Cariri, por várias circunstâncias, uma religiosidade mais profunda, que a ignorância fez descer ao misticismo. Como bem observa Joaquim Alves, "o abandono do homem em um meio hostil, sem contar com outro auxílio que não a divina Providência, não podia deixar de produzir o que realmente produziu: o misticismo do homem rural".

A exacerbação religiosa teve o seu vértice na aglomeração dêmica do Juazeiro, em torno do Padre Cícero Romão, que é o seu grande místico representativo. Em nenhum outro ponto do Ceará isso se gerou, pois que a religiosidade de Canindé é tipicamente adventícia, é exógena.

Já nesta altura é de tirar-se uma conclusão: O Cariri representa região de fisionomia absolutamente peculiar: geograficamente, economicamente e socialmente, num quase enquistamento no organismo cearense.

E vamos completar a verdade sociológica: é também inconfundível a sua fácies política, tomado o termo na significação vernácula. Os acontecimentos desta ordem revestiram aqui muito maior consistência que alhures, considerando-se que os vários municípios seus integradores desde os começos do século passado como que se aglutinam e unem para apresentar uma expressão comum, uma espécie de todo insepa-

rável. Filgueiras é o admirável condottieri do princípio, como Floro Bartolomeu e do fim desse período fervente de batalhas partidárias.

A evolução humana do Cariri mostra que tais batalhas são o seu acento, o seu cunho, e é por esse motivo que em vez de ser mais cultural a contribuição da zona sul, ao Ceará, ela é particularmente política. Notáveis homens deste estofo lho deu ela, inclusive o mais autorizado dos estadistas cearenses — o Senador Alencar, de nascimento barbalhense. As crônicas da nossa história não nos dão conta de fundamentais e sérios movimentos de regeneração política, senão meras insubmissões, militares ou populares, de todo episódicas, nas outras regiões do Ceará.

É flagrante, e à primeira vista até desconcertante, a ausência de filhos da gleba caririense no terreno propriamente cultural, seja o científico, seja o literário.

Clóvis Beviláqua e Farias Brito são da Ibiapaba; Moura Brasil, da Vila de Iracema, a antiga Caixassó; o Visconde de Sabóia, de Sobral; Capistrano de Abreu, de Maranguape; José de Alencar, de Messejana, Oto Alencar, Alberto Nepomuceno, o Barão de Studart, Araripe Júnior, de Fortaleza; Franklin Távora, de Baturité; o Senador Pompeu e o Senador Catunda, de S. Quitéria, Justiniano de Serpa, de Aquirás.

De Fortaleza também são Rodolfo Teófilo, Thomás Pompeu, Paulino Nogueira, Juvenal Galeno, Oliveira Paiva, Rocha Lima, José Albano, Paula Nei, Pompeu Sobrinho, Gustavo Barroso, Hildebrando Acióli, Leão de Vasconcelos, Carlos Studart Filho, Martinz de Aguiar, Rachel de Queiroz, Clóvis Monteiro, Eleazar de Carvalho, Herman Lima, Mário Linhares. De Sobral, Domingos Olímpio e o Padre José Antônio Ibiapina; de Quixeramobim, Antônio Bezerra; de Aracati, Adolfo Caminha e Beni de Carvalho; de Paracuru, Antônio Sales, de Pedro Branca, Leonardo Mota; do Trairi, Alvaro Martins (Alvarins).

Jáder de Carvalho é quixadaense, como Matos Peixoto e Fran Martins, iguatenses; Djacir de Meneses, Cândido Jucá e Antônio Augusto de Vasconcelos, maranguapenses. De Ca-

nindé é Cruz Filho; de Granja, Lívio Barreto; de Acaraú, o Padre Antônio Tomás; do Icó, o Conselheiro Tristão de Alencar e Heráclito Graça; de Baturité, Franklin Távora, Waldemar Falcão e Júlio Maciel; de Tauá, Fausto Barreto e João Filipe Pereira; Filgueiras Lima nasceu em Lavras da Mangabeira; Américo Facó, nas praias de Beberibe.

Dos grandes generais da terra — Tibúrcio é de Viçosa, e Sampaio de Tamboril; e dos bispos nascidos no Ceará apenas um, D. Joaquim de Melo, abriu a primeira vez os olhos para o horizonte elevado da Araripe.

Não se vá pensar com esta enumeração que estejam realmente referidos todos os crachás vistosos com que a terra de Martim Soares se apresenta, vaidosa, nas festas da cultura brasileira. Não passa de uma exemplificação. E também não se vá dizer que na argila caririense não tenham sido enterrados inúmeros fios umbilicais de cidadãos ilustres nas letras, ciências e armas. Pelo contrário, é crivado de pontos o mapa de distribuição da cultura mental do Cariri. Mas como a divisão miúda da economia, essa mesma cultura igualmente ficou logo nivelada, sem grandes alturas pelo menos com a ressonância que se pudesse emparelhar ao vozerio que se fez, aliás legitimamente, em redor daqueles nomes-crachás. Não entraram para as antologias, como entraram estes. Por que, então?

Aqui parece falharem as deduções do interpretador, ou, porventura, tem ele receio de atingir melindres. Hão de contrapor-lhe que o Cariri, com as suas cidades intimamente ajustadas umas às outras, sem distâncias entre si, estruturam, depois da Capital, o mais vivo centro de atividades intelectuais do Estado — e é verdade. A ciência e o saber geral são familiares nesse encantador recanto cearense; grande a porção dos que nele vivem. A instrução, no Cariri é coisa hoje generalizada como a penicilina. Entusiasma senti-la de perto. Se não em extensão, porém em profundidade, sabe-se aqui tanto quanto em Fortaleza. Estuda-se, escreve-se, todos bem atualizados nos conhecimentos modernos.

Mas, vamos aceitar francamente, dessa tão sólida nivelção não têm batido as asas dos grandes vôos senão poucos.

Tenho medo de citar alguns que conheço, porém não vejo que sejam tantos como era de esperar.

Neste ponto o intérprete volta a si para dizer, lealmente, que não há humilhação nisso, e sem mais demora relembra como se processou a civilização do vale, em círculo muito fechado, os senhores de engenho preocupados demais com a sua agricultura, interessando nela os filhos mais do que mandando educá-los fora, convencidos de que não o era fácil, por força das léguas. Os quilômetros, quando se estiram demasiadamente, matam muitas ilusões e muitos propósitos. Melhor, em vista disso, será compensar-se economicamente com o que lhe oferecia a sua base territorial — o chão fértil e molhado.

Com o tempo tudo veio melhorando, vieram chegando as escolas e os professores, e o saber acabou por democratizar-se. Irineu Pinheiro informa no seu tão imprescindível livro **O Cariri**, que nestes climas araripenses escassearam os bacharéis, até muito tempo, porque preferiam arranhar o litoral, a jeito o caranguejo, na conhecida expressão de Frei Vicente do Salvador.

E a falta de bacharéis... nem sempre prejudica, diga-o eu que sou um deles. Sem ir a ponto de concordar que a bacharelise é, em geral, causa de prejuízos, aceito que em muitos casos não é um bem.

Escuse-se o bacharel com a verdade de que muita gente, que não ele, faz bacharelise, com a cabeça aos ventos do teorismo divagante que nada constrói de seguro.

O fato é que o encaramujamento do Cariri somente lhe foi útil. Aprendeu, por esforço seu, quase exclusivo, a orientar-se educar-se, realizar, firmar a sua personalidade. Vale de riquezas físicas, também o ficou de belezas psicológicas. Sente-se, só ao chegar, que encerra uma dominante psicologia: no panorama, no homem e em tudo o que ele construiu.

Edificante, admirável é ver como esse conjunto de harmonias que retratam o Cariri de hoje tenha conseguido sair, como planta vigorosa nascida de paul, do Cariri de antes de

1860, de estalão moral claudicante e estalão intelectual deficiente, descrito por Irineu Pinheiro, com a sua serenidade de historiador imparcial. E ele aponta como fatores principais da ascensão moral a vinda de famílias educadas do Icó, emigradas pelo declínio da Princesa do Salgado, como empório comercial e cujos bons hábitos frutificaram; é a fundação dos Seminários de Fortaleza e do Crato, que facilitou, com estímulos novos e diferentes, o aproveitamento de muitos rapazes, assim como a do Colégio da Imaculada Conceição, na Capital, ensejara, o aprimoramento educacional das moças.

Esses fatores fizeram germinar, por certo, a nova vida espiritual do caririense, calcando aos pés as hidras do seu passado de fanatismos e cangaços, que o fizeram tristemente célebre. Mas além deles há de ter influído para a majestosa vitória a reserva de qualidades mais fortes e puras que lhe eram e são imanentes, forças ou energias que salvam e reabilitam, através das idades, quantos povos que, de bárbaros e brutos, se transformaram, a custa especialmente delas, em nações e Estados cheios de fé, de justiça e liberdade.

Do nosso Brasil mesmo sabe-se que a sua civilização começou com a escória dos degredados de Portugal e, embora se procure justificar que tais criminosos o eram só políticos, em verdade no meio de tantos vinha a mistura de malfeitores iguais àqueles que, tunantes e perversos, povoaram, ao lado da gente sã, as origens do Cariri. E do mesmo modo se sabe que essa civilização se consolidou depois a troco da fereza dos bandeirantes, algozes desapiedados do pobre gentio aos seus golpes trucidado, ou metido nos grilhões.

Toda a América foi feita assim e só esta afirmação nos deve tranquilizar. E foram diferentes os povos antigos da Europa: hunos, celtas, germanos, slavos, quantos outros?

O que importa mais é saber o que somos. E se os nossos triunfos têm o lastro dos empecilhos derrubados pela nossa coragem mesma mais razão há para orgulharmo-nos.

A harmoniosa vitória do Cariri contra o seu passado difícil é o seu maior elogio.

(O POVO, em 15.10.1953)

ADEUS AO MESTRE

Meu caro Pompeu, meu grande mestre:

Agora trato-te por tu, que é o tratamento, com que nos dirigimos às divindades e às almas que ficaram mais dentro do nosso coração, plenamente identificadas na confiança das melhores estimas.

Falo neste momento de dolorido estado dalma em nome da Secretaria de Cultura do Ceará, do Governo do seu Estado e por mim mesmo, que há mais de trinta anos tenho estado ao pé de teu convívio, na vizinhança da mesma rua, no Rotary para o qual te conduzi, no Instituto do Ceará, para que paternalmente me conduziste, na Academia Cearense de Letras, sentindo-me teu discípulo, não sei se amado, mas discípulo muito amante. Discípulo que discernia e se esforçava por discernir, não somente para amar o Mestre e sim também para compreendê-lo, pôr em cadinho depurador as lições recebidas e, sobretudo, auscultar, ter nas linhas todas as pujança e superioridade das tuas doutrinações admiráveis.

Quando de teu jubileu intelectual, faz dois anos, o Ceará, todo pressuroso, quis homenagear-te, acutilando a tua modéstia quase aos limites da esquivança, fui eu quem te saudou em nome do Instituto do Ceará, de que eras Presidente Perpétuo, e da Academia Cearense de Letras, de que eras Presidente de Honra, como se estas duas entidades culturais sentissem que somente se integravam, somente se valorizavam com a sublimação de tua presença. Estavas acima de nós todos, muito acima, no plano da verdadeira bondade, no plano esplendoroso da Inteligência e no plano amorável do sentimento, e bem merecias as honras que a nossa admiração, a nossa universal e consciente admiração te tributavam.

Prendiam-nos a nós ambos, e agora a tua memória se une à minha saudade, na mais limpa e forte das estimas, desde afastados anos, e continuo sentindo, continuarei sentindo, os efluvios amenos de tua lhaneza de modos, de tua suavidade comunicativa, da brandura de tua alma, da humildade

de tuas manifestações de sabedoria e dos encantos de teus ensinamentos.

Foste um bom, e a bondade é a virtude que mais humaniza o homem e o faz semelhante a Deus que o criou. Um Deus mau é um contra-senso e imaginá-lo com a eiva da menor mancha de ira é desvirtuar a Supremacia Divina.

Em cada gesto teu descobriam-se, de imediato e numa transparência confortadora, as belezas de tua generosidade acumulada das mais nobres dádivas espirituais.

Nunca te sentimos um movimento de enfado ou de fadiga, de subtração ou de recusa, senão a receptividade da conversa leal, a reciprocidade confiante, e a tua disposição sempre pronta de servir. As tuas atitudes compreensivas e o teu saber como o de Platão sempre foram por nós, os teus discípulos, os teus admiradores, os que conheceram o maravilhoso ouro da tua obra intelectual, sempre foram um livro aberto cujas páginas líamos e lemos com a ânsia sequiosa dos que desejam aprender, na experiência e na cultura dos outros, as suas experiências e a própria ilustração do espírito.

A idéia pode ser cediça, porém, em verdade foste luminoso Mucuripe, que é o farol dos nossos afetos, a indicar-nos a certeza do bom caminho e a segurança da boa chegada. Na carta geográfica da tua vida, graças a Deus longa e veneranda, sobretudo exemplar e útil, foste um farol de Bondade e de Cultura na sua mais exata expressão de magnitude e legitimidade. E eu nunca perdi os olhos nele, com a alegria e a esperança de que a sua luz me dava o norte seguro, na minha pequenez mas na minha tenacidade, nos meus objetivos de conquistar a vida com a nobreza e a elevação espiritual que as vidas devem ter.

A tua, fizeste-a de cristalinos dotes morais e de fulgurantes trabalhos que resultaram no valor inestimável da tua produção mental. Tem a extensão dos mais afastados limites as tuas atividades nos estudos e pesquisas científicas e sociológicas, todas do mais apurado zelo e profundidade, obedientes aos mais certos e modernos critérios e métodos de pesquisa organizada. O teu gabinete de trabalho foi incansável e eficaz la-

boratório em que se preparou com a mais autêntica autonomia espiritual, livre de quaisquer preconceitos ou paixões, a análise percuciente dos casos e dos fatos da Ciência Universal.

Nesse laboratório nunca houve alardes pregoeiros, nem se falsearam, intencional ou inadvertidamente, os processos adotados e os resultados exigidos pelas conclusões legítimas. Nunca houve exagero de entusiasmo capaz de perturbar a serenidade das procuras, nem as experimentações sofreram a donosa ingerência de precipitados errôneos e desnorteadores. O entusiasmo que aí imperava era o da exatidão, da consciência do correto, do trabalho experimental e o do cientista que se não deixa tomar pela simples imaginação ou pelas aparências enganosas.

Os temas postos em exame se dissecavam à luz da melhor técnica e dos talentos excepcionais do Mestre com a paciência e a penetração do seu gênio inquiridor e da sua incomum potencialidade assimilativa, transformando a matéria-prima em primores de beleza reveladora.

Foi com palavras assim que te saudei, Mestre Pompeu, naquele dia da tua consagração jubilar, e as repito porque não lhes mudaram, de modo algum, o conteúdo e o sentido. E então, chamei-te o Sábio do Ceará, e este Sábio verdadeiramente helênico e insuperável é que o Brasil perde neste dia de hoje, que o Ceará lamenta e chora na plena consciência de haver perdido um belo tesouro.

No entanto, não é o homem, o corpo que oferece a valia do indivíduo em si ou colocado no complexo de coletividade. Principalmente, a sua obra, o que ele fez, o que deixou de realização é que dá a perpetuidade nos corações e na lembrança das gerações que se sucedem.

A tua obra, Pompeu, é imensa e imensamente contextada, profunda, pensada, elaborada na mais séria preparação. É na realidade obra imperecível, obra de Sábio. Do Sábio Pompeu, do Sábio do Ceará.

A tua morte é simplesmente episódica na grandeza de sua significação. É apenas uma referência, porque o tempo, a distância do tempo é que lhe dará a fisionomia completa.

Terá o valor que têm as mais preciosas relíquias, cada vez mais valiosas a medida que os anos se escoam na sua jornada infinita, que nem a imaginação consegue delimitar.

O Estado do Ceará, por sua Secretaria de Cultura, conhece bem a tua obra de Bondade e de Saber e convence-se da sua eternidade.

Nesta hora de crepúsculo quer tão-somente depositar sobre o teu corpo inerte, o melhor, o mais acrisolado da sua saude.

(No Cemitério de São João Batista, de Fortaleza, em 9 de novembro de 1967).

FILGUEIRAS LIMA

Não direi muito, mas sim que o meu espírito acorre pressuroso a toda homenagem que se preste a Filgueiras Lima. E o meu coração se alegra: há, realmente, uma alegria amarrável na saudade, pois uma das nuances da saudade é essa que nos faz o desejo indefinido de que alguém ou alguma coisa longe nos venha para perto, de volta. Alberto Rangel disse bem quando afirmou ser "a saudade uma espécie de esperança retrospectiva". E as esperanças as mais das vezes são sorrisos.

Afinal, a saudade é uma ausência e as ausências da saudade se matam com a presença ainda que simbólica. É o meu caso: a minha saudade, a imensa saudade de Filgueiras Lima, ausente mais de um ano, acaba-se neste instante com a chegada do Poeta, que ele está aqui e todos o estamos vendo, com os olhos da recordação e da ternura. Ouvimo-lo ele próprio recitar seus versos com a fé e o entusiasmo com que sempre os recitou. Ouvimo-lo bem vivo e vigoroso no declamatório enérgico de poesias suas.

Falo, assim, a ele mesmo, sem pensar que morreu, porque os poetas não morrem, e muito menos poetas da estirpe de Filgueiras Lima. Há poetas de muitos tipos: tristes, chorosos, líricos, super-líricos, boêmios, elegantes, negligentes da vida e cuidadosos da vida, poetas humildes, poetas vaidosos. Poetas não poetas, poetas de estofa legítima.

Filgueiras era o vate da poesia adornada, sem exagerações, nem falhas, limpo de corpo e limpo de alma, pequeno de estatura e majestoso de crença na beleza da Poesia. Heraldicamente poeta, brasonalmente poeta, ornamento de brilho ímpar no salão nobre do Ritmo versejado.

Assim garboso se formou e viveu, mas o garbo sem as empáfias expressando-se só por si, sem artifícios nem as trombetas de fatuidade.

A sua vida ele a viveu no suave aprazimento do pomareiro e do ajardinador. Saía do pomar para ficar no jardim, e

deste para aquele, como se não soubesse que fora do mundo dos frutos e das flores outro mundo existisse.

O pomareiro foi o educador exímio, que a tanto chegou a golpes de talento, vocação e persistência. Professor de erudição e Mestre de zelos indormidos e de técnica educacional. A cátedra era uma natural expansão da sua alma, e a direção de um reputado educandário, outra ainda mais larga. Na cátedra, ensinava a alunos; no colégio, amava os discípulos. Aquela e este formavam o seu pomar de maravilhas, cheios de árvores e de aromas, de gramas verdes, de canto de pássaros e, sobretudo, cheio das manhãs rosadas de sol, que se refletia em infinidade de sois nas gotas do orvalho deixado pela frescura da noite. Fez do seu pomar uma granja da beleza dos afetos e dos carinhos, distribuindo-os a mancheias e recebendo-os cornucopicamente — os discípulos e o Mestre amalgamados, formando um todo da mais pura saúde espiritual.

Não esquecia o pomareiro as árvores de frutificação. Regava-as, podava-as, para que crescessem e se estilizassem nas linhas helênicas da melhor perfeição. E os frutos vingavam formosos prateados e doces. Cada aluno foi um fruto que a sua artesanagem de oficial seguro entregava ao Saber e a Luta de todos os dias. E foram sem conta os frutos do pomareiro que trazia a fronte aljofrada do suor dignificante de um trabalho esperado e perenemente festivo.

Bem que ele dissera: “Fiz-me educador; nasci poeta. Reuni-os num só destino; são as duas faces de um mesmo ser ou a expressão total da mesma existência aberta em dois caminhos para o infinito.”

Em plena verdade, educou e soube educar; educou o lar com os modelos mais acrisolados da felicidade, no afago da esposa terna e os beijos dos filhos mimosos; educou gerações, muitas gerações de jovens com o mesmo paternal desvelo, numa blandícia que encantava e com especial habilidade temperou a autoridade do preceptor com as moderações cativadoras do bom e justo conselheiro.

Educar não basta; o mais necessário é saber educar, e ele completou admiravelmente o requisito.

Nas mesmas rosadas manhãs de chacareiro, distribuía minutos para os afãs da jardinagem do Belo. Adubava, plantava roseiras e colhia rosas. Rosas de vários tons de forma e de cores. Rosas poemas, rosas líricas, rosa de amor, rosas de patriotismo, rosas de bem querença acendrada à sua e nossa terra do Ceará.

Para ele a Poesia era, de fato, um “êxtase do espírito”, qual definiu Eduardo Girão, o Pensador esteta. A poesia era-lhe uma atitude d’alma, inseparável de si próprio. Ela e ele confundiam-se, vasavam-se no mesmo cadinho. A fusão era intimamente perfeita e o Poeta sentia e a toda hora o dizia:

“Eu e a poesia somos mais do que irmãos gêmeos.
mais do que xifópagos.
Somos a mesma forma,
a mesma essência,
o mesmo sangue,
o mesmo hálito.
Eu sou poesia.”

Filgueiras Lima não se empenhava em fazer os versos. Se o tentasse talvez não fosse o poeta que foi. Os versos é que nasciam da sua sensibilidade delicada e sonhadora e faziam do Poeta o instrumento da Inspiração. Vinham-lhe à mente como lhe vinha às mãos as rosas que colhia no seu vergel de ideações. O seu trabalho na colheita dos versos estava na adubagem que sua alma artística preparava para a sua sensibilidade, tal como na colheita das flores o seu trabalho fora a adubagem do seu roseiral.

Era um encantado da Vida, o aprimorado jardineiro das Musas:

“Está chovendo sol no jardim...
Eu penso
que o céu se desmanchou em luz
e vai inundar o mundo...
A manhã lembra um palácio de cristal e de ouro!

Pedras louras
rebrilham, no ar claro, como jóias!
As grandes rosas vermelhas
fulguram, como brasas ardentes,
sobre a alvura imácula dos lírios
Vibram clarinadas nas frondes!
E em meio a este dilúvio de claridade
eu passo, doido de alegria,
num êxtase deslumbrado,
entoando um hino ao Sol e uma canção à Vida!”

É um auto retrato: não são versos sós; é a Poesia mesma soldada com oxigênio ao sentimento e à alma do Poeta. Quem o conheceu, quem o colocou no raio-X das aproximações mais amigas e o sentiu na plenitude, sabe que essa canção é a sua voz interior profundamente íntima.

Filgueiras Lima não soube o que fosse por-de-sol. Não sabia ver os crepúsculos a sua animação estética dominante, alegre, sempre envolta de festividades. O travo dos desencantos, o seu coração unicamente o sentia quando sentia a queda do homem do seu andor de criatura diletta de Deus:

“Senhor
que angústia me causa a maldade dos homens,
dos homens que estão fazendo inveja às feras,
aos lobos, às hienas, às panteras,
pelo ódio, pela sede de sangue que os dominam,
pelos instintos bárbaros que revelam,
matando-se, comendo-se, devorando-se uns aos
outros
como se não tivessem dentro da alma
um pouco de Ti, da tua luz eterna, Senhor!”

Eram os horrores da guerra que o afligiam e o clamor da desgraça ressoava forte demais para não deixar que os olímpicos devaneios do Poeta não se quebrassem com o grito dolorido.

Se amava a Vida dos sonhos e da imaginação, nunca poderia o amor do Poeta esquivar-se à telúrica imposição do amor

da gleba natal, da terra da luz, e com este nome deu título a um dos seus livros.

Verdeja e viça na sua poesia esse culto do chão nativo. É mesmo nela fundamental, o que a torna ainda mais admirada.

De Alberto de Oliveira é que “em toda a alma de poeta há um templo e um crente”, e no templo da alma de Filgueiras a crença maior é a sua fé nas forças e virtualidades da terra cearense:

“Ceará!
quando eu te sinto integrado no meu ser,
vibrando na minha alma, palpitando no meu coração,

vivendo na minha vida,
— vejo passar, diante dos meus olhos
o teu drama de dor e de heroísmo,
envolto no perfume de índia virgem
e tinto do sangue de Tristão!
Minha terra!
eu me ajoelho, comovidamente,
em face do teu sacrifício,
ao contemplar-te coroada de espinhos, braços abertos,

cravejada no Sol — que é a tua cruz.
Mas as tuas chagas reluzem como astros,
porque teu sangue se transforma em luz!”

Faz pouco tempo, foi-me dado, para maior honra minha interpretar as homenagens de nossa intelectualidade ao poeta Jáder de Carvalho, por ocasião do lançamento de seu livro “Água da Fonte”, que é uma caixa de pedrarias finas, e ali quis situar na poemática cearense aqueles poetas que fizeram do amor do Ceará a essência dos seus cânticos. E citei Juvenal Galeno, como o vate do cantar ingênuo e bucólico das nossas coisas e hábitos; e citei Antônio Sales, como a expressão erudita, aristocrática e parnasiana das declamações de “Minha Terra”; e citei Jáder de Carvalho, como a explosão artística das manifestações do tema, com a sua estrofe de raios

partindo as pedras no sertão, de secas matando resistências homéricas, de rios fora dos leitos carregando e destruindo a felicidade do Sertanejo, de mandacaru rasgando a carne dos vaqueiros, de valentia do homem, desde o heroísmo mais sagrado às violências mais cruas do bacamarte; e, finalmente, citei Filgueiras Lima como o descante lírico, refrescante, enfeitado de imagens e fervores, próprio das formações temperamentais e intelectuais dosadas de temperança ao um só tempo bem medida e vigorosa.

Continuo a julgar assim. A característica, a nota mais aguda na escala da obra do poeta de "O Mágico e o Tempo" é a mistura, em correta forma literária, do lirismo ameno com as afoitezas da renovação ideadora, sem a prisão escolástica das rimas e nem as solturas de modernismos extremados e impacientes, refletindo com sinceridade o modo de ser do Cantor, na sua faina de jardineiro das belas flores, das flores com que as Musas se comprazem.

As suas produções valem a mais lídima e clara mensagem do filho à Mãe-terra, e isto será o seu maior elogio. E este Ceará, que a tanto ele quis, que a tanto nós queremos, não o esquece agradecido. E nesta hora de relembração e de justiça, mais uma vez a Terra da Luz vem depositar no bronze da consagração a homenagem mais eloqüente da admiração e do apreço, homenegam que é uma beleza de música, de inteligência e de afeto.

Meus Senhores — passam os tempos, destilado gota a gota na voragem dos séculos, mas os poetas resistem e ficam, modulando na lira as sonatas imperecíveis. E Filgueiras Lima é o poeta que nós amamos.

(Palestra no Teatro José de Alencar, noite de 26 de setembro de 1966).

HOMENAGEANDO O PADRE AZARIAS

A intenção desta homenagem cada um de nós a sabe. Nenhum de nós está aqui por simples exigência de protocolo ou por qualquer solicitação de dever social.

Estamos porque o queremos. E diria melhor: estamos porque fomos obrigados pelo mando irresistível dos nossos melhores afetos. E sabemos porque os nossos afetos nos obrigam e porque, com indizível contentamento, a eles obedecemos.

Homenageamos não um padre, ou um escritor, ou um homem ilustre, e sim ao Padre Azarias Sobreira, no instante comemorativo do seu grande passo: o do ingresso na sementeira do bem de Deus. Pois que a sementeira do bem dos homens ele indormidamente o fez por si, e o soube fazer, durante o meio século que hoje se completa, entre a vibração dos sinos e o ritmo das hosanas.

Foi no Crato que se ordenou, em 22 de abril de 1917, pertinho da cidade do Juazeiro, onde nasceu. Nesta ele nasceu, em 24 de janeiro de 1894, para a luz do sol, para a vida dos homens; naquela, ele nasceu para a luz do céu, para a vida de Deus, o Criador de todas as coisas e das não-coisas.

Dois nascimentos de profecia: um augurando que o mundo ia receber uma retidão humana; o outro, prenunciando que a vinha do Senhor recebia uma retidão sacerdotal. Dois nascimentos anunciados por anjos de lilial pureza, para a vastidão serena e plana da serra do Araripe, que verdeja aos olhos na visão das mais belas paisagens e rega o vale que se lhe estende aos pés dando frutos e safras de saborosa succulência. Dois nascimentos que irmanam e fundem no mesmo espírito e no mesmo peito os mais vigorosos eflúvios da bondade e da fé.

Duas forças que transnudam o simples homem de carne e osso no homem sublimado do amor do próximo e do amor do eterno.

A força da bondade é uma dignificação; a da fé, uma transfiguração. Uma faz o justo, a outra faz o santo. E "basta que haja somente um justo para que o mundo mereça ter

sido criado”; e basta que haja santos para que “se aplanem as montanhas e se encham os abismos.”

Padre Azarias perfaz e integra o bom e o crente. De ambos, da bondade e da crença, é ele um místico generoso.

Conheço-o da intimidade espiritual, dum longo convívio de palavra a palavra, na viva voz dos encontros para mim deliciosos e confortadores, ou na voz das missivas em que, quando distantes, derramamos dum para o outro as nossas almas. Ele bem pode dar este testemunho, o de que as nossas palestras de tão elevadas e sinceras mais parecem verdadeiras confissões recíprocas. Ele sabe os meus pecados, que os digo a toda hora mesmo sem a genuflexão dos confessionários; eu não sei dos pecados dele porque não os tem, todo desapegado das mundanidades e das ambições, como é.

Posso falar em causa plena da sua individualidade de mansidão e nobreza. Mansidão dos conceitos, que viram conselhos; e nobreza de atitudes que viram exemplos.

Comparo-o a Bernardes, ao Padre Manuel Bernardes iluminado das letras e do apostolado, e com a vantagem para Azarias que, ao contrário do clássico lisitano, viveu aos choques direto do mundo, reagindo às suas feridas e golpes, noite e dia ao contato do mal sem contaminar-se, antes o vencendo soberanamente, enquanto que o de lá preferiu o claustro, se muito o púlpito e a cátedra, preferiu o recolhimento, a fuga dos terrores da maldade, lendo mais nas bibliotecas conventuais do que lendo no coração dos homens as suas ruindades e perversões, para advinhá-los e conduzi-los à boa estrada.

Bernardes, contemplativo e mais estático, viveu trinta e seis anos assim, ao mesmo tempo que lapidava ricas jóias para a literatura de sua pátria; Azarias, mais exposto e mais dinâmico, até agora viveu cinquenta anos de resistências, dedicado aos onerosos zelos paroquiais, vigário de muitas freguesias do sertão, professor de muitos seminários e colégios, nunca desleal à condição de padre e à de mestre.

Em verdade, ao lado de suas lutas, dentro de suas lutas missionárias, Azarias, quase à Bernardes, é um espiritual e,

para usar das palavras do prefaciador da **Páginas Escolhidas** do admirável oratoriano, "o homem espiritual não é, de modo algum, um lago de águas mortas ou estagnadas. Para além do que se vê, há uma alma em contínua vibração. Aquele que pensa e que do pensamento vive, sofre às vezes mais inquietações e ansiedades do que o indivíduo mundano. Pode haver mais sofrimento e mais luta íntima nos longos silêncios e nas prolongadas vigílias consagradas ao estudo, à oração, ao aperfeiçoamento individual e à elaboração intelectual, do que nos conflitos aparatosos, travados entre homens vulgares. Procurar a Perfeição implica, quase sempre, mais despêndio de energia do que o necessário para triunfar na vida pública".

E eu sei dos silêncios e vigílias do Padre Azarias, no seu martírio de pensar no destino dos amigos e de pensar nos destinos dos homens deste vale de lágrimas, sujeitos às investidas do erro e das tentações do pragmatismo que os desvia e desnorreia da sua missão divina.

O sofrimento do Padre pelos amigos, preocupada até a inquietação pela a sua felicidade e os seus êxitos, temendo pelas suas quedas, somente tem igual medida na alegria que experimenta quando os sabe contentes e salvos das misérias da vida material. E maior é a sua angústia pela sorte dos outros, porque não pode medir os imedíveis perigos que ameaçam e cercam a humanidade cada vez mais desamparada de si própria, estonteada e aflita.

É bom ser bom, mas é difícil e às vezes cruel ser bom. Mas, sobretudo, é necessário ser bom, e para tanto é clara a expressão de Marco Aurélio: "Olha para dentro de ti mesmo: aí se acha a fonte do bem que jamais se extinguirá, desde que nunca deixes de escavar". Padre Azarias, neste ponto, é perfeito discípulo do imperador filósofo: voltou-se para o seu interior e viu que a fonte do bem é inesgotável nas almas puras.

Meu Padre Azarias:

Neste momento de festa sou um portador. O portador humilde de um recado amorável. Sou o mensageiro duma mensagem da amizade e da admiração. Não sei se o transmito

bem, mas falo com poderes amplos dos que participam deste banquete, no qual nos alimentamos muito menos das iguarias do estômago, do que das proteínas do espírito na sua mais refinada sensibilidade. E acrescento que falo também pelos que não puderam vir e no entanto o amam e tem perfeita ciência de suas virtudes. Não cabe para estes o aforisma — longe da vista, longe do coração.

O seu jubileu de pregador de Cristo, pela exatidão do significado tão cheio de justiça e de consagração estreme, transcende as lembranças comuns das jubilações apenas cheias de tempo, do correr monótono dos anos. Há jubileus e há jubileus.

A sua existência de Padre, assim graças a Deus bem longa, requeima-se no fogo das intenções retas e da tranqüillidade das boas obras.

E realizar essas intenções e essas obras, com o aprumo de espírito e a beleza moral com que o querido amigo e homenageado soube fazer, equivale à suprema ventura.

É a ventura dos bons, dos santos. É a sua ventura, pode estar certo disto. Rejubile-se dela tanto quanto nos rejubilamos. Pague-nos com o preço que corresponda a nossa grande estima e seja mais feliz ainda.

Continue a alegrar-nos com a sua alegria de bondade, peça a Deus para viver mais, como tanto desejamos e a Ele pedimos, e cada hora sua a mais nesta viagem terrena será mais doçura de coração entre os homens e mais fervor na santidade da fé.

Receba a nossa homenagem, guarde-a no cofre primoroso de sua alma, e verá, sempre verá, que ela não é feita de retórica e vãos louvores, porém no ouro dos mais lídimos quilates e finamente trabalhado. É feita da essência, do que há mais depurado da nossa admiração, do nosso apreço, da nossa afeição.

É este o recado que lhe trago.

(Saudação pronunciada num jantar, em 22 de abril de 1967, no Salão Nobre do Náutico Atlético Clube)

RODRIGUES DE CARVALHO TAMBÉM CEARENSE

O homem é a sua realização.

Nasce com o destino de suas integrações — a do corpo, que tende ao tipo somático-biológico, a do indivíduo dentro da coletividade, que tende ao cidadão no equilíbrio do seu comportamento social, a da inteligência, que tende ao cultivo das idéias e a maturidade das decisões, a do espírito, que tende à aprimoração dos sentimentos, para com Deus e para com os outros homens, distinguindo-o dos brutos.

Se atinge esse destino, ele é o Homem. Se não o logra, passa pela vida, não vive, como diria o poeta: será um número, um algarismo apenas.

Somente aquele homem — o Homem é que vale. O outro, um homem, nada significa, mal se enumera, como um animal qualquer, uma pedra, um arbusto.

O Homem realizado conta-se, frutifica, expressa-se no conjunto humano, destaca-se, impressiona. O outro, não passa de uma inutilidade, não faz mais que encher um espaço e a coletividade não o sente, não o vê.

Estamos neste momento relembando o Homem realizado, na comemoração do 1.º centenário de seu nascimento. Se ele fora um homem-algarismo, nem sequer o perceberíamos.

Ocupamo-nos de José Rodrigues de Carvalho, que nasceu na Paraíba, em Alagoinha, no dia 18 de dezembro de 1867, e repletou a sua utilidade durante quase setenta anos, pois faleceu em 20 de dezembro de 1936, na cidade do Recife.

Filho doutro Estado, irmão do nosso em agruras e aspirações, bem cedo se vinculou a esta terra do Ceará. Aos nove anos de idade iria para Mamanguape, aos cuidados de um tio e mandado pelos pais.

Dono de um armazém de secos e molhados, nas atividades do seu comércio aproveitou o parente o sobrinho que recebia. E o rapazinho tornou-se caixeiro, mas desses que não desperdiçam os minutos entre uma venda e outra, antes os apro-

veitavam em leituras ao seu alcance e dando aso às vezes aos seus pendores intelectuais, como o do poeta, que iria ser.

Mais tarde, negocia por conta própria, casa-se muito moço, constitui família e daí por diante alia ainda mais as coisas de Mercúrio às solicitações de Minerva. Devota-se a umas e outras e nas "suas horas úteis — o tempo para o pão — são a elas consagradas é o trabalho do ofício. A elas são também destinadas as horas do lazer é o trabalho da diversão. Ao labor mercantil junta as lucubrações literárias."

"Ao enveredar-se na difícil teia da vida, escravizado aos **Diversos a Diversos**, emaranhado nas cifras do **Caixa** — não sente a imaginação esvaecer-se, pelo contrário ou por isso mesmo, tem-na aprimorado pela regra, disciplinada pela correção".

Vai tentar a vida na capital do Rio Grande do Norte, mas de lá vem para o Ceará, a convite de Papi Júnior, e como guarda-livros se engaja na contadoria do Banco do Ceará, em Fortaleza, cargo que lhe serve de ganha-pão e para aperfeiçoar os conhecimentos do Direito Comercial, no qual será mestre versado.

Em 1906, a 1.º de dezembro, diploma-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela novel Faculdade Livre de Direito do Ceará, numa turma que foi a primeira ali formada e na qual teve, como dois únicos acompanhantes, o cearense Francisco Gomes Parente e o sergipano Maurício Graco Cardoso que, como ele Rodrigues de Carvalho, também começou nos meios cearenses a trajetória brilhante que gizou na vida cultural e política do País.

Recebia-o o Ceará, abraçava-o a tão elogiada e tradicional hospitalidade cearense.

É esta, com efeito, uma característica do nosso povo. E a tal ponto que, a par da real espontaneidade que essa virtude reveste, há de fato de nossa parte, em qualquer das camadas sociais, a preocupação de primar no trato ao alienígena, sobretudo no que diz respeito ao modo de recebê-lo bem e tudo envidar para adaptá-lo ao nosso ambiente e ao nosso convívio.

Irmanamo-nos facilmente aos forasteiros, sem desconfiança, sem medos esquivos. Fazemo-lo gostosamente.

Não é nosso intuito, evidentemente, em ocasião solene como esta, especificamente dedicada à homenagem de uma memória ilustre, aprofundar observações a propósito de uma singularidade da nossa psicologia social. A outros tem cabido dizer, e até com certo alarde, o que essa hospitalidade significa.

Cabe-nos tão só lembrar a característica, para dar início a rápidas considerações sobre o motivo das nossas lembranças de hoje, prestando honras à memória de um filho de outra terra que, enquanto aqui viveu, o fez como cearense se julgasse, tão manifestas sempre se evidenciaram as suas ligações com a nossa gente.

Delicado poeta, foi também estudioso do folclore, aprendeu e professou a ciência e a prática jurídicas, fez jornalismo crítico e também, participou da política militante. Através dessas facetas da sua personalidade, pôde revelar-se, em todo o tempo que entre nós viveu, homem de imensa riqueza intelectual, cabendo-lhe integrar-se naquela fase que iria passar aos fastos da vida cultural cearense como uma das mais agitadas e frutificantes — a que se situa entre os fins do século XIX e o início do século XX.

Configuram tal fase, de que tanto pode orgulhar-se a nossa terra, principalmente a Padaria Espiritual e o Centro Literário, associações que, em verdade, tiveram uma só origem e, em razão disto, receberam o toque do sadio idealismo, servindo-se da inteligência para a realização de trabalho ímpar de que ainda muito se honra, com justeza, o Ceará das justas literárias e artísticas.

Foi entre os arroubos da mocidade vibrante dessas instituições que a personalidade do nosso homenageado se evidenciou, e não praticaria uma temeridade quem afirmasse ter sido em tal ambiente, ao mesmo tempo de idealismo jovem e emulação responsável, que se plasmou a sua extraordinária personalidade de lutador.

Dizemos — de lutador e com a mais justa razão, pois Rodrigues de Carvalho não foi, em nenhum momento, o intelec-

tual torre-de-marfim, aquele que se torna raro e difícil na expressão de sua mensagem através de um isolamento aparente e enganosamente superior. Ele foi, antes de tudo, o intelectual atuante, o ativista da Cultura, o soldado de primeira linha dos cometimentos seus coetâneos.

Compulsem-se os documentos que zelosamente guardam registro daquela fase a que acabamos de aludir, e eles nos revelarão, com surpreendente insistência, a presença muito viva do escritor paraibano, sempre admirado pelos literatos e pensadores do Ceará, formando com ele, lutando com ele, triunfando com ele.

Admiraram-no e — o que é mais significativo — souberam honrá-lo com uma posição de quase liderança.

Talvez essa posição destacada, que o aureolou entre nós, seja mais uma demonstração da universalidade de pensamento e sentimento do cearense, capaz de aceitar, com justiça, no que tange ao forasteiro, até mesmo um comando espiritual, desde que este se faça em razão de provas irretorquíveis das virtudes do talento...

Muitos são os filhos de outros Estados que vêm confundir-se à alma cearense, nos encantos da sua simplicidade.

Rodrigues de Carvalho tinha, também ele, ao seu serviço essa força de universalidade humanística e ao mesmo tempo cristã.

Poeta o foi, de peregrinas qualidades. Poeta que preferiu aos temas bombásticos, tão em voga ao tempo das imitações de Byron e Victor Hugo, os temas e ritmos bem mais chegados ao lado íntimo e singelo dos homens e das coisas. Daí a maior parte dos seus versos publicados serem daquele tipo que se lê em silêncio, para as meditações, num quase estado de graça. Versos contidos em pequenos volumes, cujos títulos são bem a expressão de um lirismo nunca exagerado, antes revelando preferência à palavra ressumante de sentimento, mas sem graves transigências com o naturismo, que este pode agradar agora, mas não criar raízes e convencer.

Prismas, O Coração, Sacrário, Poema de Maio, aí estão títulos que valem, eles sós, por uma indisfarçável e insopitá-

vel mensagem de intimismo, tampouco do gosto da escola parnasiana, já predominante em nosso país, àquele tempo.

Não iremos negar tenha feito Rodrigues de Carvalho concessões ao que poderíamos chamar "escola do lirismo em transe", típica, por exemplo, de grande parte da poética do Bilac anterior a "Tardes", autêntico lirismo de exaltação naturalista e, por isto mesmo, quase negação da Poesia. De tais concessões, se bem que raras, é prova o seu soneto intitulado "Os Seios", que desfruta a honra das antologias, pelo seu conteúdo faunescos, mas que, examinado à luz da sensibilidade serena, nada mais será do que a revelação de um estado de "stress" e nunca a mostra de uma constante emocional do autor de tantas e expressivas páginas de intensa expressão e magia poética:

"Quando a seiva da carne perfumosa,
protubera-se em conchas ofegantes,
os seios da mulher são como errantes
aves do céu com bico cor de rosa.

Pomos com fibras de setim, inconhos,
são quando a virgem, na cerúlea estância
rompe o casulo lirial da infância
para ser Clóris de um pomar de sonhos.

Mas quando, ó numes da paixão, os mundos
aos olhos frágeis dos mortais desvendadas,
cheios de amor, de seduções fecundas,

Eles, qual fruto tentador das lendas,
são dois abismos santamente fundos,
dois assassinos no grilhão das rendas."

O que prepondera e avulta na sua poesia é a profundidade do pensamento servida de uma privilegiada sensibilidade, tudo coroado de ponderável mecânica rítmica e vocabular.

Prismas, coletânea de versos com que se apresentou candidato a uma das cadeiras da Academia Cearense, em 1897, foi livro de logo vitorioso e mereceu da comissão encarregada de estudá-lo os maiores elogios. "Rodrigues de Carvalho — são palavras do parecer de que foi relator o Dr. Pedro de Quei-

rós — não tem partido em poesia, a paixão sacode-o e o poeta não se subordina, burila o verso com a eloquência do sentimento, com os arrastamentos da inspiração, com lirismo do coração, sem preocupação de escola, livremente, espontaneamente, naturalmente, apenas patenteando leitura de seus autores prediletos. A sua poesia imaginosa, vasada em plástica regular, em ritmo sonoro, deixa impressão agradável.

Goethe, com a serenidade de um filósofo grego, com a vida pautada do metódico Kant, tinha entretanto ou por isto mesmo entranhada admiração por Byron, o mais veemente dos poetas, devorado de paixões violentas, agitado de fragorosas tempestades.

Rodrigues de Carvalho, trepado no seu mocho, debruçado sobre a carteira a escrever o "Caixa" do Banco do Ceará, sossegado como uma consciência sem transgressões, revela íntimo afeto pelo impecável poeta do Child Harold, que deu-lhe a paixão pela Itália, tão poeticamente cantada em seus Prismas — que em fino cristal decompõem os raios de seu espírito, em plena floração poética. Tem mais elos de prisão. Ainda dá a conhecer assídua leitura do grande poeta, a grande paixão pelo que é nobre e elevado o pouco apreço aos grandes nada da vida. Inspirações recebidas dos poemas formosos do formoso Lord. A sensação predominante do livro é a da tristeza, da desilusão, da dor — que domina a obra do imortal Byron. O seu poetar se aproxima um pouco do de Soares de Passos, o inspirado poeta das tristezas.

A sua idealização, porém, só tem uma mira — servir aos interesses da arte. Não arma a efeito. Vai poetizando o que encontra em seu caminho — como de Goethe dizia Merck.

Tem versos breves e conceituosos, como os de Bartrina, o extraordinário miniaturista espanhol. Escreve bonitas elegias. O seu idílio "Mãe" é encantador como "As Mães" do mestre quinhentista Antônio Ferreira...

Os seus "Salgueiros" (3.^a parte do livro), onde há boa poesia, lembra o formoso e conhecido "Baile das Múmias", de Carlos Ferreira.

A sua poesia íntima, a sua poesia do lar é cativante e sentida, singela e comovida. Os versos a sua mãe, a seu filho, a sua filha morta, brotam espontâneos da alma do poeta.”

É preciso, porém, não nos atermos ao poeta, porque ao lado deste esteve, em sua personalidade — “et pour cause” — o hábil e sensível observador e recolhedor das belezas da lírica popular do setentrião brasileiro.

Seu **Cancioneiro do Norte** — pode-se dizer — é um dos primeiros livros em que se procurou coletar com honestidade e espírito de ordenação, no tempo e no espaço, a produção dos nossos menestrelis da viola e do ganzá, quer os dos sertões, quer os do litoral.

Dolor Barreira, no segundo tomo da sua valiosa e infelizmente inconclusa **História da Literatura Cearense**, destacou, qual já haviam feito outros, “como uma das mais valiosas produções do ano de 1903” em nossa terra, o **Cancioneiro do Norte**.

É de registrar-se ainda, na personalidade literária de Rodrigues de Carvalho, outra particular faceta, rara no Ceará, do tempo: a do crítico, através da qual se impôs, com a sua apurada sensibilidade para o vário, e fé-lo não apenas como paciente e cuidadoso respigador de homens e fatos da literatura do Ceará e do Nordeste, mas também à base da conceituação insuspeita e nobilitante de Tristão de Ataíde, que afirmou: “**O Cancioneiro do Norte** ao lado de **Os Sertões** iniciou o interesse nacional pela poesia popular e costumes do povo, hoje chegado ao desenvolvimento por todos conhecido”.

Se Leonardo Mota, cujo passamento se assinalará, depois de 20 anos, no dia 2 de janeiro vindouro, foi sem qualquer dúvida o **primus inter pares** na observação, colheita e sistematização do nosso folclore, quer o lírico, quer o facecioso, naturalmente teve a estimular-lhe no cansativo sacerdócio, tão pouco compreendido de seus contemporâneos, o exemplo de mais de meio século antes, deixado por Rodrigues Carvalho pioneiro indiscutível.

Assim, pois homenageado de hoje, além de alto e nobre poeta, foi uma inteligência e uma sensibilidade voltadas para aquela área do lirismo. Nesse campo difícil, dominaram-lhe a

exata visão e os exatos conceitos acima dos dogmas e cânones de escola, pois que, como já assinalamos, era ele um espírito de dimensões largamente universalistas.

Na **Revista da Academia Cearense** poderão ser lidos trabalhos seus de crítica literária, nos quais revela, numa como antecipação, métodos de análise e interpretação bem diversos da regra comum em sua época, fruto talvez dos seus paralelos convívios com a ciência interpretativa dos textos jurídicos.

Entre esses trabalhos de prosa opinativa, destaquemos os que fez sobre o romance **Maria Rita**, de Rodolfo Teófilo; os comentários acerca dos **Versos de Ontem**, de Pedro Luís, de **Mirtos** do então jovem poeta cearense Temístocles Machado, sem esquecermos a conscienciosa resenha que intitulou **O Ceará Leterário nestes últimos dez anos** e os **Subsídios para a História do Nordeste Literário**.

Como estudioso e praticante do Direito, nos ramos do Cível e do Comércio, deixou Rodrigues de Carvalho demonstrações inequívocas do seu talento de exegese e de acendrada cultura.

Vemos, destarte, que a personalidade de Rodrigues de Carvalho não era daquelas condenadas ao confinamento de uma Província, nem mesmo ao de uma região, embora a temática da sua preferência tenha sido a da gleba setentrional do Brasil. Sempre que alguém se ativer ao estudo do Norte e Nordeste, no tocante à contribuição popular na Arte, descobrirá no arregimentador de **Cancioneiro do Norte** e no autor de percucientes resumos literários uma cultura sempre atenta aos problemas da nossa região e de sua gente.

Se fixarmos os olhos na figura intelectual de Rodrigues de Carvalho apenas durante a sua permanência ativa no Ceará, chegaremos também, para satisfação nossa, à conclusão de que ao sabor da nossa compreensão universalista é que o seu espírito de escol encontrou as grandes motivações para enflorar-se e criar jóias do melhor quilate.

E tantas foram as raízes cearenses da sua vida intelectual, que ele iria concordar em que o seu **Cancioneiro** tivesse aqui a sua publicação, como parte das comemorações altamente

significativas do tricentenário da vinda dos portugueses ao Ceará. É que àquele tempo, Rodrigues de Carvalho começava em Fortaleza a sua vida de estudante, frequentando os bancos da então Academia de Direito do Ceará, onde pontificavam valores do porte de Tomás Pompeu de Sousa Brasil e Antônio Augusto de Vasconcelos e estadeavam talento e entusiasmo valores novos, de promissor futuro.

Foi ele, não esqueçamos, um dos criadores e componentes da primeira diretoria do Instituto Acadêmico Clóvis Beviláqua, que data 1903, ao lado de Henrique Castriciano, Arruda Gondim e Álvaro Adolfo, cearense este que o Pará adotou e que, até poucos anos, tanto brilhava na política daquele Estado, sempre guindado por seus indiscutíveis méritos às mais altas posições, quer administrativas, quer parlamentares, no cenário estadual e no cenário nacional.

Em finos traços, este é o Rodrigues de Carvalho que nos cumpre lembrar nesta hora: o intelectual, o advogado, o jurista, o político, a dar tudo de si, como deu, realmente, pelo desenvolvimento da Cultura da nossa terra, que ele fez também sua.

As letras do Ceará muito lhe devem e, portanto, justa, mais do que justa — obrigatória, esta homenagem que rendem o Instituto do Ceará e o Governo cearense, por sua Secretaria de Cultura.

É a homenagem do Ceará dos vaqueiros e dos pescadores, dos poetas e cantadores miraculosos dos desafios das violas, dos intelectuais que lealmente o admiram. É a homenagem do Ceará que ele tanto amou e tanto serviu.

(Discurso pronunciado na sessão de 21 de dezembro de 1967, conjunta do Instituto do Ceará e da Secretaria de Cultura do Ceará).

CAMPOS DO IPU E CARRETÉIS DE LINHA DA PEDRA

I

Tem a mais forte dramaticidade a vida que nasceu nos sopés da serra da Ibiapaba e caiu a tiros de rifle nas margens alagoanas do rio São Francisco. A vida de Delmiro Gouveia.

Mas o começo do drama, na realidade, vai encontrar-se nas charneças do Paraguai, na luta contra o ditador Solano, ou mais precisamente no rio Taji, onde no dia 2 de dezembro de 1867, data aniversária do Imperador do Brasil, acampava o 26.º Corpo de Voluntários, formado de cearenses.

Os anais da companhia narram que um piquete desse batalhão, a que acompanhavam por simples divertimento vários oficiais, é chacinado de emboscada pelo inimigo, e no fim da rápida refrega estão mortos o comandante do Corpo, um dos tão famosos e admirados Tamborins, dois alferes, um tenente, muitos soldados e, em consequência de seis golpes na cabeça, com o crâneo partido, o capitão-mandante.

Esse capitão-mandante era Delmiro Porfírio de Farias, cuja história encheria um romanceiro, é uma solta aventura de inconstâncias e de amores. "Rapaz forte, robusto, esperto, corado e guapo, corajoso e arrojado" foi mais conhecido, na sua terra e nas vizinhas, como o Belo Farias. Chamaram-lhe de "lendário Farias". Os seus traços físicos eram comuns nos tipos de sua linhagem — os Farias quase sempre corpulentos de saúde e musculatura, às vezes de alta inteligência, como repontariam em Teodoreto de Farias Souto, que no Império foi deputado geral e presidiu às províncias de S. Catarina e do Amazonas, e mais brilhantemente ainda em Raimundo de Farias Brito, o maior dos filósofos brasileiros. Os Sousa Carvalho do grande comércio do Rio de Janeiro e São Paulo são Farias, o cônego Assis Memória, notável orador e possante jornalista na ex-capital da República, também. Igualmente o coronel João de Farias Leite, avô do Belo Farias, por volta de 1824 assassinado pelos terríveis Mourões, família de elementos valentaços que acabaram fascínoras temidos no sertão norte do Ceará. Só porque fora distinguido com o posto de

Capitão-mor e com isso não concordavam os invejosos assassinos.

Delmiro Farias, D. Juan tãful daquelas brenhas, apesar de filho de pai austero, comerciante da vila Ibiapabana de Campo Grande e, ali, comandante da Guarda Nacional, não tinha profissão segura, gostando mais das andanças ao léu de boiadeiro descuidoso e da simpatia das mulheres, que o disputavam fascinadas pela sua beleza física.

Detenho-me ante o original duma ficha da Guarda Nacional do Ipu, firmada, em 11 de fevereiro de 1859, pelo comandante José de Araújo Costa. A ficha é do Tenente Delmiro Porfírio de Farias e nela vejo estas indicações: "Filho de Joaquim Porfírio de Farias, natural desta freguesia do Ipu, casado, negociante, tem a renda de 500\$ anuais, idade de 30 anos, qualificado guarda em 1851 e nomeado tenente em 21 de março de 1857". Nos assentamentos sobre a conduta militar, lê-se: "Boa saúde, presta-se pouco ao serviço, boa conduta civil, e inteligente no serviço cumpre sofrivelmente os seus deveres, tem pouca instrução de sua arma. O juízo do comando do batalhão e favorável". "Faço dele bom juízo".

Amigo e ligado pelo cunhadio ao negociante João de Mendonça Furtado, veio com este, só por acompanhá-lo, até a capital de Pernambuco. O Recife, então, era a cidade capitânea do Nordeste. Tutelava-o, material e espiritualmente, por severa imposição histórica. O Ceará ficara desde os tempos coloniais integrado, afinal, no Estado do Brasil, pois não se acomodava nas jurisdições, a que de início o sujeitaram, do antigo Estado do Maranhão. "Dai — já o escrevemos — a irresistível influência de Pernambuco sobre o Ceará, quer na esfera administrativa e judiciária, quer na econômica, na religiosa e na intelectual. Tudo se fazia e praticava com o Recife ou através do Recife: a economia cearense era simples caudatária da economia dos engenhos, aos quais mandava cavalos e bois para a tração e carnes para o abastecimento. "Do Ceará vinham os negociantes comprar as mercadorias de suas lojas e vinham os estudantes para a conquista dos diplomas jurídicos. O ato régio de D. Maria I separando a colônia cearense do governo

de Pernambuco não foi suficiente para anular essas viagens de suprimento mercantil, que, além do mais, valiam como alegre e proveitoso passeio”.

A formosura de Petrônio encarnada caboclamemente em Delmiro de Farias encantou sem demora as moças recifenses e, mal se esperava, sem ao menos o cunhado saber, uma delas se entrega ao moço doídivanas e fogem ambos para o Ipu.

Este, era uma pequena vila que vegetava no encontro da Serra Grande verde com a agrestia cinzenta dos tabuleiros e varzeados, por José de Alencar chamados os “Campos do Ipu”, onde nasceu Iracema a virgem tabajara dos lábios de mel e cabelos pretos como a plumagem da graúna. “O favo da jati não era doce como o seu sorriso; nem a baunilha rescendia no bosque com o seu hálito perfumado. O pé grácil e nu da morena índia, mal roçando, alisava apenas a verde pelúcia que vestia a terra com as primeiras águas”. Os campos do Ipu, como o sertão vasto, eram, de fato, como ainda são, o contraste anual do viço cheiroso dos invernos com o macilento aspecto da mataria semimorta dos estios.

Foi nesses campos, já agora habitados de sertanejos em gama social a definir-se, variando entre os donos de fazenda de criar e os simples vaqueiros de chapéu de couro, nuança às vezes entre o jagunço e os coronéis, potentados de geração espontânea a que João Brígido chamou de “bons, burros e bravos”; foi ali nos campos do Ipu que outros pés gráceis pisavam receiosos — os pés fugitivos da corajosa pernambucana, de cepa distinta — a moça Leonila Flora, da família Cruz Gouveia. Pelos idos de 1861.

Os pais de Belo, Joaquim de Farias e de Maria Francisca de Paula, reprovaram a atitude inconstante do filho, e não permitiram que ele se domiciliasse em Campo Grande (hoje cidade de Guaraciaba do Norte) e, por isso o casal andante foi localizar-se nas terras da fazenda Boa Vista, três léguas do Ipu, da qual era dono feudal Félix José de Sousa, tio afim do raptor e figura magnânime de dureza dos princípios férreos dos mandões sertanejos daquelas épocas. Entre essas terras

e o lugar denominado Bonito, veio ao mundo a abastardia dos dois frutos da conjunção carnal do tio Belo com a jovem raptada. No dia 5 de junho de 1863, enche os pulmões com a selvática inebriância dos mofumbos e paus-brancos o menino Delmiro, nome igual ao do romanesco genitor Delmiro Augusto, para torná-lo mais enérgico, talvez. O outro fruto, uma menina, batizou-se como Maria Augusta.

Não se sabe como viveram e de que viveram, e sim que, em 1865, embarca-se Delmiro como voluntário do batalhão 26.º Iria deixar o corpo martirizado de feridas nos lodaçais do Taji. Passou a ser um dos heróis da nossa veneração cívica. Sacrificado, qual milhões de homens já o foram, na estupidez das guerras inexoráveis preparadas pela estupidez da alma humana, esquecida de sua excelência divina.

Deixou esse renome e a saudade no coração da amante dileta, e deixou, também, nas veias do filho, o gene, o sangue inquieto e ardente dos Farias, e no psiquismo do filho as poderosas forças da versatilidade, da impaciência realizadora, que seriam o lastro garantidor e fecundo dos triunfos do descendente.

Vêm para o Recife os filhos, pequenos órfãos acompanhados da mãe, graças a interferência paternal do Padre Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o erudito e prestigioso Senador Pompeu da política do Ceará.

É no seio da gleba materna que o infante derramaria os olhos para ver e os sentidos para adaptar-se ao clima dos Leões do Norte, impetuosos das liberdades e das fulgurações do espírito. Vinham dentro da criança dos campos do Ipu, queimada de sol, as virtualidades másculas do entusiasmo e da ousadia, crescendo, inflamando-se para as explosões admiráveis e violentas das atrevidas iniciativas e dos grandes cometimentos. O contato com os Leões, fá-lo-ia um Leão igual. O ar de Pernambuco, "a terra clássica do heroísmo e da galanteria", comportaria as exigências das suas ambições e dos seus projetos. A sua juventude e a sua maturidade teriam para as mais nobres expansões vasto campo e nutrido alimento em permeio com essa gente pernambucana que mais que nenhu-

ma outra foi poderosíssimo fator na formação da nossa nacionalidade. Nenhum existiu — tomo palavras de Elísio de Carvalho — nenhuma existiu, com efeito na antiguidade de nossa terra a quem natureza, a sociabilidade, a educação, a vantagem física da raça e as qualidades espirituais da família estampassem na fronte, como a gente pernambucana, o selo dos predestinados. Por privilégio singular, só em Pernambuco o homem brasileiro alcançou a maior dignidade cívica, revelou-se mais galhardamente dotado para a vida e mostrou-se superior, capaz para as lutas épicas. Daí, sem dúvida, terem os pernambucanos recebido, no século XIX, a denominação de Leões do Norte, com o duplo sentido de força e de elegância”.

O meio, se não faz integralmente o homem, acaba de fazer o homem, plasmando-lhe a personalidade e o caráter. Neste caldo de cultura de uma sociedade de viris e resolutos necessariamente se consolidariam no menino Delmiro Augusto as capacidades inatas do poder da vontade, da iniciativa e do trabalho. O capítulo de Ingenieros, no seu — *As forças Morais* — relativo a esses atributos do indivíduo parece ter sido escrito diante do bastardo ipuense: “Os homens despidos de vontade querem voar e acabam arrastando-se, perseguem a excelência e se enlopaçam nos pântanos, concebem poemas e executam críticas, sonham viver intensamente e se agitam em perpétua agonia”. E mais: “Homens são os que aram em terra própria. Os mansos e os ignorantes, por falta de confiança em suas próprias forças, entregam o seu destino à cumplicidade dos demais. Professam os catecismos de suas escolas, obedecem às ordens de seus funcionários, esperam a proteção das leis, imploram a mercê de seus favores. Com tais homens nada progride nem se renova, senão com os que estudam, querem e fazem”. E ainda: “O trabalho será belo e amado quando representar uma aplicação natural da vocação e da capacidade, quando a espiga for colheita do próprio sementeiro. O trabalhador emancipa a personalidade”.

Tais energias morais e congênicas soube-as o jovem Gouveia dirigir, vencendo a pobreza e os recalques da sua origem. Deram-lhe elas a estrada que não defrontou veredas, nem em-

bargos capazes de por em indecisão a sua rebeldia, as suas tentativas, as suas realizações.

De começo, o rapaz teve que ocupar misteres modestos, de acanhado ganha-pão. Empregou-se na Brazilian Street Railways Company, estrada de ferro carril, ligando o Recife a Apipucos e popularmente chamada Machabomba. Como condutor de trem. Progrediu na função, em verdade um tanto humilhante para quem sonhava alto. Mas o emprego serviu-lhe para aprender o inglês, o que muito o ajudou na vida. Não ficaria ali. Em mais largos caminhos é que desejava firmar os pés.

II

Superado o estágio da estrada de ferro-carris, entrou para o comércio, como caixeiro de balcão no cais do Ramos, depois como gerente do cortume norte-americano Kenn Sutterly Co. Em 1894 — completara 30 anos de idade — enfrenta os azares comerciais por conta própria, sócio principal da firma Delmiro Gouveia & Cia. O negócio é bom e depressa fica rico. Passa a milionário, é o REI DAS PELES. A pele de cabra e do carneiro transformou-se-lhe em ouro, ao toque mágico do seu descortino admirável. Dissera um dia que o bode era a grande salvação. Mas a salvação, o entesouramento da riqueza do couro caprino estava, sim, na inteligência com que era incentivado, era bem tratado, tecnicamente imunizado das poli-lhas. O sertão pernambucano faz-se centro de baliçosa caprinocultura, com os chiqueiros fedorentos multiplicados por mil.

O REI financia os vassallos cabreiros e não quer do animal senão a vestimenta, que o sol sertanejo torna forte e macia. A América do Norte pede-lhe os montões de courama e restitui-os em dólares. Com os dólares milagrosos a cabeça do ipuense povoa-se de idéias e as idéias saem da cabeça para as concretizações estupendas. É um mercador genial que está operando. O meio sócio-econômico do Recife espanta-se das arremetidas do filho de D. Leonila Flora. Modifica o velho Derby

de abandonada pista de cavalos nos esplendores das mais adiantadas instalações e executa outros prodígios, porém ao mesmo tempo está assanhando a inveja e os rancores dos oficiais do mesmo ofício. Obstina-se e defronta-os. Enfrenta os políticos sem alma que solertemente amparam os seus competidores.

Mas já amadurecera na plenitude biotípica. Definira-se na compleição anatômica e no psiquismo. Crescera fisicamente do tamanho do pai, do Belo Farias, corpulento, hígido, pode dizer-se airoso. Do pai não herdara, furtara os impulsos do destemor e dos desassombros. Nele, resultara o pícnico, com fortes componentes do tipo atlético, segundo Krestschmer, ou um predominantemente endoformo de acentuadas características do tipo mesoformo, segundo os americanos Scheldon-Stevens. Temperamento vibrátil, com oscilações dentro nos limites normais, demonstrando intensa vitalidade e humor sintônico, ou seja a harmonia com o ambiente. Caráter ativo, empreendedor, pioneiro, generoso e de enorme agressividade realizadora. Na sistemática alemã de Spreerman, o seu quociente intelectual é bastante acima da média. O valor do fator G (inteligência geral) provavelmente alto. Muito evidentes, alguns fatores E (inteligência específica). Taquipsiquismo ou rápido curso das idéias, aliado a proporcionada taquicinesia. Enfim, energia potencial em subido índice, aplicada com regularidade e perseverança.

Tudo isso se traduzia em Delmiro Gouveia na imponência de uma pessoa simpática, talvez vaidosa, com a sua altura de 1,75m ou mais, a face corada, os cabelos escuros, os olhos castanho-claro, bigode cuidadosamente tratado, como era uso do tempo, dentadura correta. No cotidiano dos negócios, sempre de roupa branca rigorosamente passada. Nas apresentações sociais, nas tardes do *footing* pela Praça da Independência, trazia a estatura sadia vestida em fraque bem talhado, de pano cinzento-escuro, colete de fustão fantasia, calça listada, chapéu coco em justa combinação com a cor do fraque e gravata de tonalidade diferente. Flor na lapela, belíssima bengala elegantemente conduzida, Brumell tostado do calor desta cidade de Nassau, outro príncipe brumélico do longínquo

mundanismo flamengo. Se recuássemos para lá o soçaitismo de hoje, seria "um dos dez mais" do Recife. Recebo de Tadeu Rocha a informação de que chegou mesmo a ditar normas à moda masculina, com os afamados colarinhos, — Delmiro Gouveia, altos, irrepreensivelmente engomados. Como o pai fora o Belo Farias dos sertões, ele era o Belo Gouveia da Veneza Brasileira.

O homem social completava-se nas recepções da sua vila de Apipucos e do seu palacete do Derby, dominadas de finura européia, no mobiliário rico, na distinção das maneiras, nas palestras educadas, no número das iguarias e na escolha dos vinhos. Os salões, ornamentados com apurado gosto, frequentados da melhor gente recifense — intelectuais, artistas, políticos, comerciantes, homens da indústria — relembavam aqueles outros da época imperial, um tanto preciosistas, com as afetações moderadas que a elegância pede — os salões de Joaquim Nabuco, da Marquesa de Abrantes, do Barão de Cotegipe, da Condessa de Barral, da Viscondessa De Cavalcante, de Francisco Otaviano, tão minuciosamente e em ático estilo descritos por Wanderley de Pinho, no seu *Salões e damas do Segundo Império*. Os salões de Delmiro, a que a esposa D. Anunciada, como D. Eponina dos de Otaviano, coloria com as lantejoulas de sua graça lirial e simples de moça matuta de Pesqueira, puxada pelo marido às eminências aristocráticas da alta sociedade da Capital do Beberibe.

Como que adejava no ambiente a mesma inspiração que veio dar na França, nos séculos 17 e 18, a beleza de espírito dos salões da Marquesa de Ramboulliet, de Melle de Secudéry, de Mme. de Savigné, de Mme. de Stael, de Mme. Récamier.

As viagens de Delmiro à América do Norte e à Europa não eram só de preocupações comerciais, e nessas notáveis tertúlias achava-se a prova insofismável. Outras terras e outras gentes alargaram-lhe os pensamentos e poliram-lhe os gestos.

Mas o homem é uma peça da sua entrosagem paroquial e sofre e reage no trabalho convivente dessa entrosagem, suportando injúrias da inveja e golpes do ódio e da incompreensão.

omz A sua riqueza de bens, a sua superioridade de visão, a sua audácia destruindo as rotinas, os seus processos de objetivar idéias de profundidade e não unicamente de superfície, aptos para atingir pontos que o conservantismo jamais conceberia, tudo isso fê-lo alvo das setas envenenadas da desconsideração, da felonía e da maldade.

A técnica de refinação do açúcar na Usina Beltrão e a novidade de sua venda em tabletes, ao lado dos encantamentos que soube dar ao velho hipódromo urbanizando-o maravilhosamente, com o seu mercado-modelo, o seu moderníssimo hotel e o seu pavilhão de diversões, chocavam-se com a mentalidade e os interesses daqueles que não o podiam acompanhar nas audácias e impulsos progressistas.

O grande atrito viria com o situacionismo político, de que era fulcro o Senador Francisco de Assis Rosa e Silva, de prestígio invulnerável guarnecido pelo regime da mais trancada oligarquia, como as outras oligarquias do Norte, nepótica, exclusivista, intolerante, integralmente impermeável, sem poros por onde respirassem os direitos dos adversários. Dera nisso, nessa anomalia político-administrativa, a política dos governadores do Presidente Campos Sales, vendendo a liberdade do povo aos oligarcas dos Estados pelo preço de um cego apoio aos seus desejos, aliás superiores e justos, de restaurar as escandalizadas finanças do País. Os meios justificam os fins...

Os apelos de Delmiro ao soba pernambucano e vice-presidente da República contra as perseguições que sofria não seriam ouvidos. *Tout court*, e o resultado foi o desatino da Rua do Ouvidor, do Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1899, em que o fechado estadista agora abria as ouças e a vista para defender-se das bengaladas que o perseguido do Recife lhe aplicava encandalosa e impiedosamente. A consequência foi a revanche do incêndio do Mercado Derby à noite de 2 de janeiro seguinte; e as prisões iníquas que a ele se sucederam, diz-se até com o desígnio do assassinar-se a rebelado oposicionista.

Turvava-se o firmamento azul da carreira do Delmiro sempre vitorioso. Os olhos vêem os grandes panoramas, porém às vezes fabricam lágrimas. A vida nem toda hora é uma sin-

fonía. As águas tranqüilas, quando menos se pensa, agitam-se em tempestades. E elas se agitaram ameaçando o gigante.

Outros acontecimentos infaustos o atingiram, e aqui entreguemos por um instante a palavra a Tadeu Rocha: "Nos dois primeiros anos deste século, alguns fatos decisivos ocorreram na vida dos seus negócios comerciais e industriais. O primeiro deles foi de natureza doméstica e resultou na incompatibilidade de gênios e temperamentos na sociedade conjugal. O marido foi distrair-se na Itália e a esposa não demorou a trocar o palacete do Derby pelo recolhimento da casa materna, em uma rua de Pesqueira. E nunca mais o casal se entendeu. O segundo acontecimento foi de ordem econômica: a nova firma que Delmiro constituíra antes de embarcar para a Europa — Silva Carneiro & Cia. — sofreu enorme crise durante sua estada no estrangeiro. Delmiro Gouveia informado, da situação, voltou às pressas para o Recife e propôs aos credores uma concordata na base de vinte e um por cento (21%). Estes não aceitaram a proposta e decretaram a falência da empresa e só receberam dois por cento (2%) das dívidas.

A coragem pessoal, o espírito de iniciativa e a capacidade de trabalho de que era dotado Delmiro Gouveia não lhe deixaram oportunidade para o desânimo. Sob sua inspiração, constituiu-se a firma Iona & Krause, formada pelos seus amigos Leonello Iona, contabilista, e John Krause, corretor de câmbio. Os irmãos Rossbach — J. H. Rossbach & Brothers, de Nova Iorque — não abandonaram o seu antigo fornecedor de peles: a nova empresa de Delmiro Gouveia mereceu especiais considerações desses importadores e facilmente se impôs nos seus bem conhecidos mercados brasileiros de "courinhos". Ao mesmo tempo, o industrial e comerciante restaurava as suas ligações político-partidárias, no seio das correntes que faziam oposição ao situacionismo do Conselheiro Rosa e Silva.

Ocorreu, então, na vida de Delmiro o mais grave dos três acontecimentos desse tempo, com sérios reflexos no seu futuro e no destino econômico do Nordeste. Isolado de sua esposa, desfeito o seu antigo lar, Delmiro Gouveia encheu-se de amores por uma jovem de rara beleza, a quem não assistiam bons

costumes maternos. E o quarentão respeitável, esquecendo a sua posição social e política, ousou raptar a moça de sua casa, ao anoitecer de um domingo — 21 de setembro de 1902 — passando a residir na Usina Beltrão, em Santo Amaro. Houve grande escândalo na sociedade recifense, com a inevitável participação da política partidária, que provocou rapidamente as providências policiais e a ação da justiça. No dia 2 de outubro o chefe de Polícia, José Antônio Gonçalves de Melo, mandou cercar a Usina Beltrão à procura da menor raptada, que dias depois foi descoberta noutra local e posta sob a guarda de um tutor. Nos meados do mês foi expedido um mandado de prisão preventina contra o raptor e iniciada a sua formação de culpa, no dia 28. O Tribunal de Justiça do Estado mantém o mandado de prisão, e a 24 novembro, o Juízo de Direito por onde corria o processo confirmou a pronúncia do acusado. Só lhe restava mesmo um caminho a seguir: deixar quanto antes Pernambuco. E Delmiro Gouveia foi fixar-se no coração de seu mercado de peixes, nas caatingas alagoanas da zona de Paulo Afonso.”

As letras deterministas do destino escreveram outra repetição do pai no filho, do Belo Farias no Belo Gouveia: aquele, desprezando a mulher — D. Francisca de Mesquita Farias e os cinco filhos, unia-se ilegitimamente a uma donzela pernambucana; este, desprezado da esposa, unia-se, do mesmo modo e ruidosamente, a outra donzela de Pernambuco. Ele, Delmiro Gouveia, nascera da espuridade conubial do pai; ele, Delmiro Gouveia, se constituía pai de vários filhos.

III

E aquelas mesmas letras da fatalidade também estavam escrevendo um triunfo: o da coragem contra as muralhas da adversidade, o despotismo das ondas contrárias, noutra recidiva — o menino dos sertões do Nordeste voltava a viver nos sertões do Nordeste, no contato dos pedregulhais e dos mandacarus, entre corações desarmados e hospitaleiros e braços

que não sabem o que é fadiga. Parece uma transferência freudiana, estes afetos dos campos do Ipu atribuídos, reviventes nos afetos visuais das margens sanfranciscanas de Água Branca. Do riozinho cearense — Ipuçaba — ao pequeno ribeiro alagoano — Paricenha. A contemplação infantil da bica do Ipu evocava-se na contemplação empolgante da queda de Paulo Afonso. Do absurdo de águas que é Paulo Afonso.

Aquilo é mesmo um absurdo. Quem chega tem a idéia de que não pode ser. É demais. Excedem-se a Natureza e o Homem.

A geografia humana é ali a mais eloqüente das vitórias. A cachoeira indominável na brutalidade de sua força desperdiçada, estragada. O trabalho dos músculos tirando, dessa brutalidade, força estilizada, produtiva, construtiva, transformada em eletricidade, de redenção econômico-social, fonte de riqueza, de conforto, numa extensa área brasileira.

“Paulo Afonso vê-se, sente-se, não se descreve”, foi assim que aprendi, quando estudantezinho lendo **Porque me ufano de meu país**, do Conde de Afonso Celso.

Na verdade, a catarata estupenda é indescritível na sua integralidade. As palavras, as imagens, os tropos lingüísticos não suportam o choque esplendoroso da paisagem.

Imputa-se a José Lins do Rego esta outra impressão: “Cheguei, vi e fiquei besta”. E, de fato, a atitude do boquiaberto é a que se guarda diante da monstruosidade daquela beleza de águas e coloridos.

Parece que deuses lá dos olímpos, munidos de cubas enormes, as despejam — águas e cores — sobre a terra em pedregulho. Ou que pisaram o chão do rio, esmagando-o em mil pedaços, para que a correnteza perdesse a monotonia, a preguiça que vem trazendo e, agora, continuasse agitada, plena de vida, em efeitos surpreendentes, por entre ilhas como que penduradas, agarrando-se no declivo espantoso. A queda, até em baixo, vai a 80 metros e o turbilhão líquido, rasgado em vários, se despenca furioso em sucessivos tombos ou degraus, formando alvos lençóis em dobras ou franjas emocionantemente movimentadas, tumultosas, numa mutação contínua.

A confusão das águas, que só dificilmente reencontram a placidez no começo do "canyon", mistura-se à confusão dos arco-íris, muitos deles espetacularmente — não há outro termo — em forma de círculo perfeito, refletidos na relva da terra firme.

Jamais os vira assim e tão unicamente na aparência semecircular, abraçando o céu em dias chuvosos.

Para maior facilidade da visada em conjunto, o homem inquieto estendeu ali um cabo, com a extensão de 140 metros, em que desliza um bondinho simplório, mas seguro, para transporte de pessoas e carga.

Do bondinho corajoso, insolente, contemplamos mais na totalidade o suntuoso panorama, batida a nossa face pelo agradável frescor de neblina delicada que sobe das águas na precipitação contra os penedos.

Necessariamente, vem a interjeição — Maravilha!, que nos sai dos lábios como escape, desafogo de uma pressão interior.

Maravilhoso, sim. Não se descreve o espetáculo imponente, contagiante e tonitroante, para somente senti-lo nos arroubos do mais incontido entusiasmo. A alma da gente como que delira de uma alegria medrosa.

Fica-se besta, realmente tomado desse sentimento de êxtase e admiração que, nos limites extremos, nos deixa quase estáticos, parados, incapazes de manifestá-lo senão interjectoriamente. As interjeições, como expressão de linguagem, traduzem as surpresas e os ímpetos emocionantes, e em frente à cachoeira san-franciscana é a categoria de palavras mais utilizada. O resto, os adjetivos, os advérbios, não passam de complementares, de ornamentação literária, de roupagem. Aquilo é mesmo um absurdo.

O rio S. Francisco, na expressão de Alberto Rangel, é o rio medular do Brasil, pois "sua longa nervura se estende a dois hemisférios, dando-lhe o esquema de sua ligação e coexistência". Rio "fator da unidade nacional". Mais que isto para Geraldo Rocha: "fator precípua da existência do Brasil."

Em 1801, deixara o naturalista Vieira do Couto, numa de suas Memórias, estas palavras proféticas: "Eras virão em que os povos correrão em chusma sobre estas ribanceiras (re-feria-se ao São Francisco), estes altos barrancos cortados tão a prumo, e tão formosamente fingindo cais, serão um dia decorados de frutíferas jardins; numerosas povoações branquejarão por estas ribeiras; vozes alegres retumbarão onde hoje só reina um profundo silêncio, de vez em quando interrompido de feios roncões de tigres ou agudos gemidos de tristonhas aves que aqui bordejam; tu serás, ó formoso rio S. Francisco verdadeiramente o *Coelio Gratissimus Animis*. Tu serás enfim conhecido, e apreciado o Triptólemo, que era daí ensinar a lavar e embelezar a terra, criar comércio, desterrar a ferocidade e fazer a vida deleitosa e feliz."

Efetivamente, não ficariam na dolência dos currais e do aboio dos vaqueiros dos riquíssimos Garcia D'Avila e Guedes de Brito as atividades do homem naquelas ribeiras longínquas da civilização que começava. A cachoeira era um grito soturno, monstruoso, que um dia um engenho quase diabólico escutaria numa afoiteza de titão. Ele faria verdejar de jardins e pomares as barrancas secas e faria branquejar de povoações aquelas ribas descarinhosas, só vestidas com os farrapos espinhentos dos xiquexiques e dos faveleiros.

As mãos invisíveis e misteriosas da sorte o conduziam, a ele o titão, até o arraialzinho da Pedra, alguns quilômetros da catadupa imensurável. Daquela Pedra, dir-se-ia melhor daquelas pedras, onde só nasciam cáctus, ele arrancaria, usando das provetas do quase-impossível, mais que surpreendentes precipitados da geografia humana, na concepção espanhola do Professor Leôncio Urabayen, da Universidade de Navarra.

Os maravilhosos precipitados geográficos de uma indústria, duma cidade, duma glória modificando a paisagem. O pioneiro chegou e domou com os seus pulsos a natureza esquiva. Estavam nesse precursor, na frase de Paulo Dantas, "características profundas do tipo positivo brasileiro, americano, continental, como em nenhum outro homem nosso, quer no passado, quer no presente, foi dado encontrar." "Sozinho, sem

favores oficiais ou oficiosos, sem burocracia, nem constrangimentos, sem golpes nem espertezas, sem hipertrofias nem atitudes, Delmiro Gouveia criou, no deserto nortista, uma Canaã sertaneja que, infelizmente, um Euclides da Cunha ou um Graça Aranha não chegaram a conhecer para imortalizá-lo noutro grande livro nacional.”

Novelesca a história dessa criação, toda a ação de um forasteiro contrariando as inércias, as descrenças, os medos e as cobardias. Não é uma cabeça com visionices ou delírios. É um revolucionário que está agindo, numa loucura épica arrasando chão, levantando casas, construindo usinas e fábricas, nucleando uma população inteira para habitar as casas e trabalhar nas fábricas e nas usinas. A água para todos os misteres vem de Paulo Afonso e da possança inesgotável de Paulo Afonso vem, inacreditavelmente, a energia elétrica, a luz para a vida do aglomerado, a força para as máquinas, o conforto, a decência, o bem-estar, a felicidade.

Gostei deste trecho de Mauro Mota: “Trazendo as águas do S. Francisco através de 24 km. rebela-se Delmiro contra a natureza, promove uma revolução hidráulica na região. Domado pela primeira vez, o rio sai do leito ocioso para irrigar aquelas terras duras e nuas. O mato brabo, os ninhos de cobra e os ranchos de cangaceiros cedem lugar a um parque verde e ágil de lavouras e pecuárias. Brotam a babugem e o pasto, planta-se a palma para o gado, importam-se os zebus, parem as vacas, crescem o feijão e o milho, florescem os algodoais”.

E aproveito do mesmo ilustre escritor esta informação: “Em 1914 Pedra tem a melhor luz elétrica do Brasil. Tem ruas e bangalôs pintados de branco para os operários, água filtrada e encanada, jardins, telégrafo, telefone, sorveteria, banda de música, teatro, tipografia, litografia, alfabetização compulsória para as crianças e adultos, prêmios para os que aprendessem a ler mais depressa, distribuição gratuita de material escolar, ordem e justiça. E não tem ladrões, desordeiros nem prostitutas”.

A cidade propriedade particular de Delmiro Gouveia, argamassada, preparada por Delmiro, tijolo a tijolo, quase como

um brinquedo, tinha tudo isso, tinha a civilização que as cidades do governo não possuíam, inclusive a ordem e a justiça nelas ausentes, inexistentes, substituídas pelo bacamarte dos cangaceiros e pelo arbítrio casca-grossa, auto-suficiente e perigoso dos coronelões fazendeiros, amendrontando, matando a caipirada indefesa, desamparada, socada nas matas norestinas.

E o centro do novo aglomerado urbano, a fábrica de lincas, o símbolo, o maior símbolo, a maior escultura dos arrojos de Delmiro, da luta ingente dos seus músculos, dos seus nervos, da sua fé construtiva, da sua mentalidade fogosa de agente e arquitetante, da resistência surpreendente do seu fôlego enfrentando o poderio do truste estrangeiro das lincas de costurar, com os seus tentáculos internacionais e sufocantes.

Enfrentou-o e derribou-o, o pequeno mestiço — Davi do Ipu ao Golias — quasímodo do grupo econômico das ilhas britânicas, saxônicamente orgulhosas e nordicamente loiras. Os papéis inverteram-se, literalmente.

As prateleiras das lojas e bodegas do Brasil, e até de países vizinhos, agora, só apresentavam a linha “Estrela”, forte, bem urdida, bem arrumadinha nos carretéis esguios, lépidos, longelíneos, diferentes, dos carretéis brevilíneos, gorduchos como John Bull, da companhia Machine Cotton.

Mas veio a morte do vencedor. Mataram-no de bala e à traição, em 10 de outubro de 1917, quando, à noite, lia jornais no alpendre de sua residência. Tombava, numa predestinação, como haviam tombado o pai e o bisavô, o corpo em buracos derramando sangue.

O processo de matar, no sertão, guardava ainda o velho estilo de alcatéia, e por muito tempo continuaria. Repetia-se tal qual naquele instante nefando, na escuridão encapuzada.

Imputaram ao truste inglês tão bárbaro homicídio, porém não creio na imputação: deduções vagas não constituem provas e suspeitas não convencem. Também acusaram o deputado estadual José Rodrigues Lima e a José Gomes de Sá,

emprestando-se ao despeito e às raivas políticas a inspiração do delito, o que talvez fosse mais aceitável. Há igualmente hipóteses de que forças sub-reptícias, ligadas ao eterno **cher-chez la femme**, tenham sido o responsável pela eliminação de Delmiro, numa vindita de honra. Os mulherenguiço delmiriana pode, realmente, oferecer bom terreno para as pesquisas da Criminologia: o macho euforicamente viril, sem o aconchego da esposa desquitada e sem o contato da concubina abandonada, teria de procurar as derivações galantes das **chambres garnies**, escusas e muita vez cheias de ameaças. **Sub iudice lis est.**

Hoje, entretanto, já pouco importa descobrir quem o chacinou e por que o chacinaram, pois o mal está irremediável. Muito mais importa saber que o crime feriu de cheio o próprio destino sócio-econômico do Nordeste, fazendo murchar as esperanças tão lindamente desabrochadas e espatifando a gigantesca obra do aproveitamento hidroelétrico de Paulo Afonso, tão fagueiramente iniciada. Houve a parada súbita da marcha vitoriosa e entusiástica perturbando uma evolução. e aos sociólogos do Nordeste compete estudar, isto sim, os efeitos do desaparecimento do grande motor de toda essa renovação que se preparava para modificar, essencialmente, a bisonha **facies** da vida nordestina. A biografia de Delmiro Gouveia terá, necessariamente, como orientação prevalente esses estudos de interpretação.

Começa-se a exegese de Delmiro, porém, muito há que fazer ainda para desmanchar o "truste nacional de silêncio" que em torno dele se fez e tanto magoou uma de suas filhas mais revoltada contra ele do que mesmo contra os arrochos de cobra-de-veado do truste de além-mar. O Mauá nordestino — ou ele será maior que Mauá? — ressurgiu na memória das elites e dos homens públicos em busca da merecida consagração coletiva. Ouvem-se, quebrando aquela conjura do silêncio, as vozes todas do Brasil querendo homenageá-lo e glorificá-lo. Quer-se por no bronze o seu exemplo, e o bronze da sua estátua, felizmente, já escalda o ferro nos cadinhos da exaltação cívica.

Um pouco mais e nos Estados do Nordeste essa estátua se levantará com a sua figura cheia de garbo, valor e personalidade inconfundíveis. Mas o movimento somente estará completo se se puserem nas mãos do Opolo ipuense alguns carretéis da linha da Pedra. (*)

(Conferência pronunciada no Instituto Joaquim Nabuco, do Recife, em 7.6.1963).

(*) Após a data desta conferência, muito se há publicado sobre Delmiro Gouveia, reforçando os estudos de Tadeu Rocha e Mauro Mota.

J. C. Alencar Araripe, escritor e jornalista cearense, realizando demoradas pesquisas na terra de nascimento do notável homem de tão larga visão e ousadas iniciativas, e bem assim na região de Paulo Afonso, deu-nos **A Glória de um Pioneiro — A Vida de Delmiro Gouveia**, Rio, Edições o Cruzeiro, 1965 c/142 ps., e F. Magalhães Martins, ipuense, havia tirado, antes, dos prelos **Delmiro Gouveia, Pioneiro e Nacionalista**, Rio, Editora Civilização Brasileira S. A., 1963, c/208 ps., reproduzido em 2ª ed., melhorada, pela mesma editora, MEC, 1979, 209 ps., cuja bibliografia deve ser consultada.

Homenageando-o, aliás sem o vigor devido, o Ceará, no dia do 1º Centenário de seu nascimento — 5 de junho de 1963 — inaugurou o seu busto, em bronze, no Passeio Público, tradicional e evocativo logradouro de Fortaleza, e outro em praça central da cidade do Ipu, sede de seu Município nativo. A iniciativa foi do Governador Parsifal Barroso, que reputa Delmiro o maior dos cearenses no campo do progresso econômico brasileiro.

Outra homenagem consistiu em dar-se ao antigo Distrito Santo Isidro (do citado Município do Ipu), criado pelo Dec.-Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938, o seu consagrado nome. A vila sede fica à margem do riacho São Francisco, um dos formadores do grande açude "Paulo Sarasate", alimentado este pelas águas do rio Acaraú.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Posto num recanto manhosamente escondido atrás das dunas, ao território que nos reservou o destino na divisão das capitanias coloniais, emprestaria a Geofísica a imagem de uma predestinação. Seríamos um povo encarregado do apacento de gados, uma gente de pastores humildes.

O Ceará — bem o descreve Nertan Macêdo — “O Ceará é uma ferradura, quase, igual ao formato da que se põe no casco de um cavalo. A terra foi modelada por um casco de boi, assim quis a Providência Divina. Na boca da ferradura está a pancada do mar azul, que se verdeja junto às brancuras das praias, longas e desertas. O fundo arqueado da ferradura é o Chapadão do Araripe, que separa o Ceará do Piauí. Frente à terra, para quem navega pelo mar, ter-se-á à mão esquerda o Chapadão do Apodi, que isola o Ceará do Rio Grande do Norte. E à direita, separando-o do Piauí, um terceiro Chapadão — o da Ibiapaba, que outros nomes de serras suas também tem. Todas as terras dentro dessa ferradura são terras do sertão. O Ceará é sertão de ponta a ponta de norte a sul, de leste a oeste”.

Também já imaginaram a nossa configuração territorial semelhante a um coração, e o símile daria outro predestino — a da beleza sentimental do sertanejo, cozinhado de sol e retemperado de bondade cavalheiresca. Ainda há os que ao perfil do Ceará emprestam a forma do barrete dos frígios, e este é também símbolo de um fadário — o sentido indomável da liberdade, do homem que tem raiva dos apertos e quer viver andejo e à toa, numa curiosidade de criança.

De começo, eram os índios, injustiçados de brutos, mas na verdade desprevenidos e ingênuos, que enchiam o sertão, num nomadismo que era o seu modo de ser livre e andar ao léu, catando frutos, matando caças, bebendo mel dos ocos de paus e dos enxuís valentes, com a simplicidade e desenvoltura da nudez sem acanhamento, sem ter na alma a maldade

consciente dos homens brancos que os vinham destruir, que os vinham matar, arrasar-lhes as tabas e ocas, escravizá-los, saqueá-los, roubar-lhes as mulheres, tudo isso em nome de Deus e em nome do Rei.

Depois, esses invasores, alvos de tez, cristãos na Fé, arrojados de destemor ibérico, pisaram o lírio dos campos e no seu lugar plantaram a civilização da espada e do trabuco, levantando cercas para encurralar os gados que traziam, com os cascos iguais à ferradura do território contido entre as montanhas em semicírculo fechado com a curva do oceano. Resultou o que podia ser — a aculturação meio termo, de vencedores e vencidos, entrelaçando-se na adoção de hábitos e costumes, interassimilando-se no modo de comer bichos do mato, de dormir em rede, de viver pela pesca e pela caça e até de amar para produzir o mameluco. Cruzamento em tudo, cruzamento das almas, das ternuras, noutra composição que não era nenhuma das duas, e sim uma gente nova, corajosa, inquieta, birrenta contra as adversidades, achando até ruim viver um dia igual ao outro, na mais singular das versatilidades.

E esta gente nova, dentro no casco da ferradura, dentro no sertão de ponta a ponta, construiu casas de tipo diferente, aboiou os rebanhos doutra maneira nunca vista, à solta pelas caatingas, bravios, nédios, proteinados até o tutano saboroso. Criou este homem novo o reinado do boi barbatão, que ele ia pegar na mataria, como um doido, mas pegava. Criou o reinado do leite mugido, o reinado do queijo-de-coalho, o reinado do boi-força, reinado do boi-dinheiro, do boi-riqueza, do boi-conforto, do boi-felicidade, do boi sustentáculo da sua ventura com a família que gerava.

Se a Ciência não explicasse — a Etnografia, a Geografia Humana, a Sociologia — haveria mistério no modo como se formam os povos. E complicaria o mistério a adversidade quase infinita espalhada na terra de como cada povo aparece na tela ecumênica, se define, diferencia-se, caracteriza-se e acaba modelado em qualidades próprias, inconfundíveis.

Na verdade, os povos contrastam-se uns dos outros numa gama de dessemelhanças que atinge as oposições mais evidentes. Há nisto, trabalhando a diversificação, os mais díspares fatores, numa complexidade que exige interpretação não raro embaraçosa.

Mas o fator geográfico prepondera, sem ser o único, e necessariamente ajuda a imprimir traços fortes na configuração do povo que se formou e habita determinada área. A paisagem física, numa espécie de mimetismo, dita fortemente a sensibilidade e a vida da paisagem humana. O esquimó dos gelos não se confunde com o caboclo dos trópicos; o homem da praia, da maresia com a pele suja de sal, longe está de parecer-se com o homem dos agrestes sertanejos, porejando outro suor e respirando outros ares.

O coração de um não pode ter a pulsação do outro cada qual com o seu batido, a sua luta. As noites do mar não podem dar o mesmo sono das noites do sertão. A acomodação individual e social não será a mesma, jamais.

O cearense, do sertão de ponta a ponta, por certo teria todo seu o seu espírito, o seu denodo, a sua coragem, a sua inquietude, porque das convulsões telúricas o que lhe tocou de chão foi uma gleba de resíduos, uma terra de negaças, somente rica de luz intensa e de ventos soltos, somente cheia de desafios para que ele os enfrentasse e com eles brincasse, como meninas brincam com bonecas.

As caatingas amofinadas nem ao menos imitam a floresta, e os rios, quais velas-de-filtro, são incapazes de guardar as águas que as chuvas lhes trazem, quando trazem.

“Tudo no Ceará — o conceito amargo é de Joaquim Catunda — tudo no Ceará acusa uma natureza uniforme nos seus aspectos e extremada nos seus processos. Os contrastes se realizam por gradações aproximadas: ausência quase absoluta do grande. Os montes sem elevação, os vales estreitos, os rios sem profundidade, a vegetação raquítica e atrofiada, a fauna minguada de variedades e de formas, a paisagem sem grandeza. A tudo o pequeno imprimiu o selo, exceto no aspecto do

céu e do mar. Foi como uma nota que desafinou na escala harmônica das criações sul-americanas”.

Deus fez assim o Ceará, foi o que lhe restou para dar mas deu ao seu homem a disposição violenta de transformar o pequeno no grande. Deu-lhe o destino de suar, porém deu-lhe o meio de saber enxugar o suor. Esqueceu de oferecer-lhe a regaleza das moludras naturais imponentes, mas o homem tomou, insólito, as armas de fazer do quase nada muita coisa. Por si mesmo, aprendeu o que seja força de vontade, talvez tenha blasfemado, e no entanto, descobriu o jeito de remediar o impossível.

Ficou o Ceará num recanto do Continente, que até foi difícil encontrar um dia, vadiando de esconde-esconde entre as areias praianas, calvas, espelhantes, desencorajadoras dos aventureiros que passavam mar afora e não ligavam para aquele suposto deserto.

Sabemos como se fez a investida para o centro no Nordeste, baseada no pastoreio. Do São Francisco ao Parnaíba, acrisolou-se uma civilização típica, e o resultado foi a simbolização dos chapéus-de-couro.

No Ceará, a brincadeira dos vaqueiros pernambucanos, paraibanos e norte-rio-grandenses foi insinuar-se nos rios, subi-los e enche-los de fazendas de boiadas. Foi a base, o suporte, duma construção de aventuras e percalços, cada fazenda como núcleo, como célula do tecido que se ia estendendo nos teares da expansão penetradora.

As embocaduras dos dois maiores rios empilhavam-se de gente, querendo entrar para o sertão das pastagens afamadas. O Jaguaribe — “rio das onças” e o Acaraú — “rio das garças” de logo foram vencidos, dominados de baixo para as nascentes, e no meio da caminhada surgiram lá a vila do Icó, de 1738, e aqui a vila da Caiçara, de 1773, que não eram outra coisa senão entumescimento demográfico das fazendas do Pilar e da fazenda do Caiçara, aquela com os currais de Francisco de Montes e Silva, formidável de ação e beliscoso em brigas sangrentas com os Feitosas dos Inhamuns, e esta, com os

currais de Antônio Rodrigues Magalhães, mais pacífico, mais obreiro, em luta só com as suas vacas e os seus touros.

Icó e Sobral resumiram a distribuição do comércio e da economia das carnes secas e da boiama em pé e irradiaram o refinamento da aristocracia fazendeira, a aristocracia do boi, metida à européia, numa mistura de bom gosto e de primitivismo de maneira que dava as vezes até para achar graça. “Os fazendeiros — retrata fielmente Guimarães Duque — com os seus moradores, os situantes, os assalariados e comerciantes formavam uma comunidade em que os contatos eram estreitos e os conhecimentos recíprocos das qualidades e defeitos pessoais conduziam a relações sociais para o equilíbrio da vida pessoal comum”. “A densidade da população era baixa, havia terra virgem para todos, o filho fazia a sua casa e continuava na mesma fazenda, o padrão de vida era a satisfação de necessidades materiais, quase não existia a economia do dinheiro, a família proporcionava o contentamento do afeto e os festejos religiosos e mundanos bastavam para o gozo espiritual. Assim, a antiga sociedade tradicional, sertaneja, era integrada nas ocupações, nos interesses da família, nos divertimentos, e conservava ciosamente as suas condições de atitudes e costumes sociais restritos”.

Não recontara ainda o subdesenvolvimento que somente neste século, mais exatamente depois de 1922, com as chamadas “obras contra as secas” deram mais amplitude às ambições do homem rural, encandearam-no na ilusão muito justa do melhor e o levaram a adotar novos estilos, novas concepções das coisas, novas insatisfações, novas vontades de sair donde estava e andar na ventura do aqui-e-ali, nem sempre a encontrar o que pretendia.

Os progressos experimentados no sul do País, com a sua crescente inversão de capitais estrangeiros e a cada vez maior infiltração de imigrantes mais bem preparados de idéias e de técnicas, quebraram o equilíbrio do Nordeste remançoso e cada hora que o relógio marcava, marcava também o atraso da região.

O subdesenvolvimento, assim explicado ao ligeiro, tornou-se flagrante e os nordestinos passaram a suportar as amarguras reais da distância econômica e as morais de um justo ressentimento pelo desprezo em que os colocavam os poderes públicos responsáveis pela reparação do desajuste.

Configurou-se, lentamente, o Nordeste Esquecido.

Mas veio a reação e a esta altura tudo conduz a uma restauração mais pronta, já agora o nordestino não mais na postura humilhante de mendigo, porém na altiva sobranceiria de quem reclama direitos e quer o que é seu.

Modifica-se o panorama a olhos vistos, e os postes de Paulo Afonso se estendem e os fios se esticam abraçando grotas e tabuleiros, na promessa segura da redenção iminente. Os asfaltos, as telecomunicações, as colunas esguias das chaminés das fábricas desenham outro rosto na figura ansiosa do Nordeste. Sente-se o "frisson" do movimento novo, do momento novo partindo velharias e impondo renovações. Revitaliza-se, revigora-se o organismo que desfalecia, e os governos não param, não descansam, não dormem nem deixam parar, nem descansar, nem dormir, no afã das realizações indispensáveis. Sudene, Dnocs, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e outras ajudas de vários tipos formulam projetos e os executam, numa conjunção que empolga.

Entretanto, a outra face da medalha não era assunto de cuidados iguais, lamentavelmente caía no desalento do olvido, e por isso falhava a integração. A face reluzente da Cultura mental, da aprimoração do espírito cobria-se de azinhavre.

E havia até quem perguntasse se Cultura enche barriga. E, porventura, ainda há quem o pergunte, verdadeiros ignorantes, para usar termo menos delicado, mas expressivo.

Até no plano governamental a Cultura ou era considerada objeto de luxo ou sonho de poeta. O governo anterior, de nosso Estado, entregue a homem de excepcionais qualidades de administrador, não pôs o seu plano de metas sequer uma referência às atividades culturais. Criou — justiça seja declarada — o Conselho Estadual de Cultura, mas, este nem

broilhou ao menos que, para matá-lo, lhe negaram a pobre rega de um caneco d'água. Outra justiça se lhe faça: no fim de sua gestão administrativa deu vida legal à Secretaria de Cultura, quando, é verdade, já a criação desta Pasta era lembrada enfaticamente pelo então candidato a Governador do Estado, o Prof. Plácido Aderaldo Castelo.

Coube a este, em ocasião feliz, a instalação da nova Secretaria, a que pessoas menos avisadas e sem a menor razão faziam restrições rasteiras e descabidas.

Venceu, afinal, a Inteligência, com toda a beleza dos seus eflúvios e manifestações criadoras. Reconheceu-se que na cabeça é que está o Homem, está o que ele pode valer como criatura de Deus e não como simples animal, de carne e sangue, só de corpo. Para viver do Espírito e da Alma é que os dedos divinos o modelaram e soltaram neste nosso Planeta sideralmente diminuto.

O processo da elaboração espiritual, no sentido de aperfeiçoamento intelectual é que é a Cultura, e esta não pode ser dissociada da elaboração objetiva dos outros conhecimentos e experiências da vida. Cultura é superiorização, valorização do que o Homem contém de mais elevado e precioso, e pelo grau de sua Cultura é que se reputam os povos e não somente pelo maravilhoso das suas realizações materiais e pela frieza das suas técnicas.

Como expressão desse aprimoramento é possível afirmar ser eterna a Cultura. As civilizações da Grécia e de Roma, para exemplo, traduzidas nos seus monumentos, nos seus edifícios, nas suas estradas, no esplendor de sua vida social e mundana, exagerada de prazeres, desapareceram na destruição do tempo e delas não há mais senão vestígios, ruínas que mal as documentam, porém perpetuaram-se e serão indestrutíveis na magnificência de suas criações culturais.

A Cultura é, pois, um dever dos povos. Cultivá-la é cumpri-lo.

O Ceará precisa cumprir o seu dever cultural, ele que é ventre abundoso de homens de saber e de talentos fulgurantes, tanto nas Ciências, como nas Letras e as Artes.

A sua presença na Cultura brasileira é uma constante que nos honra, e daí a necessidade de não deixar se apague ou esmoreça o fogo sagrado que nos transmitiram os nossos antepassados. Nem é preciso enumerar nomes.

Esta Semana Cultural, que hoje se abre nesta heróica e nobre cidade de Sobral, sob os auspícios da Academia Sobralense de Estudos e Letras e da Secretaria de Cultura do Ceará, deve ser vista e considerada como um sopro novo para o alimento da chama votiva.

O seu maior significado é o de uma conclamação e rejubilo-me com ela. E confunde-me a honra de vir iniciá-la, como quem traz a chave da abertura de um tesouro.

E maior a minha alegria por ver que nesta evocativa fazenda da Caiçara adejam as divindades boas, prognosticando vitórias, tombetas e hinos de louvor.

Sobral pode gabar-se e ufanar-se do seu conteúdo de cultura, que a história registra e nos comunica, através dos seus grandes vultos nos fastos da política, das armas, da Sabedoria científica e da glorificação dos seus homens de letras e dos seus artistas, desde as figuras exponenciais de um Visconde de Sabóia, de um Domingos Olímpio, de um Padre José Antônio de Maria Ibiapina, da admirável estirpe dos Gondins musicistas, da qual Zacarias foi a melhor representação.

Rendemos à antiga Januária do Acaraú as nossas calorosas homenagens, e de mim penso não faria melhor que entoar aos vossos ouvidos, Srs. Sobralenses, Srs. desta Princesa do Norte, as palavras desta página sincera e brincalhona de João Brígido, que é um carinho de tratamento como paga do velho e temido jornalista aos afetos com que vós um dia acolhedoramente o recebestes, faz sessenta anos: "Uma cidade resulta sempre, e precisamente, de um fato econômico; é árvore que tem copa erguida sobre uma raiz, que se finca em solo de natureza própria a produzi-la. Cada cidade é a condensação de uma seiva que se desenvolveu em vida.

E como toda ordem e progresso tem nas veias o seu 'quid' econômico, moral, debaixo de certos pontos-de-vista, Chicago

por exemplo é um porco. Havana o fumo, Mallines a renda, Manchester o tecido de algodão etc. Há cidades até filhas da reza como Roma; outras do oficialismo, outras do dinheiro — cada filha com sua mãe.

Se nos perguntarem quem vem a ser o pai de todas elas, diremos: o tráfego, ou comércio; mãe, sempre a produção.

Destarte, nas modestas e novíssimas cidades do Ceará, a denominação anda mui desviada da origem materna, não dando a consagração do Retiro, onde a mesma se verificou.

De justiça, Crato se devia chamar — Sacarina; Aracati Barco; Fortaleza, Governo, Icó, Revenda; Sobral, Pecuária.

Boi foi a força, que fez o arraial, o levantou a vila, o er-gueu até cidade florescente e a certos respeitos a primeira do Ceará.

O boi a engendrou e fez crescer, até poder nas suas eliminações nutrir-se de outros princípios, que atuam na vege-tação potente, que aspira até a eternizar-se em desaparecendo da terra colonizando o reino dos céus!

“In principio, erat bos, et apud bovem” . . . , o colono ves-tindo pelas vermelhas e curtidas, agulhão em punho monta-do em sela ginete, boiando: “Olá, boi mancinho!”

Uma velhacada era isto, como qualquer outra impiedosa e cruel. Boi “mancinho” era um condenado. Devia deixar-lhe nas mãos a vida, alvorada na inocência e conduzida na paz campinal.

Um animal, inocente como Abel, que nunca teve os des-mandos do homem e dos outros bichos, matando para comer, vivendo de sangue; o boi, tipo da cordura e da paciência, pres-tadio, servindo ao homem nos seus trabalhos sem lhe recla-mar mais que um bocado de palha dos seus campos, por pre-ço de tudo isso, tinha fim inevitável na ponta da faca!

Se recuava, se resistia ante a perspectiva da morte, que percebe e sufraga com copiosas lágrimas tratando de fugir-lhe, o manietavam, ou cortavam os tendões locomotores e o abatiam a olho de machado, como ainda agora!

Vítima, desde o berço já lhe tinham cortado uma orelha assinalando; já o tinham marcado a fogo, como a ladrões em tempos de ignominiosa justiça; e, finalmente, já o tinham castigado reduzindo-o, nos rebanhos, ao papel vil de eunuco de touro potente, chifrelhudo e mau, e dominador das campinas, o usufrutuário exclusivo dos gozos que a natureza pôs nas funções procriativas.

Conduzido às feiras, era ali degolado em centenas; e no começo, Acaraú era um perpétuo satory, onde contribuía com a vida, para a opulência dos senhores da terra.

Com o preço da sua carne e da sua pele, em bruto ou reduzida a sola, "Caiçara", a filha de "Guimarães", a neta quase portuguesa, de Natal ou Reis Magos, crescia e destendia-se, para ser vila de Sobral, depois cidade Januária, que melhor fora Pecuária; finalmente uma vasta povoação, cujos prédios, os mais antigos, denotam força argentária, ou muito patacão que cevava o orgulho dos colonos.

E o boi, em quantidade prodigiosa, alimentava o comércio, fundava o bem-estar individual e levantava os espíritos à cumiada das aspirações humanas.

Não é chiste, não; mas verdade inconcussa. Aqui o boi fez o homem.

Uma plêiade de moços, fartos de dinheiro, vigorosos e de mente sã, como sempre se tem cheia a barriga ou seguro o prato, dispersou-se pelas academias e institutos de educação, preparando-se para ilustrar o nome de seus progenitores, nas letras, nas ciências, nas armas e nas funções do governo temporal ou espiritual; enquanto um poeta mavioso, da sua procedência, descantava no seu alaúde os que ficavam na terra de seus avós:

Feliz, quem junto ao lar de herdado teto
De paternas memórias circundado,
No mesmo assento, que os avós, repousa.

Sim senhor: Sobral, com o seu boi por toda a parte, efetivamente fez mais que a Fortaleza com o seu funcionalismo; que o Crato com a sua cana de açúcar; que Aracati com seus

barcos; que Icó com as suas revendas, ou comércio de entreposto, foi em escala inferior.

Em coisas, é relativamente mais rico: em homens, mais notabilidades. Na casaria é a segunda cidade do Ceará, em população a terceira.

No seu tanto, o secundou, na vida econômica e vegetativa, outro herbívoro inocente e prestadio, o cavalo que por amor de sua terra, longe dos seus prados, ia sucumbir vítima da sela, da cangalha e da almanjarra dos engenhos, tangido a bacalhau!

Eis como a velha Caiçara, a filha de Guimarães, chegou a ter casas tamanhas e tão sólidas; nobres como o solar de castelões.

O povo é gordo, limpo, bem mobilado e bem vestido; e as chamadas Ninfas do Jaibara são, em verdade, muito educadas, ao ponto de, sem fazer estação, irem de suas casas diretamente aos salões do Rio de Janeiro.

Como nada estamos a pedir, ficamos tranquilos, de que não nos hão de acoimar de engrossadores.

Lá por um queijo, que nos mandam às quatro festas do ano, não havíamos de sair com tamanha caceteação”.

(Palavras com que o Secretário de Cultura Raimundo Girão abriu a Semana de Cultura de Sobral em novembro de 1967).

MEDALHA DO MÉRITO CULTURAL, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Imenso é o acúmulo de energia biológica da pequena semente que um dia vai ser o jequitibá, depois de entumescer-se, nascer a planta, erguer os braços ao céu alimentada da seiva e acabar em árvore, resistindo a todas as agressividades da natureza, o sol, os ventos, a perseguição das pragas e dos bichos.

Muito maior será a força de criação contida no poder de vontade do homem, em cujo cérebro surgiu uma idéia que, adquirindo tamanho, se revigora, aumenta, anula a ação contrária das vicissitudes e se transmuda em decisão realizadora.

Nem se medirá, porventura, a amperagem daquela idéia, minúscula, de começo, como os grãos geradores das florestas gigantes, que veio ao espírito de um modesto professor de Direito, o bacharel Antônio Martins Filho, e passou a mexer-se, a tomar consistência e polarizar-se para o objetivo que a desafiava, lá longe, na cinza das coisas distantes, para muitos, os desanimados, nunca jamais atingível.

E quando menos se esperou, quando ninguém acreditava e até se ridicularizava a utopia do empreendimento, toda a gente logo viu, nesta possante e admirável Terra de Sol, a resplendente concretização do sonho — a Universidade do Ceará.

Faz quinze anos que ela se fundou e durante quinze anos ela só fez ganhar substância, articulou-se de vida, de senso de organização, reforçou-se de prestígio e valor, para firmar-se, em verdade, numa das mais vistosas florações universitárias do nosso País.

É preciso, agora, parar um instante, debruçar o pensamento e examinar, de consciência, o trabalho hercúleo do corajoso criador e dos que o ajudaram a criar, para que se tenha, em nítida imagem das três dimensões, o exato valimento da obra construída com impaciência e audácia de ação, mas com a visão tranquila do comandante que sabe dispor os seus soldados para vencer a batalha.

A descrença, o medo, o vamos-ver-se-é-possível, o desgano de muita ocasião, a luta contra a má vontade, a luta contra a indiferença, a luta contra as prevenções gratuitas e talvez invejosas, tudo cedeu aos golpes do poder de querer, da boa obstinação, da resignação aos insucessos gerando o ímpeto de transformá-los em vitórias.

Hoje, o que existe, na imponência e fortaleza de sua estrutura material e cultural, é a Universidade Federal do Ceará, estuando de alegrias e galões festivos, justos galões e alegrias de comemoração do seu terceiro lustro de nascimento promissor. E com os seus contentamentos e de quantos a compõem, do Reitor ao contínuo, irmana-se pressurosa a alma cearense, ufana e satisfeita dos triunfos por ela conquistados.

O Ceará, calorosamente, saúda a sua Universidade, Sr. Magnífico Reitor Fernando Leite, digno continuador da empolgante caminhada em busca dos grandes e mais que auspiciosos destinos.

Esta mesma Universidade é que, nesta noite de luminosa inspiração, premia com as Medalhas do Mérito pessoas e entidades escolhidas, dentre outras, para receber a comenda augusta, instituída em 1965, na ocasião dos festejos do seu décimo aniversário, pelo seu primeiro Reitor, o Professor Martins Filho, e agora figurando na letra do novo Estatuto como um dos títulos honoríficos que pode ela conferir.

A Câmara de Extensão, de que é presidente o Pró-Reitor Carlos D'Alge, fidalgo de gestos e simpatia pessoal, aprimorado de inteligência e tão do nosso carinhoso apreço, a Câmara de Extensão, aceitando indicações dos representantes das diversas áreas universitárias, aprovou a eleição dos nomes a serem homenageados, uns com a Medalha do Mérito Cultural e outros com a do Mérito Educacional. Recaíu a escolha, para a primeira, nos Professores Djacir Meneses, Carlos Stuard Filho, José Aurélio Câmara e Raimundo Girão, e bem assim na Academia Cearense de Letras; e para a segunda nos Professores Valnir Chagas, Mozart Solon, Solon Farias, na Professora Rosita Paiva, e também no Colégio Estadual Liceu do Ceará.

Acertou bem o alvo a ilustre Câmara, e neste momento as pessoas e entidades distinguidas comparecem, pessoalmente ou representadas, na óbvia correspondência a tão elevada honraria.

Os nomes dos que recebem a outorga valem por si, e a dignificam ao mesmo passo que são dignificados. São uns, incontestas expressões da Cultura, e outros, eminentes nas coisas do Ensino no Brasil.

Djacir Meneses, autoridade da Economia, sociólogo, doutor das Humanidades, dono de invulgar pujança intelectual, escritor fecundo, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Carlos Studart Filho, Presidente do Instituto do Ceará, amante da Antropologia, historiador provector, senhor das pesquisas calmas e autor de inúmeras publicações, austeras e fundamentadas; José Aurélio Câmara, com o seu ardor de sadia mocidade, entusiasta das lucubrações do nosso passado que se consubstanciam em livros sérios e louvados, além de matemático, jornalista e penetrante ensaísta — são eles, com efeito, capazes plenamente de ostentar, no busto altivo, a Medalha do Mérito Cultural. A Academia Cearense de Letras, que é a minha Academia, aqui pelo seu Acadêmico Studart Filho, vale nos fastos da Literatura nacional como entidade pioneira — a primeira a fundar-se no Brasil, em 1894 — e como fulguroso centro de intelectualidade de nosso Estado.

De mim direi que o meu combate da vida tem sido o ingente esforço, nunca desfalecido, de acrescer algo ao pequeno da minha individualidade e, cômescio deste esforço, reivindico para ele a justiça de que o reconheçam como suada cota de humilde pedreiro a argamassar tijolos na construção do belo edifício de nossa Cultura Mental. Sempre entendi que os brasileiros já estamos no ponto de exigir o Direito da Cultura, sem que esta seja privilégio apenas de alguns poucos e, por isso, não esmoreci, nem uma vez, no meu intuito de colaborar para que o Ceará igualmente pretenda gozar esse imperioso Direito da Cultura. Estará aí, creio bem, o motivo do meu chamado à premiação insigne, e me envaideço disto, tanto mais porque enxergo a minha pequenez ampliada por ela e pelo

fulgor e lustre da companhia que me deram, além desta outra graça de ver-me indicado para, em nome de todos, trazer à Universidade, nesta hora emocional, os agradecimentos de cada um.

Por sua vez, os Professores Mozart Solon e Solon Farias, são homens que se encaneceram na arte difícil e nobre de lecionar, o primeiro como velho mestre da álaçre juventude dos colégios e o segundo, como abalizado mestre das ciências jurídicas; e Rosita Paiva deve ser apreciada e vista qual simbolização perfeita da mestre-escola, preceptora votada e devotada, meigamente, num perene e doce sacrifício, à superarte de instruir e educar meninos. O nome de Valnir Chagas, que tenho unido ao peito pelos gostosos liames de nossa conterraneidade de Morada Nova e pela mais estreme admiração que lhe dedico, pelo brilho dos seus talentos, este há de ser posto e contemplado no largo panorama educacional do País como representação legítima da moderna Pedagogia, galgando merecidamente os altos postos, de onde pode, efetivamente, emitir os lampejos norteadores de sua técnica especializada e da sensatez na elaboração dos seus projetos e estudos.

Do Liceu, direi que foi o meu Liceu, o meu Liceu de 1916 a 1919, a preparar desde 1845 até hoje, num ritmo de eloqüente e encantadora música, gerações e gerações de moços, apercebendo-os das armas maravilhosas do Conhecimento, para que fossem, como foram e estão sendo, na síntese de Disraéli "os depositários da Posteridade" e pudessem como estão fazendo cooperar na Consolidação do patrimônio melhor da vida de nossa querida Nacionalidade, aptos às pelejas e competições construtivas das Artes, das Letras, das Ciências e das Armas. Liceu que frequentei aprendendo de mestres que não esqueço e guardo no coração qual uma das felicidades que me reservou "de ânimo benigno, a divina Providência". Liceu das minhas evocações mais ternas, para mim razão de todos os enlevos, parte integrante de minha formação espiritual e sentimental.

Meus Senhores:

Vê-se que andou ao justo a Câmara de Extensão de Carlos D'Alge, querendo enfeitar as lembranças deste aniversário

da Universidade com os melhores e bem trabalhados atavios, incluindo no programa dos festejos a nota superior e vibrante do reconhecimento ao Mérito.

Galardoar o Mérito é galardoar-se a si, e saber galardoar o Mérito é dar a grande e evidente prova da sabedoria das atitudes, de acerto do juízo seletivo e do preciso entendimento do verdadeiro sentido de julgar, tendo presente aquela advertência de La Rochefoucaud de que o mundo recompensa mais a aparência do Mérito do que o próprio Mérito.

Preclaro Reitor e Senhores da Universidade, recebam as nossas saudações e os nossos mais efusivos agradecimentos.

(No Auditório Castelo Branco, da Reitoria, em 25 de junho de 1970).

A INCAPACIDADE DE JULGAR

Há honras que são honras. Esta de achar-me aqui, neste instante, para proferir a primeira aula inaugural da ora instalada Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos, é para mim daquelas que transcendem dos meus méritos e da minha humildade.

Faço-o temeroso dessa transcendência e também do que, porventura, ressalte de mais advertente no teor de minhas palavras. Gostarei sejam elas ouvidas e interpretadas como especioso alerta, talvez mais eloqüente apelo a corações nobres, a espíritos generosos e a cérebros abertos às idéias novas e sãs, cérebros, corações e espíritos que se façam capazes de olhar outras perspectivas, de enxergar com olhos outros o confuso panorama que se estende longe, desenhado nas linhas da dúvida, do medo, da aflição.

Velho e modesto professor, não venho doutrinar por doutrinar, antes para ajudar a aprender, pois a entidade professor com o seu sentido doutoral não existe mais. Nem há de existir mais.

Aquele mestre encartolado, vestido de empáfia mais vezes que cheio de ciência, temido, senão odiado dos alunos, desapareceu com o seu tempo. O *magister dixit* morreu de muitas doenças, inclusive a do ridículo.

Agora, que o tempo é outro, que os tempos já criaram outro espírito, no lugar do preceptor rançoso estará, vamos dizer, o **aluno que ensina**. Ou melhor: o aluno que ajuda a aprender, gostosamente identificado com os outros. Aluno que é apenas mais graduado, talvez o mais graduado, pela maior soma de conhecimentos que possui. Mais acertado seria não empregássemos nunca mais a palavra "ensinar". Até mesmo a palavra "ensino" deveria ser substituída pelo termo "aprendizagem". Em vez de "estabelecimento de ensino" — "estabelecimento de aprendizagem".

Esse conteúdo novo do professorato, já em plena marcha em busca de uma vitória completa, há de trazer entre mestre

e discípulos a democracia do aprendizado, em mais ampla comunhão de idéias, mais espontaneidade, mais vivência recíproca, mais mesa-redonda, evitando-se por essa forma os atritos, as incompreensões, as rebeldias, as greves inconseqüentes. Esse conteúdo novo fará necessariamente o desejado clima de ar-condicionado para os labores das aulas, dir-se-ia mais precisamente labores das horas de estudo.

Haverá reações. Velhos preceptores, muitos deles intran-sigentes, porventura não aceitarão a nova ordem. Toda nova ordem ou concepção nova encontra os seus reacionários. O poder dos hábitos, da tradição, do mesmismo é muito forte, e isso é compreensível. Mudar custa esforço; não poucas vezes, sacrifício. A inércia é um chumbo.

Porém é preciso concordar com as renovações determina-das, fatais, incoercíveis. *Le monde marche*. E em relação à felicidade do homem parece que marcha erradamente. Pode dizer-se — em erro assustador.

John Huizinga, historiador holandês, da Universidade de Leyden, falecido em 1945 e tão grande — no entender de José Honório Rodrigues — que domina com a sua obra uma época da História como uma das suas figuras mais centrais, senão o mais perfeito e mais completo, mas indiscutivelmente o mais original, nos métodos, no pensamento, nos caminhos escolhidos, no campo da história, das idéias e da cultura, Hui-zinga, em seu livro — *Nas Sombras do Amanhã*, pequeno de volume e enorme de substância, qual precioso catecismo, es-clarece-nos, e, com razão indeclinável, que vivemos num mundo dementado, ferido por todos os flancos de dúvidas quanto à solidez de nossa estrutura social, de vagos receios do futuro iminente, do presságio de que a nossa civilização trilha o caminho da ruína.

Os conceitos severos do historiador não envolvem o de-sespero ou ceticismo, e sim o exame frio do erro em que tra-balha, incauta, a pobre humanidade, exatamente quando mais a inteligência humana se aprimora de novas ciências e de novas técnicas, que distanciam largamente, insolitamente, o nosso futuro do passado dos nossos avós. Em época alguma

— afirma o escritor flamengo — os homens estiveram tão claramente cômnicos do imperioso dever de cooperar na tarefa de preservação e aperfeiçoamento do bem-estar do mundo e da civilização humana. Em tempo algum o trabalho foi mais venerado. Jamais o homem se atirou com tanta coragem, sem poupar as forças, aos serviço da causa comum. Mas nunca, qual agora, o panorama da felicidade coletiva foi tão indeciso: "Formas de governo incapazes de continuar a exercer a sua função, sistemas de produção à beira do colapso, forças sociais embriagadas de poder. A máquina atreadora desses espantosos tempos parece precipitar-se para um desastre".

O mundo está em crise muito grave. Entretanto, noutras fases da sua história milenar ele também assim esteve e recuperou-se. Num dos seus capítulos, Huizinga detidamente compara a crise atual com as dos tempos idos, e chega à conclusão de que o confronto histórico não fornece garantias que autorizem uma boa solução. "Continuamos a correr para o desconhecido".

Como das outras vezes, todavia, a Humanidade há de encontrar o seu caminho, restabelecendo, em termos ajustados, a sua Cultura, ou seja o conjunto de condições e meios com que ela, a Humanidade, se mantém e anda, no desígnio supremo de filha de Deus, neste val terreno de lágrimas amaras.

Essa Cultura para caracterizar-se exige, fundamentalmente, primeiro, o bom equilíbrio dos valores materiais e espirituais; depois, um objetivo, ou um ideal a atingir, e por fim o seguro domínio da natureza e o do homem sobre si mesmo.

O equilíbrio dos valores materiais e espirituais permite o desenvolvimento duma disposição social que se reputa superior, porque proporciona outros valores mais elevados que a mera satisfação das necessidades ou da ambição. Como fator componente da Cultura, tal equilíbrio de valores, nos campos espiritual, intelectual, moral e estético, formará uma harmonia, uma coordenação, que se manifesta na ordem, na força estrutural e no ritmo vital de determinada coletividade ou comunidade.

Por seu lado, o objetivo ou ideal perseguido por essa mesma coletividade ou comunidade há de ser não o ideal de um indivíduo ou de alguns indivíduos; ao contrário, ideal dos indivíduos no seu todo ou sociedade, e há de colimar sempre o bem-estar, o melhoramento coletivo, aqui ou em qualquer parte, agora ou mais tarde. E, deste modo, além de constante, deve aspirar a sua realização na tarefa de manter a ordem e a segurança coletiva. Da exigência da ordem provém tudo o que é autoridade; da exigência da segurança, tudo o que são direitos. Enfim: no fundo de dezenas de diferentes sistemas de governo e sistemas jurídicos há sempre os agrupamentos sociais, cuja luta pelo aperfeiçoamento dá origem à Cultura.

Já o domínio da natureza é bem mais positivo que os dois outros citados fundamentos da Cultura. Mesmo na sua primitividade o homem acabou encontrando modos e instrumentos para vencer a natureza física. Passou a ser o **homo faber**, capaz de fabricar utensílios e armas para proteger-se a si e aos seus. O manejo dessas armas e utensílios levou-o a modificar, em seu favor, os elementos naturais, que sem eles permaneceriam indominados. Enquanto isso, o homem também passou a dominar-se a si próprio, percebendo que a vida lhe impunha certas restrições e certas obrigações. Adquiria a consciência do dever, que dia a dia se alargava em extensão e no sentido de um valor ético ou moral cada vez mais amplo: desde as suas relações para com Deus até as relações sociais mais comuns, como, por exemplo, as de empregador e empregado.

O conhecimento desses três fatores da Cultura numa comunidade, povo ou raça fornece a definição desta Cultura com o domínio do homem sobre a natureza física e a sua própria, no âmbito material, moral e espiritual. Assegura um estado superior e melhor do que o resultante das condições puramente naturais e cujas características se resumem em harmonioso equilíbrio dos valores materiais e espirituais e num ideal mais ou menos homogêneo, conseqüente das várias atividades da mesma comunidade.

Acontece, porém, que se torna cada vez mais precário ou menos harmônico o equilíbrio entre os valores materiais e os

espirituais, perturbando a homogeneidade do ideal coletivo ou comum.

Todos sentimos, e cai na evidência, que o hodierno progresso material da humanidade é surpreendentemente maior que o de um passado ainda que próximo. "Forças, cuja existência mal se suspeitava há um século e cuja natureza e possibilidades eram inteiramente desconhecidas, foram aplicadas em múltiplas direções com uma eficiência em profundeza e extensão nem sequer sonhada da geração precedente. E o termo desta marcha no caminho das conquistas nem sequer se enxerga ainda."

Não assim o progresso espiritual, o do autodomínio do indivíduo. A desproporção entre este progresso e aquele, já enorme, aumenta cada hora. Na linguagem de Huizinga: "o que muitas vezes parece é que o homem, abusando da liberdade obtida pelo seu controle da natureza física, se recusa a dominar-se a si, sempre pronto a repelir todos os valores que o espírito para ele conquistara. Os direitos e as pretensões da natureza humana são invocados em toda parte para se oporem à autoridade de leis éticas absolutas. A condição domínio da natureza fica assim a meio caminho".

Também falha o ideal da homogeneidade coletiva. Ainda, nas palavras mesmas do Professor de Leyden "o desejo de melhorar, impelindo todas as comunidades e todos os indivíduos, vê por centenas de olhos diferentes. Cada grupo persegue a sua própria concepção de bem-estar sem a íntegra num ideal comum." O que na realidade se verifica é "um amontoado de ânsias contraditórias". Há, em verdade, super-produção no progresso material e há super-produção no progresso intelectual, ou seja um excesso permanente da palavra escrita e da rádio-difundida, mas há infelizmente ao lado disso uma divergência de pensamentos quase irremediável. "Ao longo de toda série, desde a vida do Estado à vida da família, parece estar em curso um desconjuntamento como o mundo jamais conheceu". O equilíbrio vital vem desaparecendo: a crise da civilização é manifesta. Crise do organismo econômico e crise do organismo político, com este aspecto desolador: os meios

de produção e os meios técnicos em geral, meios de comunicação e transporte, de publicidade e mobilização das massas humanas foram levados à perfeição tal, que as forças sociais, sem governo e sem coordenação de um princípio superior à tendência particular de cada indivíduo, funcionam sem o indispensável ajustamento para a harmonia do todo.

A causa é muito bem percebida e exposta por Alex Carrel no seu monumental, quase uma Bíblia — **O Homem, Esse Desconhecido**. Está em que as ciências da matéria inerte — a Astronomia, a Física, a Química — avançaram muito mais que as ciências dos seres vivos, principalmente as Ciências do Homem. Os campos de operação e a natureza dos métodos respectivos geram a diversidade do adiantamento daquelas em relação a estas. As ciências positivas esgotam os seus assuntos, ao passo que não o podem fazer a Anatomia, a Fisiologia, a Psicologia, a Pedagogia, a História, a Sociologia, a Economia Política e todos os seus ramos. “O homem que os especialistas dessas últimas ciências conhecem não é o homem concreto, o **homem real**, mas tão somente **um esquema**, por sua vez composto de outros esquemas construídos pelas técnicas de cada ciência”. “É certo, afirma Carrel, que a Humanidade fez um gigantesco esforço para se conhecer. Mas, embora possuindo o tesouro de observações acumuladas pelos sábios e pelos filósofos, pelos poetas e pelos místicos, não aprendemos senão aspectos e fragmentos do homem. E esses fragmentos são ainda criados pelos nossos métodos. Cada um de nós é uma procissão de fantasmas, no meio da qual marcha a realidade incognoscível.”

Quebrou-se, pois, a equipolência do material com o espiritual, porque aquele não se integrou neste. Em precisos termos: não se transformou em Cultura, apesar de ambos terem sido modelados pela Ciência. Ficaram para trás, baixaram de nível os valores intelectuais e morais.

A fibra espiritual da Humanidade cede à pressão amolecedora do prazer, do conforto e do luxo. Hoje, o que se deseja, antes de tudo, é tirar da vida material a felicidade. O culto da vida — **viver e agir mais que pensar e conhecer** —

é a dominante no conflito entre ambos. Além da diminuição do esforço e da aquisição do bem-estar, os seres humanos aceitaram bravamente a possibilidade de nunca estarem sós, de gozar as contínuas distrações das cidades, de fazer parte das grandes multidões, de nunca pensar. Apreciam igualmente o serem dispensados, por uma educação puramente intelectual, da pressão moral imposta pela disciplina puritana e pelas regras religiosas. A vida moderna — estamos repetindo Alex Carrel — tornou-os, os seres humanos, na verdade livres. Convida-os a adquirirem a riqueza por todos os meios, desde que estes não os conduzam perante os tribunais.

Há uma atrofia da consciência intelectual, substituída esta pela intuição muita vez baseada em simples predisposição emocional. Começa, então, o declínio do espírito crítico, e conseqüentemente cai no enfraquecimento a capacidade de julgar.

As belezas materiais da vida se tornaram de tal modo fáceis e ao alcance do homem, tais como o avião, o automóvel, o telefone, o telégrafo, a imprensa, a rádio difusão, a televisão, o cinema, que o cérebro humano não precisa demorar muito para aprender as coisas e os fatos. “Um conhecimento tão variado como superficial, e um horizonte intelectual demasiado extenso para uma vista desprovida de bagagem crítica, teria de conduzir inevitavelmente a esse esmorecimento da capacidade de julgar. E este repasto forçado — a afirmação é de Huizinga — é a aceitação indefesa de valores e noções não apenas peculiares às coisas do intelecto. Também, na sua apreciação da beleza e dos sentimentos, o homem moderno atua sob a forte pressão de uma produção maciça de qualidade inferior. Um excessivo mostruário de objetos banais dá-lhe um modelo falso para os seus gostos e sua sensibilidade.

Debilitada assim a sua faculdade julgadora, o homem de hoje adota, sem resistência maior, as insinuações não raro mirabolantes dos anúncios comerciais e de primeiro lance abraça as cavilosas propagandas políticas. “De qualquer modo, o reclama em todas as suas formas especula com um discernimento enfraquecido.”

Compra-se, afinal, o que não se quer na realidade comprar, nem era tão necessário comprar e, no terreno da política, escolhe-se quem não se queria na realidade escolher, quem, se pensássemos mais, de certo não seria escolhido.

XXXXXX

Transportemos todas essas idéias para o plano brasileiro e de logo veremos que também nós vivemos num mundo nacional doentio.

A nossa incapacidade de julgar trouxe-nos a grande crise em que, desconcertados inteiramente nos engolfamos e agimos, quais bonecos tangidos por fios misteriosos. O nosso País está valendo uma confusão atterradora e já é desagradável lugar comum repeti-lo. O desequilíbrio dos valores materiais e espirituais tende igualmente entre nós para o desastre. Sugere-nos também a ânsia do pragmatismo gostoso e emoliente, com o sacrifício gradativo das belas forças espirituais, que sustentam as belas atitudes.

A revolução de 1930 será a responsável pela queda dessas forças. Responsável inconsciente, porque traída no seu idealismo, no idealismo que agitou os tenentes desejosos da regeneração da antiga República e fê-la com a mocidade civil e alguns políticos insatisfeitos. O ditador que a revolução houve por bem preparar desgraçadamente fugiu aos deveres revolucionários, hora por hora negando-os em favor de intenções e propósitos que somente giravam em torno de seu apego-de-ostra ao poder. Com as tergiversações, as premeditações e as escusas do seu Estado Novo, alardeado falsamente nas informações **dipianas**, o chefe, que fora a confiança dos revoltados e da Nação inteira, desvirtuou tudo, num crescendo que o asfixiou um dia, levando-o ao suicídio. O **Dip** foi o grande fator do enfraquecimento, da desmoralização da nossa capacidade de bem decidir, até porque era perigoso ter manifesta essa capacidade. A geração criada pela Revolução de 30 enervou-se, entibiou-se no seu espírito de crítica.

No quadriênio seguinte convalesceria um pouco o enfermo, porém a enfermidade era profunda demais para curar-se de repente. E a recaída não se fez esperar.

O governo que se lhe seguiu foi a glorificação da megalomania, delirando na suposição imprudente de poder empurrar o Brasil em cinco anos a uma distância temporal de cinquenta. Ressalvem-se a boa intenção do governante e o seu alheamento às malversações.

Mas o alarde feito, talvez mais do que o alto-falante getuliano, bestificou o povo, iludiu-o, hipnotizou-o, aumentando a sua incapacidade de distinguir. As múmias dos faraós egípcios tremeram de acanhamento diante do preconício das grandiosidades governamentais do Estado Sulamericano, embascando o mundo com a sua Brasília, uma joiazinha de belas faiscações, adquirida a preço ultra-exorbitante, mas nunca, de certo a gradiosidade prometida alcançou tanto as regiões do desatino e da ostentação. Era preciso, fosse como fosse, honrar o empurrão dos 5 em 50 e, para tanto, não se medissem despesas, nem escândalos. E, ao fim, o estudendo somente ficou no tamanho imedível da degradação do dinheiro nacional olhando humilhado um dólar cosmonauta, devorada a economia, o sangue do gigante, pela mais desfreada das inflações, que arrasará, anulará o mérito do que a empolgada governação babilônica pode, de fato, deixar à vista.

Depois é a continuação exaltada, quase sublimada do erro, atingindo o insuportável, com outro chefe de Estado, cria diletta do ditador de 1930, supurando de esperança na aventureira implantação doutra especie de República, que não se adivinhava bem e a que nossa enfraquecida capacidade de julgar não procurava dar qualquer interpretação.

Sobreveio a Revolução de 1964, de propósitos regeneradores e de fato esforçando-se pela extirpação do mal inflacionário, mas ainda não pudemos sair das inquietações da crise, tão enraizada estava, crise estrutural, crise das reações inconformadas, crise do respeito à autoridade, crise da descrença dos céticos, crise de reivindicações legítimas, porém às vezes infectadas pela instigação solerte, subterrânea, deformando-as na sua autenticidade.

No meio de tudo isso, o que nos cabe, então é reencontrarmo-nos a nós próprios, retornarmos a nossa capacidade de julgar, examinando à luz da prudência, da serenidade de observação os fatos, os homens, as atitudes da vida. Deixemos trabalhar o raciocínio e o bom senso, mais que os impulsões e as zangas, e sejam eles o bom travesseiro dos conselhos calmos.

Tudo tem a sua alma. Vamos sem demora descobrir a alma dos fatos, das atitudes, dos homens.

Nesta noite memorável de hoje, já inaugurada a Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos, estamos aqui mestres e discípulos, aprendizes da Sabedoria, e de nós dependerá uma parcela de vontade e disposição realizadora para a vitória contra o desequilíbrio das forças materiais e das forças morais, bem como a conquista do nosso domínio sobre nós mesmos, como garantia do ideal de harmonia, de paz e esperança que há de ser o limpo e forte almejo dos homens de convicção e de fé na superioridade do seu destino.

Façamos a radiografia necessária dos problemas que engendram a crise maléfica, especialmente no que tange ao seu aspecto na vida educacional do País.

E restringindo a visada, encaremo-la nos seus efeitos em relação ao Ceará, considerada a nossa formação histórico-sócio-econômica, baseada num pastoreio de campos abertos, ao Deus dará, sujeita a mil vicissitudes da sua própria geografia.

A pobreza dessa economia, aliada à distância da Metrópole sem meios para mandar-nos as mais indispensáveis providências, não permitiu à pequena colônia do Siará Grande senão o mínimo de ensino escolar, não mais que aulas perdidas no território longínquo, aulas dirigidas pelos jesuítas nas suas Missões e depois da expulsão pombalina ainda mais precária, sem qualquer condição para atender às exigências da Pedagogia. Na Província, somente na metade do século passado é que se criou o Liceu do Ceará, e, mais tarde, dois Seminários religiosos e uma Escola Normal.

A primeira casa de Ensino Superior só viria aparecer no começo desta centúria vinte, em 1903, e na segunda década,

se instalaram a Faculdade de Odontologia e Farmácia e a Escola de Agronomia. A Faculdade de Medicina e a Escola de Engenharia surgiram muito após, no decênio de 50.

Veio a Universidade, vencendo as descrenças, só acreditada por quem se convencera de sua viabilidade — o Prof. Antônio Martins Filho. A Universidade criou-se, consolidou-se, ampliou o número de suas Unidades, projetou-se nos meios educacionais brasileiros e foi buscar lá fora o apreço com que hoje se aureola.

Mas a filha diletta do Professor Martins já não basta, diante do fenômeno intercurrente da extensão acelerada da rede de colégios no interior do Estado, preparando cada ano, mais e mais turmas de jovens para o ingresso nos cursos de alto nível. A sucessão dessas turmas se escreve favoravelmente em termo de progressão geométrica, sem que no entanto possa acompanhá-la a morosidade da progressão aritmética do crescimento, em número, dos estabelecimentos universitários.

Agrava-se, assim, o problema até a exacerbação, gerando a revolta da mocidade que nos vestibulares fica do lado de fora e quer imputar a exclusão à responsabilidade dos governos, passando, na sua desesperança, do simples protesto aos atos mais exaltados, porque não tem, não lhe ensinaram a ter, a capacidade de julgar, de saber o que quer e para que quer.

No calor de suas justas aspirações vai ao quero-porque-quero, e um pouco de estúpido de solércia inimiga da ordem constituída faz a explosão, levando-a, a mocidade, à marcha contra a barreira do impossível, que em vão tenta escalar.

Mas não se quebram a murros os blocos de granito. Os termos da equação por certo não são esses e, portanto, a solução é outra.

Mestres e alunos desta novel Faculdade: tendes fé e o reencontro com a capacidade de julgar há de ser imediata e benéfica. De mim digo-vos — eu tenho fé.

(Limoeiro do Norte, agosto de 1968)

PRECISOU-SE DO CEARÁ NA INDEPENDÊNCIA

O transplante da administração de Portugal para esta banda do Atlântico — fins de 1807 — marca, porventura, o piquete zero do processo evolutivo de nossa transformação política de 1822.

João VI trazia o governo, a família, a corte e, também, as angústias dos portugueses e instalou-se no Brasil como quem muda de casa e quer fixar-se. Fosse um Regente palerma ou, talvez mais certo, uma inteligência manhosa, é indiscutível que a par dos incômodos que veio provocar com a acomodação dos seus milhares de acompanhantes, muita vantagem nos trouxe — materiais, culturais, psicológicas.

Mas, passada uma dezena de anos, as prementes necessidades do Reino de lá o chamaram, e retornou, a contragosto seu e ao bom grado da esposa cavilosa, Carlota Joaquina, deixando cá o filho mais velho. Antes, fizera do Brasil e Portugal um reino unido, que agora ia desunir, impertinente-mente.

O rapaz ficaria, e ficou, com o título de Príncipe Regente. Moço de 23 anos de idade, viera aos dez, com os crachás de Condestável, e os treze outros cresceu vendo, sentindo e estimando a nova pátria. Temperamental, algo deseducado, des- pudorado nos amores, com a aulicidade de Chalaças e outros parecidos, não foi difícil aos acontecimentos brasileiros aproveitá-lo como veículo ou instrumento daquilo que objetivávamos: sair do jugo, viver livre.

A liberdade é um instinto, antes de ser um pensamento ou aspiração. A planta, os bichos, o homem não suportam a sua ausência. Se há coação ou pressões, as raízes do vegetal aluem pedras e arrombam muros, procurando vencê-los, e o heliotropismo fá-lo passar da altura dos outros para esgalhar frondoso e exuberante. Também os animais: as gaiolas, as jaulas, as confinacões de qualquer sorte os desesperam. Igualmente o homem, seja o indivíduo, seja ele no grupo: o cárcere, a algema, a limitação abusiva dos movimentos o revoltam.

Os brasileiros, não obstante as conquistas decorrentes da retirada real, ainda viviam nas cadeias, tinham grilhetas no corpo e sofriam, o que era pior, o esmagamento das idéias. Valia a pena reagir, e a humilhação de sermos dos últimos latino-americanos ainda não libertos das amarrações européias mais nos incitava. E agora, muito mais; as medidas incoerentes das cortes de Lisboa pretendendo recompor a economia e a vida lusitana à custa da recolonização da rica feitoria da Sul-América. Decretos antipáticos, mal intencionados, abertamente insultuosos violentavam a paciência brasileira e, doutra parte, a já indisfarçável consciência de brasilidade impunha a solução da lâmina cortando o nó.

Oliveira Viana não encontra na formação do povo brasileiro o sentimento de comunidade Nação, noutras palavras — o complexo democrático do Estado **nacionalidade**, enfim uma consciência **nacional**, de anseios entranhados no povo como um ideal coletivo e permanente. Falta-nos, pelo menos ao tempo em que o escreveu, o sentimento consciente e profundo de nossa finalidade histórica, do nosso destino como povo, tal como não falta ao inglês, no norte-americano, no alemão, no japonês, sempre orgulhosos, dir-se-á místicos de sua qualidade nacional. Trazem dentro da alma, palpitante, essa consciência, assim como os romanos amavam Roma: **cives sum romanus!** “Não tem nosso povo, considerado na sua expressão de povo-massa, a consciência clara de nenhum objetivo **nacional** a realizar ou defender, de nenhuma grande tradição a manter, de nenhum ideal coletivo, de que o Estado seja o órgão necessário à sua realização.”

Desce o sociólogo à demonstração, que pode convencer ou não convencer, porém concede em reconhecer que esse ânimo coletivo, essa mística nacional, o **sentimento** de Nação e não apenas a **idéia** de Nação, empolgou-nos em algumas oportunidades, como, por exemplo, na ocasião da Independência, na guerra do Paraguai, na abolição da escravatura e, poderíamos acrescentar, durante a Segunda Guerra Mundial. Só em momentos desses o Brasil foi por nós sentido e compreendido como uma totalidade orgânica, sob a forma de uma idéia

determinante. No mais, o que sentimos, os brasileiros, é a nossa família, o nosso clã **parental**, o nosso partido **regional**, e quando o sentimos no todo o fazemos sem continuidade, de modo excepcional, num verdadeiro e momentâneo *état-de-foule*, na expressão dos sociólogos franceses.

Reconhece Viana que o sentimento ou mística nacional empolgou o brasileiro na luta da libertação de 1822; e, de fato, não estaria certo se não o reconhecesse. Já, então, como acentua João Ribeiro, se havia firmado uma **raça nacional**, de pés-de-cabra, que se opunha em antagonismo crescente aos ádvenas mascates ou pés-de-chumbo. Estaria nesta consciência de raça a "base física da revolução". Sabíamos, já, assimilar idéias exteriores, de povos cultos, pois "as idéias e teorias espalham-se de povo a povo e cada povo se arroga o direito de utilizá-los como pode. A independência dos Estados Unidos fez pouco a pouco republicanas todas as nações da América", e o Brasil, português perdido no vasto mar hispano-americano, arranjou, como pôde, uma república *sui generis*, governada por Imperadores. Tínhamos mais ao alcance a matéria-prima de um Príncipe trabalhável aos nossos desígnios e com ele moldamos a Emancipação.

José de Alencar diria, num dos seus discursos: "as idéias de liberdade estavam na atmosfera política, a nação a respirava e sentia como o ar". E acrescentou "a nossa Independência não teve senão um autor, um herói, e esse foi o povo brasileiro."

No meio dos fatos, quase um títere, estava o fogoso Príncipe Real, agora Príncipe Regente, fogoso numas vezes, noutras um dúbio, e havemos de esculpá-lo das tergiversações, pois o clima era quente e sufocante, ameaçando trovoadas e raios. A sua cabeça atulhava-se de conflitos de consciência, embaraçando o discernimento. Ou fazia ou não fazia. Não fazer, era desobedecer às ordens do Pai, a seu turno colocado entre o não e o sim. Se o Príncipe se sujeitasse, viria por terra o quanto já havíamos obtido. A rossa contingência era evitar que não fizesse e instigá-lo a todo pano, por outro lado, a que fizesse.

Ao rei João mandava dizer que jamais seria um perjuro, e aos daqui demonstrava o desejo de cortar as cordas da submissão.

José Bonifácio e a Imperatriz representavam os melhores óleos canforados no sangue do jovem mandatário dos interesses dalém-mar. Bonifácio, a experiência, o saber, o equilíbrio; Leopoldina, o calor das atitudes de mulher que sabe estar em defesa do esposo, sem ao menos, em muitos casos, imaginar por que está. E não esqueçamos a interferência do Clube da rua da Ajuda, com o seu dirigente — José Joaquim Rocha —, um tetéu vigilante.

Chegam decretos absurdos e não os cumpre o Regente. Aumenta a tensão e daqui por diante é ele que decreta: tudo dependerá do seu “cumpra-se”. As providências de resposta aos absurdos são corajosas e delas não recua. Vai a Minas Gerais e São Paulo para pessoalmente desmantelar rebeldias. Ao quisto português da Bahia remete, para combatê-lo, tropas que pôde juntar. Não dorme, não o deixam dormir, nem seria possível dormir. O sono é incompatível com as exigências dos casos graves.

Ato de 29 de setembro — estamos em 1821 — obrigava o Regente a recolher-se a Portugal, sob o pretexto fútil de completar os estudos, e o que o portador conduziu de volta foi o destemor do Fico, de 9 de janeiro. Hesitou, mas afinal pediu comunicassem ao povo que não iria. Não fazia. Não fez, e aí está, há de dizer-se perfeita, a sonhada Independência. O mais será o rolar da pedra, montanha abaixo. Ninguém seguraria a pedra.

Em 13 de maio oferecem-lhe, ao Príncipe morgado, o título de Defensor Perpétuo do Brasil, e declara-se serem consideradas inimigas as tropas mandadas por Portugal. A 1 de agosto, convoca-se uma Assembléa Geral Constituinte brasileira, a fim de — textualmente — “cimentar a Independência política deste reino, sem romper contudo os vínculos da fraternidade portuguesa.” Esta fraternidade continuaria e hoje se consagra com o seu retorno, o retorno dos seus restos mortais, momento em que os dois países firmam, solenemen-

te, o melhor dos acordos — o Pacto de Amizade comum e indestrutível. Indestrutível, como foi indestruída ao correr de um sesquicentênio.

Vai longe: dirige mensagem aos povos estrangeiros informando-os que fizera, sim, o fazia “por amor à vontade geral do Brasil que proclama à face do Universo a sua independência política.”

O 7 de setembro seria desta forma não mais que o selo vistoso da escritura. Não mais que a postura de um grupo luzido de cavaleiros para a majestosa tela de Pedro Américo. Seria e foi a apoteose do drama de muitos atos começados vitoriosamente no Fico desobediente.

Todavia, o Brasil era imenso de milhões de quilômetros quadrados e não ecoaria senão lentamente o grito do Ipiranga. Os círculos sonoros do eco tardariam atingir toda a extensão do gigante.

No recôncavo baiano, a obstinação das forças reais, militares e civis, não abria concessões à nova formulação. Sitiados em Salvador pelos independentistas, teimavam em servir de ponto de sustentação aos zangados restauradores do regime aniquilado. Vem Labatut, vem Pirajá, vem Cabrito, vem Cochrane, e somente quase um ano depois do acontecimento do riachozinho paulista tiveram que capitular e ir embora nas precipitações desastrosas de uma carreira mar a dentro. O 2 de julho passou à glória dos monumentos e às estrofes dos poetas. E com as honras todas. O que levou Pedro Calmon a dizer com toda a razão: “Ninguém dissesse, depois dos combates da Bahia, que a Independência fora um acordo, tratado amavelmente nos bastidores políticos.”

Restava a Cisplatina, que demorou, mas não sugeriu esforço maior. Restavam o Piauí, Maranhão e Grão Pará, onde era poderosamente rico o elemento luso: “o mais sólido núcleo português do País.”

E o Norte estava longe, àquele tempo. Uma proeza ir até lá, e muito menos mandar-lhe do sul qualquer ajuda militar, empenhado todo o governo na situação dificultosa da Bahia.

Nesse setentrião estava o Ceará, que já aprendera pronunciar com todas as letras, a palavra **liberdade**. A notícia do 7 de setembro, andando como lesma, chegou à Fortaleza de N. Senhora da Assunção, coincidentemente, no dia em que, no campo de Santana, do Rio de Janeiro, era aclamado o imperador — 12 de outubro. Não havia telégrafo: além de um mês caminhou o jornal da Corte que registrava a auspiciosa Declaração da Soberania.

Antes porém que se espalhasse a nova pela hinterlândia, já os patriotas do Crato haviam-se insurgido contra a Junta Provisional formada em execução ao decreto de Lisboa datado de 1 de outubro do ano anterior: proclama-se ali a Independência e elege-se Pereira Filgueiras membro do Governo Provisório. A família Alencar, a escurraçada de 1817, será o caloroso estímulo desse movimento audacioso.

Dirige-se Filgueiras com a sua gente para Fortaleza, a fim de depor a Junta Provisional, eivada da pecha de constitucionalista e presidida pelo Ouvidor José Raimundo do Paço de Porbém Barbosa. No Icó, a meio caminho, e onde são derrotadas as tropas de linha e presos os seus comandantes, organiza-se definitivamente o Governo Temporário, constituído de Filgueiras, presidente, do padre Antônio Manuel de Sousa, que mais tarde se afamaria pela alcunha de **padre-benze-cacetes**, do vigário de Lavras, José Joaquim Xavier Sobreira, de Antônio Bezerra de Sousa Meneses, representante do Icó, de Francisco Fernandes Vieira, opulento fazendeiro e depois Visconde do Icó, como representante de S. Mateus (hoje Jucás) e de Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, delegado de Quixeramobim. A proclamação de Filgueiras, datada de 29 de outubro e do seu "quartel general" do Icó, não deixa dúvida: desse no que desse, a Junta de Fortaleza seria deposta.

Entram na capital a 23 de janeiro e encontram a suspeita Junta descomposta, demitidos espontaneamente os seus membros desde 9 de novembro. Empossa-se afinal o Governo Temporário. A marcha libertadora vinha assim, do sertão para a praia, mas o medo antecipou o seu intuito. Em 24 de novembro, governo, clero, nobreza e povo haviam aderido ao novo

Império, em sessão cuja ata atesta que a assembléia “aclamou Imperador Constitucional o Sr. D. Pedro de Alcântara, à imitação da Província do Rio de Janeiro, segundo consta das folhas públicas”.

Pereira Filgueiras trazia uma predestinação: emigrou aos quatro anos de idade, com os pais — o português José Quesado Filgueiras e Maria Pereira de Castro, saídos da freguesia de N. Senhora da Oliveira, do arcebispado da Bahia, para o Cariri cearense. Muitas famílias baianas o praticaram igualmente e ajudaram a povoar aquela fértil região. O menino cresceu e tornou-se homem com os olhos enfiados nas belezas da serra do Araripe. Tomou robustez física a bemdizer descomunal, um Gúliwer daqueles matos que acabou sendo, de tantas façanhas que se avolumaram na imaginação popular. “Um sertanejo Filgueiras que não sabe ler, mas tem pacto com o diabo, em consequência do que não lhe entra chumbo” — é como o descrevia Caldeira Brant em carta ao Marquês de Resende, ao tempo da Confederação do Equador. Força de músculos e força de prestígio moral e político de igual tamanho. Ouvido e respeitado nos negócios particulares e públicos. Disseram dele, entre muitas outras coisas ser um “místico de bravura física, cupidez e crueldade”. “Quase um irresponsável”, no opinar de outros.

No entanto, o que realmente o caracteriza é a autoridade do homem assim com esses predicados no desenrolar dos fatos da história do Ceará, desde que iniciou as atividades comuns da vida até a morte. Fosse um ignaro, e no entanto indiscutivelmente era um líder. Ninguém o superou nisto, nas terras sul-cearenses e nas limítrofes com Pernambuco, Paraíba e Piauí.

Mas, naqueles idos e relembrando o conceito de Mestre Gilberto Freyre, em bela conferência que pronunciou em Fortaleza, já se precisava do Ceará. Os ardorosos espíritos daqueles inquietos dependentes não se acomodariam aos favônios de uma vitória ganha.

No Piauí, a peleja independentista fracassava, contra o poderio das hostes adversárias contando com a cobertura do

governo do Maranhão. Recorriam os piauienses aos auxílios do Ceará, numa de cujas vilas — a de Granja, se refugiaram os patriotas da Parnaíba, sem meios de resistir ao inimigo bem armado e numeroso.

As proclamações em 19 de outubro do magistrado João Cândido de Deus e Silva e do rico-homem, coronel de milícias Domingos Simplício Dias, serviram, entretanto, de motivo para o deslocamento das tropas portuguesas de Oeiras, então capital da colônia, em busca dos atrevidos parnaibanos. Comandava tais soldados o coronel João José da Cunha Fidié, da nímia confiança realista, ajudante de ordens que fora do Conde dos Arcos. Fora o arquiteto do palácio da Associação Comercial da Bahia. Recebera a recomendação de D. João VI para sustentar ali a causa da metrópole, “a ferro e fogo”.

Contingentes cearenses, improvisados na zona norte da Província, já entravam no Piauí, sob as ordens de Luís Rodrigues Chaves, Alexandre Néri Ferreira e João da Costa Alecrim. Há junção dessa gente com a piauiense do baiano Salvador Cardoso de Oliveira, porém este exército de socorro é desgraçadamente batido às margens do rio Jenipapo (13 de março de 1823).

É aí que a “guerra da Independência” tem a sua grande expressão humana cruenta e gloriosa: duzentos dos seus defensores caem mortos e quinhentos são feitos prisioneiros, para ser o caso de aplicar-se, com maior motivo, a advertência de Pedro Calmon: “Nem se dissesse, depois deste sacrifício e do mais que aconteceu em terras do Piauí e Maranhão, que a Independência fora um simples acordo amigoueiro e fácil”.

O mesmo Pedro Calmon nos relata que visitou o campo do Jenipapo, em 10 de junho de 1955, e viu “intacta a paisagem, permitindo se reconstitua a manobra. Há muitos túmulos espalhados pela campina que os lajedos, frequentes na região, assinalam toscamente: e um monumento humilde, em honra dos patriotas, posto em 1922”. Bem mereciam a simbolização do bronze como os de 2 de julho, e nem sequer são lembrados pelos que têm o dever de exaltar os imolados heróis do civismo.

A batalha de Jenipapo deu-se quando avisado Fidié de ter-se formado em Oeiras, na sua ausência, uma Junta nacionalista chefiada pelos Sousas Martins — Joaquim e Manuel (24 de janeiro), porém em vez de atacar a velha capital deliberou rumar ao Maranhão, onde, na vila de Caxias, seria mais estratégico estabelecer o seu quartel de operações.

Receiosa de sua própria segurança, a Junta oeirense dirige novo apelo angustioso à Província do Ceará, cujo governo, sem delongas, lhe manda outro socorro — o chamado “Exército Libertador e Pacificador”, organizado Deus sabe como, sem armas melhores, sem a necessária disciplinação militar, sem dinheiro. Trabalha ali, bem claro, aquele sentimento de brasilidade que Oliveira Viana não descobre nos brasileiros senão em momentos históricos raros e efêmeros.

Considerem-se as distâncias e as coisas da época. De Fortaleza ao Crato, via Aracati, estiravam-se mais de cem léguas, e outras muitas seria preciso palmilhar para atingir Oeiras. Outras muitas mais até Caxias. Não existiam estradas, senão caminhos péssimos, e não havia numerário para as despesas da expedição. Iria constituir-se lendária a viagem desse aglomerado de nordestinos de todos os tipos, só igualados na consciência de objetivos nobres, entre eles o da solidariedade do Ceará às províncias vizinhas e irmãs em ponto de serem esfaceladas pelo fogo dos fuzis e canhões da metrópole intransigente. Demore-se o pensamento nisto.

Partiu o exército da capital dos verdes mares em 29 de março e de vila em vila mais se ia reforçando. Para manter a todos, recorre-se às contribuições, que vêm espontâneas, e às requisições forçadas. Leva mais de um mês para encontrar-se no Crato, onde acantonou a 5 de maio. Já eram 2.000 homens aos quais se uniriam uns 1.500 vindos das redondezas. Comandam-nos José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, que daí para diante se irmanam até o sacrifício último na defesa dos mesmos ideais de liberdade.

O velho caudilho Filgueiras tinha agora ao seu flanco um dos que ele fizera prender, com a mãe, dona Bárbara, a heroína pernambucano-cearense, e o irmão seminarista, José Mar-

tiniano de Alencar, quando a destemida ação deste nesta sempre exaltada, dramaticamente histórica e para mim diletta cidade do Recife, visando a subtrair os brasileiros do guante asfixador dos mascates ou marotos reinós.

Nessa refrega nativista de 1817 excele a figura de José Martiniano, cuja presença se marcará decisiva nos fatos da vida política cearense e da vida nacional, como participante das Cortes de Lisboa, como participante da Federação do Equador, como participante, por duas vezes, do governo de sua província, como participante do Senado do Império, como principal participante da conjura que objetivava, e conseguiu, a maioria de Pedro II.

Tristão também excele naqueles fastos. Auxiliar imediato, dir-se-á um outro comandante, principal assessor de Ferreira Filgueiras, sabe onde está a valentia e a hora de pô-la em função. Um dia morrerá trucidado nas areias do rio Jaguaribe defendendo a Federação de 1824, e permanecerá no coração dos seus conterrâneos homenageado como um dos vultos mais admirados da discutida gente andeja e cabeça-chata.

No dia 23 de julho — atente-se para a demora e os percalços da caminhada — o Exército Libertador e Pacificador, agora com a integração de elementos piauienses de Oeiras, vê-se diante da vila de Caxias, para enfrentar as metralhas de Fidié. Deixara atrás de si os amoráveis eflúvios da liberdade, não mais o Piauí sujeito às ferrenhas imposições dos antinacionalistas odientos.

São seis mil, dizem oito mil os soldados que põem cerco ao reduto do Morro das Tabocas, depois de escaramuças com seus postos avançados. Filgueiras já recebera do Imperador — estava em Oeiras — carta de nomeação para comandar as tropas libertadoras do Maranhão (datada de 16 de abril) e nessa qualidade é que, regularmente, intima a render-se o obstinado chefe lusitano. A carta valia como ratificação eloquente ao comando de Filgueiras recebido do seu governo provincial.

Deve ficar mais conhecido e divulgado o texto do ultimato de Filgueiras, e transcrevo-o, no empolado de sua linguagem, o que lhe oferece melhor sabor, para que se medite nos seus termos de prudente entono e de elegância militar:

“A muita filantropia, de que abunda o meu coração, me conduz à presença de V. Sa., a fazer-lhe ver que chegou a ocasião de V. Sa. preencher o art. 3.º do Regulamento, convencendo-se de que não está abarracado em uma Tróia muralhada, e fornecida. Com denodo tem V. Sa. sustentado a sua errônea opinião, mais filha da intriga do que do dever; e como essa comigo não deve ter lugar, e o tempo dos prestígios esteja passado, poucos dias pode V. Sa. ser o flagelo desta porção de brasileiros, em cujo País infelizmente pisou. A sua reincidência já não é coragem, parece mera toleima que lhe grangeará eterno ódio dos habitantes de ambos os Mundos, e quando V. Sa. para afeiar as nossas ações, afastando-se das veredas trilhadas por militares probos, apelida de facciosa e pirata a uma porção de Povos, que zelosa de seus direitos procura destruir um pequeno foco de insídias, como manancial das divergências, tem feito o maior dos insultos a Nação Brasileira, que toda, a exceção de parte do Pará e capital do Maranhão, tem aderido à Independência, e concedida a hipótese de que seja um atentado e um erro, como dizem os lusitanos, já deixa de o ser quando a opinião se generaliza. Não lhe falo como amigo, porque o não posso ser de um opressor de minha Pátria, porém como humano e sensível às desgraças de meus semelhantes. V. Sa. não teve ordem positiva do Congresso a quem idolatra, nem S. M. F. para fazer guerra aos Brasileiros, ou defender a Vila de Caxias, como sustentáculo de criminosas preocupações, e por isso (caso fisicamente impossível) se V. Sa. pudesse conservar-se nesse ponto por algum tempo de lobo sedento de sangue humano, e não intrépido guerreiro.

As cartas inclusas são demonstrativas do estado em que se acha a capital desta Província e saiba V. Sa. que Itapicuru, Tutóia, S. Bernardo, Ieatu, Carnaubeiras, Viana e mais povoações têm aclamado o nosso Imperador, e recebido a Independência; a vista pois disto o que espera V. Sa. neste aperro de

circunstância? Bem longe de temer a esta pequena força que V. Sa. tem à sua disposição, eu lhe falo com a singeleza de meu costume, e sem valer-me das eperbólicas e impolíticas expressões de que V. Sa. lança mão para abafar os naturais impulsos desses iludidos entes que o seguem, afirmo-lhe que V. Sa. não há de ser mais feliz do que o experimentado Luís Rego, e o maquiavélico Madeira que acaba de voar, e aos que V. Sa. tanto deseja imitar. Entre em si, e advirta que está em uma posição e circunstâncias que ignora até os movimentos da Europa e que garantindo os loucos caprichos de alguns atrabiliários patricios que possuídos de pânico terrores, pensam que vinte e tantas peças montadas no Morro das Taboças, sem gente para as manobrar, são capazes de fazer invencíveis. É preciso olhar para as coisas de todos os lados. O Brasil jamais retrogradará o heróico passo que tem dado, e por isso convém que V. Sa. persuadido de que eu não conheço o medo, o que lhe falo com conhecimento de causa, deixe de sacrificar tantas vítimas inocentes, V. Sa. tem defesa na responsável presença de S. M. Imperial, e deve preferir o pequeno incômodo de ir ali responder a um conselho e perda de tantos entes que podem ser profícuos: eu não tenho prevenções contra V. Sa. e hei de recebê-lo e tratá-lo como um meu semelhante. Se ontem a sua força, encaminhada a um ponto fraco, pôde tirar alguma vantagem, hoje e amanhã quando estiverem todos guarnecidos, serão infrutíferas as suas diligências; e os pequenos choques que têm havido com a pouca tropa que aqui se achava situando, assás tem provado a coragem dos Cearenses. Todas as Províncias Independentes do Brasil conservam europeus empregados e respeitam aos pacíficos, e pode V. Sa. certificar aos que o procedimento da plebe desenfreada tem incutido algum terror, de que a minha tropa é de homens católicos, têm subordinação, e que eu sei respeitar os direitos individuais, e de propriedade, enfim, V. Sa. bem sabe como pode ganhar uma tábua para salvar-se, não espere ter a sorte do teimoso Madeira; pois que se a sua tropa tem alguma disciplina deixa de ser brasileira, e as continuadas deserções o devem convencer de seu constrangimento. A política tem lugar em todas as circunstâncias; e a dife-

rença de opiniões não me faz duvidar de que V. Sa. deixará de dizer-me alguma coisa sobre o que tenho expedido. Deus guarde V. Sa. Quartel do Bomfim, em 23 de julho de 1823, 2.º da Indep. e do Império. J. P. Filgueiras”.

Reage Fidié, e a Câmara de Caxias, de sua parte, nem diz que sim nem que não; é ambígua a sua resposta ao officio de Filgueiras a ela dirigido em termos semelhantes à mensagem ao comandante luso. Propõe-se e aceita-se parlamentar, estabelem-se condições e o resultado é demitir-se Fidié que, pundonoroso e ativo, passa a outrem a direção de sua tropa.

É o substituto, Luís Manuel de Mesquita — que negocia a capitulação. Apenas seis horas lhe restam para decidir: entregar-se ou suportar o efeito sangrento do ataque decisivo. Impunha a intimação fossem depostas as armas; se apossasse os sitiantes do Morro das Tabocas e da vila com todos os petrechos de guerra, munições e artilharia; ficasse o exército vencido onde o vencedor determinasse. Obrigam-se contribuições em dinheiro a quem não tivesse antes contribuído, — mas garante-se a integridade dos derrotados com a nobreza inerente aos vencedores que sabem vencer.

A 1 de agosto, entram em Caxias, triunfalmente, os soldados cearenses e piauienses, e a Junta Expedicionária conclama “aos povos animando-os com a garantia dos direitos individuais e de propriedade, para lhes desterrar o terror pânico de que se achavam possuídos, e fazê-los entrar nos seus deveres”. E termina: “Vinde ver alegres jurar a Independência; ela vos dará segurança individual de propriedade, debaixo dos auspícios do Grande Pedro Primeiro, Defensor Perpétuo do Brasil. Reconhecei que o sistema que adotamos afiança o maior bem da nossa pátria. Obedecei à lei, e seremos felizes. Viva a Santa Religião Católica. Viva o Senhor D. Pedro Imperador Perpétuo do Brasil e sua augusta Dinastia”.

O ato de proclamação solene deixa-se para o dia 7, já eleita a nova Câmara e um juiz de fora. Será de repetir, mais uma vez as palavras de justiça de Pedro Calmon: Dissessem, depois da campanha libertadora do Piauí e Maranhão que a Independência fora obra de um acordo amável de bastidores políticos...

Acontece que o glorioso feito não tem merecido o exame correto de sua alta e significativa importância na rememoração das glórias nacionais. Alguns historiadores nem o registram; outros, dedicam mofina referência tão só à chegada de Lord Cochrane a São Luís e a consequente e circunstancial rendição da cidade, o que nada influenciou na vitória do Morro das Tabocas, liquidando o derradeiro baluarte da resistência portuguesa no território brasileiro.

O texto de João Armitage, se não fora a inciência do jovem historiador inglês quanto aos acontecimentos que se passaram longe da Corte, seria um insulto: "Lord Cochrane — palavras suas — continuou a permanecer no Maranhão, tendo o cuidado de satisfazer as exigências da tropa indiana, recrutada na província do Piauí, a qual se bem que **nenhum serviço havia feito**, clamava pelo seu pagamento: mandou-lhes portanto sessenta contos de réis achados na Tesouraria". Essa menoscabada tropa indiana eram os bravos independentistas do Ceará, Piauí e Maranhão. Recebiam a desprezível esmola de sessenta dinheiros, como recompensa a nada terem feito...

Será agora a ocasião para colocar no panteão da Independência os nomes desses que acabaram de consolidá-la. Há necessidade de interpretar com melhores elementos a jornada dos queimados sertanejos daquém e além-Parnaíba, dando-se a César a moeda de César. Queimados de sol, queimavam-se de ardor pela idéia de um Brasil-Nação, posto no lugar exato entre as demais do Mundo.

A História tem, bem se sabe, dessas descaídas, porém não se exime, não pode furtar-se às revisões sensatas e indispensáveis. A História é uma ciência como as demais, que encerra fundamental o princípio óbvio de que um enunciado tido como verdade cede a outro enunciado que o modifique ou destrua. A História é dinâmica, envolve e se aperfeiçoa na incansável procura da verdade histórica; nunca, um inviolável depósito de coisas intocáveis.

(Conferência pronunciada na Universidade Federal de Pernambuco, em setembro de 1972).

MEDALHA DA ABOLIÇÃO

Reveste o conteúdo das afirmações absolutas este conceito de Câmara Cascudo de que "nem mesmo Deus tem o poder de modificar o passado".

O passado é uma estrutura, é o tempo, aquilo que foi, aconteceu e na verdade ainda é e será sempre. O azinhavre dos séculos poderá escondê-lo, torná-lo baço, diminuir-lhe eventualmente o brilho, mas, se desoxidado, reaparecerá tal qual. É a História, na sua perenidade e perpetuidade, trazendo aos olhos de hoje os fatos e as coisas dos milênios decorridos.

O passado do homem é o que ele foi e fez, e nem mesmo o Onipotente seu criador sabe desmanchar a obra da criatura, artesanada, boa ou má, nos anos da sua vida. Apenas teremos de distinguir: há homens que nada fizeram, há os que desfizeram e há os que construíram, num labor de tijolo a tijolo.

Para aqueles, a Coletividade, que é a grande explicação do indivíduo humano nimamente grupal, nada estará a dever. Aos que desfizeram, ela os perdoará ou condenará na infinita magnitude dos seus acertados e imparciais juízos. Para os últimos, os que levantaram o edifício dos méritos, ela dispõe do reconhecimento e dos prêmios: são estes os homens que realmente são homens, com o espírito e o corpo cheios de valores à disposição do Bem, da Dignidade, da Utilidade Social e do Amor dos Outros como na pregação amorável de Cristo.

Configura, assim, como que uma conta-corrente mercantil a vida do homem: uns com o saldo negativo valendo débito, uns com o saldo zero, iguais às colunas dos prós e dos contras, e uns com o saldo positivo ou crédito. Quem julga a conta é a Coletividade e fornece a cada qual o extrato das somas decisivas.

A minha conta-corrente — simples e paroquialmente humilde — dá-me ciência de que tenho algo a meu favor. Alimentei-a com os poderes de Deus, com o meu esforço e o au-

xílio incitante dos que me ajudaram, e neste momento de emoção verifico que a Coletividade, por seu Poder Público, agracia solenemente o meu merecimento. Se ela diz que me-reço, eu creio no que ela declara, na seriedade de sua decisão. Não pode haver gratuidade no seu gesto e nem existiriam razões para isto.

A sugestão nasceu do Colendo Conselho Estadual de Cultura pela unanimidade de seus ilustres membros e, levando-a V. Exa. Sr. Governador, à apreciação da Comissão da Medalha da Abolição, recebeu desta parecer também unânime, que o Chefe do Poder Executivo transformou na letra do Decreto necessário.

A comenda que ora me vem representa a maior das honrarias que o nosso Estado confere aos que pretende homenagear de modo excepcional. Em si mesma, envolve alta compreensão cívica, inspirando-se como o faz, na luta de entusiasmo, desprendimento e alma daqueles que se empenharam — quais soldados indômitos — visando à conquista redimidora de 25 de março de 1884.

Não é filha de ranço bairrista ou fátuo regionalismo a nossa vaidade de pioneiros dessa vitória da solidariedade humana no Brasil, incansados, indormidos, sem almejar qualquer recompensa, antes onerando o bolso com as despesas das manumissões e gastando a tranquilidade das boas horas para conseguirem, pelas noites e os dias, os resultados difíceis. Impressionam fundamente os lances desse combate, quatro anos a fio, com aspecto de cruzada santa, todos plenos de consciência do ideal de libertar — homens, mulheres e crianças, como se forças irrevercíveis os tangessem.

Estudei bem as particularidades da campanha anti-escravista no Ceará e deixei em livro o quanto, ao melhor e atento exame, pude colher e interpretar das longas pesquisas feitas. Não se registram nas páginas da obra um ceutil de enfeite, antes a tradução correta do que de fato houve, arrebatando os corações cearenses.

Feliz, portanto, a deliberação do Governador que, obtendo o assentimento do Poder Legislativo, instituiu a **Medalha**

da Abolição, de valia conspícua e caráter extraordinário. Falta-nos esse modo de condecorar aqueles que, por suas virtudes, atos e pensamentos, sobem ao pino da consideração e respeito dos seus concidadãos.

Os povos mais primitivos o adotavam: os nossos habitantes da floresta dignificavam publicamente os seus maiores com adornos vistosos — colares de plumas, de dentes humanos, de conchas ou pedras raras — e também os povos da Antiguidade e da Idade Média, com as veneras de vária espécie. Comprime-se no pequeno valor e tamanho do crachá a forte intensidade de uma retribuição imperiosa.

Em nosso País muitas são as consagrações sintetizadas na concessão de títulos, diplomas, medalhas e comendas, desde a primeira — a Medalha de Caiena, criada por D. João VI, ainda Regente, em 1809, para recompensa oficial aos militantes na guerra da Guiana Francesa. Esta do Ceará, que acabo de receber, inotido de alegria, afora o seu sentido de pioneirismo, grava-se em ouro, que é o metal nobre e universal, e grava-se mais significativamente ainda na convicção de que é puro símbolo e resumo da nossa gratidão coletiva.

Exm.º Sr. Governador César Cals:

Confesso-me agradecido a V. Ex.^a até onde o coração pode dar, e vejo, com orgulho, que o total favorável da minha conta-corrente está magnificamente consagrado. É para mim a maior das exaltações. Eu não devo querer mais.

(No Palácio da Abolição, noite de 13 de julho de 1973).

MEDALHA JOSÉ DE ALENCAR

SR. GOVERNADOR CÉSAR CALS:

Falo em nome de Cláudio Martins e por mim mesmo, para externar o nosso mais sólido agradecimento pelo gesto de V. Exa., concedendo-nos a MEDALHA JOSÉ DE ALENCAR, comenda com que o Estado do Ceará premia os que hajam concorrido para a estimulação e o desenvolvimento da Cultura mental em nossa terra.

Disse V. Exa., em palavras corretas e eloqüentes, do por que a venera nos é outorgada, destacando os nossos méritos para merecê-la.

Sentimo-nos orgulhosos disto, do merecimento e dos conceitos de V. Exa., pois que acreditamos na sinceridade e convicção de seu pronunciamento.

Vemos que não ostentamos, como o fazemos a partir de agora, a Medalha insigne por outra razão que não fosse a justa, e legítima, de termos usado as forças do nosso espírito e do nosso trabalho artesanal em benefício do progresso cultural cearense.

Efetivamente, dentro das nossas capacidades de inteligência e de ação não temos sido indiferentes à necessária expansão e exaltação desse progresso, e o dia-a-dia de muitos anos pôde nos conferir oportunidades de bem servi-lo. E, obviamente, estamos contentes de o termos feito.

Mas o mérito maior é o de V. Exa., que soube separar, no difícil e exaustivo contexto das exigências administrativas, tempo e ocasião para olhar, com excelentes e claros olhos, o quanto representa, em sua mais bela expressão, o contributo dos intelectuais cearenses à glorificação de nosso Estado no garbo panorâmica da vida brasileira em todos os seus aspectos.

A intelectualidade desta Terra de Sol, aqueles que se entregam de corpo e vontade ao cultivo das Belas Letras, das Artes Nobres e das Ciências, todos somos reconhecidos aos cuidados de V. Exa. no apoio e incitamento às nossas atividades e às nossas criações aprimoradas.

V. Exa. fez-nos justiça, e “nada enaltece mais o homem do que fazer justiça, podendo denegá-la”. Percebemos bem que o nosso labor de abelha não foi inútil, e vale a pena produzir frutos bons em que se contêm sementes boas para a reprodução de novas árvores frondosas e dadivantes.

O nosso labor de colmeia é filho do dever consciente de uma prestimosidade incontestada à coletividade, dentro das fórmulas e preocupações espirituais e, qual conceitua o admirável pensador Eduardo Girão, “no dever há espinhos e rosas: ao cumpri-lo os espinhos ferirão, mas, depois, abundantemente, em outras rosas se transformará o sangue das feridas”.

Graças a Deus, tivemos energias para esse cumprimento, e agora vemos, cheirosas e coloridas, as rosas renatas do sangue das feridas de longas vigílias, dos pacientes sacrifícios e, às vezes, das incompreensões, que são, estes, os golpes que mais doem.

Sr. Governador:

A Cláudio Martins e a mim, enche-nos a vaidade humilde da condecoração que V. Exa. acaba de nos outorgar.

A Medalha que nos vem identifica-se ao nome e renome do escritor e homem público que soube honrar as Letras e a Política desse nosso imenso e opulento País. José de Alencar, bem se poderia dizer, constitui, ele só, uma Universidade da Literatura Nacional, tamanhos o volume e a área de sua projeção suprema, inexcedível. O menino messejanense cresceu até onde seja o limite da consagração total.

Para o crítico Antônio Cândido, e resumindo, Alencar foi o demiurgo de heróis ideais como Iracema, Ceci, Peri e quantos outros que jamais serão esquecidos, assim como foi o idealizador de mulheres cândidas e moças impecavelmente boas que dançam aos olhos do leitor uma grande quadrilha ao compasso do dever e da consciência, mais forte que a paixão. E foi ainda, numa terceira face, o escritor que admiravelmente soube por em equação o duelo do bem e do mal da alma humana, à época em que escreveu.

O grandioso mundo que é a obra de José de Alencar, no romance, no teatro, na polêmica, e a sua repercussão no gosto e espírito brasileiro até hoje, como um dos mais lidos do Brasil, dá consistência e realce à adoção da Medalha com o seu nome, e por isso mais se entranha em nós ambos, os que ora a recebem, a consciência de que a temos alcançado como galardão de valor inestimável. De mim direi que ainda mais me toca à sensibilidade o ser José de Alencar o Patrono da Cadeira que ocupo na Academia Cearense de Letras, para maior felicidade minha.

Sentimo-nos, assim, satisfeitos e sumamente penhorados, e V. Exa. pode crer na legitimidade e no calor do nosso agradecimento.

Muito obrigado, Sr. Governador.

(Na Academia Cearense de Letras, sessão de
14 de março de 1975).

O CENTENÁRIO DE MORADA NOVA

Sabe-se bem, pois os documentos registam, que a célula geradora do Município de Morada Nova foi a fazenda de criar deste nome, localizada nesta sesmaria do Bento Pereira e graças à ação generosa dos irmãos Alferes José de Fontes Pereira de Almeida e sua mulher, Ana Teresa de Jesus Gondim, e Capitão Dionísio de Matos Fontes e sua mulher, Maria Francisca Gondim. Doaram eles, à igual de outros, em 1834, os primeiros elementos constitutivos do patrimônio da Capela devotada ao Espírito Santo.

Seria esta construída no lugar em que hoje se ergue a igreja matriz e serviria de base e sentido à criação de uma freguesia, conteúdo da Lei Provincial n.º 1561, de 9 de setembro de 1873, e instituída eclesiasticamente pela Provisão de 17 de fevereiro do ano seguinte. Dar-se-ia, logo a seguir, ou mais precisamente em 1.º de março de 1874, a respectiva inauguração.

O pobre casario que se vinha adensando em torno da igreja já merecera ser considerado sede de um juizado de paz, em 1833, tal como decidira a Câmara de São Bernardo de Russas, termo da Câmara do Aracati, a cuja jurisdição pertencia.

Vivendo quase isolado no alto sertão cearense, o povoado tinha como que preguiça de crescer, mais afeitos os habitantes do distrito aos misteres e atividades rurais. Ainda em 1862, segundo nos informa o Senador Pompeu no seu admirável **Ensaio Estatístico**, o arraial do Espírito Santo não contava senão com 28 casas de moradores, mas isso não o humilhava, porque os ditritos vizinhos, formadores do Termo de Russas, não iam muito além: Limoeiro dispunha de 36 casas, Taboleiro da Areia, 35, Livramento 26 e São João, 12.

A população de todo o distrito era, então, estimada em 3 178 pessoas, sendo 1 805 brancos, 1 043 pardos e 330 escravos. Em 1876, o aglomerado de Morada Nova recebeu a cate-

goria de Vila, o que resultou da Lei n.º 1 719, de 2 de agosto. Deu-se-lhe o nome de Vila do Espírito Santo.

A evolução deste diplomada legislativo oferece-nos a notícia de que foi produto de uma proposição apresentada à Assembléa Provincial em sessão de 25 de junho, sugerindo-se aí a denominação — até agora não teve explicação por quê — de Vila de S. Crisólogo, mas de imediato contrariada com a emenda do deputado Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira, que lembrou outra denominação — a de Vila do Espírito Santo, em homenagem, por certo, ao Divino Padroeiro da paróquia.

Contra uma e outra das proposições opôs-se o deputado Maximiano Barroso: em vez de S. Crisólogo ou de Espírito Santo, melhor seria o título de Vila de Morada Nova, que não prevaleceu. O nome Morada Nova somente se fixou em 1893, com a vigência da Lei n.º 107, de 20 de setembro.

À criação de um Município, tendo inicialmente como sede uma Vila, ineria, por lei, a composição de uma Câmara de Vereadores, que administrasse os negócios municipais. Não havia, àquela época, a entidade Prefeito ou Intendente só mais tarde estabelecida pela legislação brasileira.

A primeira Vila a criar-se no Ceará foi a de S. José do Ribamar de Aquirás, em 1713, seguindo-se a de N. Senhora da Assunção de Fortaleza, em 1726.

Município por definição, é a extensão territorial de limites certos, dentro da qual um conjunto de indivíduos têm garantidos e regulamentados os seus direitos, interesses e deveres políticos, econômicos e sociais.

Vem de longe o conceito e forma do Município, ideado pelas sábias leis da velha Roma. Baseado nessa concepção político-administrativa, Portugal se estruturou, e, depois de descoberto o Brasil, para aqui ele a transplantou. Daí por que, segundo o historiador Rodolfo Garcia, “a história da organização municipal no Brasil-colônia é a própria história da legislação portuguesa sobre a administração dos seus concelhos do mesmo período”. Mais do que meramente administrativas e locais, podiam as corporações municipais interfe-

rir nos negócios gerais do País, fazendo-o por intermédio dos chamados "procuradores do povo", com assento nas Cortes do Reino.

Mas, "longe da Metrópole e preocupadas com os problemas que mais de perto lhes respeitavam, não tiveram as municipalidades do Brasil tão imediata ingerência nos negócios do reino".

Regulavam-nas, de começo, as Ordenações Afonsinas, que as Manuelinas pouco alteraram no seu sistema de atribuições, para, por fim, darem-lhes mais preciso esquema de direitos e deveres as Ordenações Filipinas, a partir de 1603. Tais atribuições tinham origem na autoridade régia, embora muitas Camaras se arrogassem outras que ultrapassavam os desejos do Rei. Bem se diz que a necessidade não conhece lei. Eram certas conjunturas locais o móvel desse alargamento de jurisdição independente da vontade real.

Compunham-se as Câmaras, também chamadas Senado, de quatro ou cinco membros ou vereadores, sendo dees o mais velho seu presidente. Para auxiliar o colegiado havia um secretário ou escrivão, e não raro um tesoureiro, quando tal se fazia preciso.

Eram os vereadores eleitos pelo povo, ou mais corretamente, pelos homens bons ou repúblicos, aqueles de maiores cabedais ou por outras razões mais distinguidos. O voto era assim mais classificado, do que popular. Não podiam merecer a eleição os oficiais de ofícios menores, como carpinteiros, funileiros, mecânicos, pedreiros etc., nem os pequenos comerciantes, os judeus, os reinós, os soldados e os degredados. Somente, portanto, os considerados nobres, naturais da terra, descendentes dos povoadores.

Cabia às Câmaras cuidar do bem do povo, promover-lhe a felicidade e punir as faltas contra a administração. E também decretar impostos e taxas que rendessem o indispensável para isso. A função era gratuita, mais encargo do que privilégio ou vantagem, e somente podia ser recusada por motivo de doença grave ou prolongada ou pelo exercício de outra função pública com ela incompatível.

Conquistada a nossa independência em 1822 e promulgada a Constituição do novo Império Brasileiro em 1824, por esta, no seu artigo 71, se reconhecia e garantia o direito de intervir todo cidadão nos negócios de sua Província e imediatamente relacionados com os seus interesses peculiares.

Esse direito devia ser exercitado pelas Câmaras dos distritos, ou sejam, os municípios, e pelos Conselhos Gerais de Província, mais tarde transformados em Assembléias Provinciais.

“Em todas as cidades ou vilas ora existentes — rezava o artigo 167 daquela Constituição — e nas mais que para o futuro se criem, haverá Câmaras, às quais compete o governo econômico e municipal das mesmas cidades ou vilas”.

Pelo artigo 168, “as Câmaras serão eletivas, e compostas de número de vereadores que a lei designar, e o que obtiver maior número de votos será Presidente.” O exercício de suas funções municipais, formação das suas posturas policiais, aplicação de suas rendas, e todas as suas particulares e úteis atribuições, serão decretadas por uma lei regulamentar” — é o que dispunha o art. 169.

A Lei de 12 de agosto de 1834, conhecida por Ato Adicional, determinava que o direito reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição será exercitado pelas Câmaras dos Distritos (Municípios) e pelas Assembléias que, substituindo os Conselhos Gerais, se estabelecerão em todas as Províncias com o título de Assembléias Legislativas Provinciais.”

Anterior a esse Ato, diploma legal, de 1.º de outubro de 1828, estabelecera que as Câmaras das Cidades se comporão de nove membros, e as das Vilas, de sete e um Secretário. E regulava: poderão ser vereadores os que têm voto na nomeação dos eleitores da paróquia. E mais: as Câmaras são corporações meramente administrativas e não exercerão jurisdição alguma contenciosa (art. 24).

Nessa conformidade é que se organizou a primeira Câmara da Vila do Espírito Santo, com a eleição de sete vereadores, um deles Presidente.

A escolha recairia em pessoas que pudessem ser votadas, de acordo com a lei, e, como é óbvio, em homens de graduada influência econômico-social, assim reconhecidos por meio do voto. Apurados os resultados do pleito, saíram vitoriosos: 1 — Manuel Antônio Ferreira Nobre; 2 — Eduardo Henrique Girão; 3 — José Carneiro de Sousa; 4 — João Mateus Regino de Oliveira; 5 — João Crisóstomo de Sousa; 6 — José Raimundo Evangelista; e 7 — Antônio Elias Saraiva de Brito. Todos no exato ponto de serem tidos e respeitados como homens bons ou repúblicos, influndo no espírito dos que os elegeram como cidadãos capazes de desempenhar o novo e delicado múnus público. Prestaram juramento da Lei em 30 de dezembro e empossaram-se solenemente no dia 7 de janeiro seguinte. Foi orador da solenidade o professor Raimundo Joaquim da Silva Viana, mestre-escola na Barra do Sitiá, e de quem é rebento viçoso Mons. André Camurça, uma das mais belas florações culturais do clero cearense.

Manuel Antônio Ferreira Nobre, nascido em 1820, estava na casa etária dos 50. Filho de José Rabelo Ferreira Nobre e Francisca Maria do Nascimento, era conceituado mestre de latim, língua que aprendeu no Seminário de Olinda, onde esteve quase a ordenar-se sacerdote. Ilogicamente, o Latim era ensinado com as primeiras letras, àquele tempo. Seria, pela força de sua ascendência intelectual o Presidente da Agremiação. De novo, o seria depois de proclamada a República, em janeiro de 1890.

Eduardo Henrique Girão, mais conhecido por Major Eduardo, irmão da primeira mulher de Manuel Antônio e meu duplo bisavô, pai que foi de minhas duas avós, morava no Sítio Paraíso e era figura do melhor acatamento, pela sua honradez e fidalguia. Filho de Antônio José Girão, o grande latifundiário dos sítios Patos e Boa Vista e fundador da família Girão no Ceará, que se ligou aos Rodrigues Machado de Quixeramobim pelo seu casamento em 1810. Generoso e austero era o Major Eduardo querido dos seus e dos que o serviam. Nascera em 1819, e já merecera a confiança geral do cargo de procurador e administrador dos bens patrimoniais da paróquia desde 30 de julho de 1874.

José Carneiro de Sousa, casado com uma das filhas de Antônio José Girão Júnior, irmão do Major Eduardo, era senhor de boas letras, de fina e inquieta inteligência e poder de comunicação, servindo por muitos anos como funcionário da Fazenda do Estado. Morava na sua fazenda da Reforma, no sítio Patos. Assinalo esses entrelaçamentos parentais não por fofa jactância, mas para por em justa evidência como desde a fundação desta Comuna participou a minha família dos seus fatos e tradições políticos-sociais-administrativos.

Não menos respeitáveis e considerados por suas virtudes de prestimosidade e decência social foram os demais Vereadores eleitos. Homens talvez sisudos, ornavam-se, no entanto, os seus corações com os belos enfeites da bondade, dirigindo com aprumo e sadia orientação os seus negócios e a família.

João Mateus Regino de Oliveira, morador da fazenda Volta, no rio Barbada, vinculava-se também aos Girões por meio do filho Childerico, casado com Maria dos Santos Machado Girão, pais de Guilherme Regino de Oliveira, de que foi mulher D. Felícia Carneiro Girão, neta do Major Eduardo. Dele descendem, entre muitos outros, o Deputado Manuel de Castro Filho, de tanta atuação política no Baixo Jaguaribe e cuja ausência, nesta hora, veramente lastimamos, os advogados Blanchard Girão e Osvaldo Oton Saraiva, o médico Amauri de Pontes Saraiva e a professora Deusdedit de Pontes Lobato, reputada educadora com atividades no Rio de Janeiro.

João Crisóstomo de Sousa, proprietário da fazenda Cajazeiras, e com uma de cujas filhas casou o Coronel José Ambrósio da Silva, de indiscutível influência político-social neste Município, fez-se credor da admiração dos seus comunicípes por saber-se conduzir na vida do lar e na vida da coletividade, com os apuros e dignidades dos homens de bem. Dispunha de enormes cabedais e dizia-se que transportava em surrões de couro as suas incontáveis moedas de ouro e prata e as guardava, de tantas que acumulara, nesses grandes caixões de depósito de farinha muito achadiços nos alpendres das mansões sertanejas.

Moritz

José Raimundo Evangelista, nascido em 1836, viera do distrito de Cariré, do Município de Russas, e acabou localizando-se no sítio Barro Vermelho. Forte, de estatura alta, grossa voz, configurava o homem que se respeitava só ao vê-lo. O sítio Barro Vermelho constituía fonte de valiosa irradiação de bons costumes, de amor ao trabalho e de zelo a uma prole numerosa e digna. São exemplos dessas virtudes, para citar apenas algumas, as pessoas serenas e amigas, já agora saudosas, de Raimundinho e do Janjão e quantos Evangelistas se destacam nas lidas do comércio e nas classes liberais em nosso Estado, tais como os advogados Rui e José Farias Evangelista, o magistrado Raimundo Belmino Evangelista de Oliveira, os médicos José, Luís e Francisco Evangelista de Oliveira, o engenheiro Edmilson Farias Evangelista, o prof. Hermano José Evangelista.

Por fim, Antônio Elias Saraiva de Brito, do sítio Gangorra, rebento da linhagem dos Saraiva Leão e cuja expressão mais eloqüente, neste Município, foi o Padre Dr. Antônio Elias Saraiva Leão, nascido em 1808, de superior cultura humanística, ordenado em 1836 e bacharelado em cânones pela Faculdade de Olinda em 1842. Capelaneou a freguesia do Barra do Sitiá e foi pároco em Quixeramobim. Eleito deputado provincial, não aceitou o mandato, em razão de sua doentia modéstia. Convidado a exercer os misteres de Vigário Geral do Bispado em Fortaleza, pelo mesmo motivo recusou ao chamado. Faleceu, cego, em 1896.

Valem esses ilustres varões, requeridos ao dever cívico de 1876, ou seja para o exercício em verdade altruístico de primeiros camaristas do novel município banabuiano, valem e valem como paradigma ou modelo a quantos tiveram e têm aos ombros o encargo difícil da vereança. A função legislativa é nobre e contém o sentido de uma honraria qual a da representação popular. Cabe aos que a detêm muito cuidado e dedicação, tocam-lhes às vezes sacrifícios e os espinhos das contrariedades, porém não há como fugir ao cumprimento da elevada missão outorgada pela comunidade que confiadamente os escolheu.

Sei de como vossas senhorias, senhores vereadores, se comportam e agem na defesa dos direitos de todos, não só uma vez com o desgosto e o incômodo de atitudes ditadas pelas circunstâncias, e, porisso, e do meu melhor agrado, lhes estou dirigindo a homenagem do reconhecimento, saído do coração deste povo de Morada Nova, que é o seu povo, o nosso povo, o meu querido povo. Acreditem, senhores vereadores, na sinceridade desta afirmação.

Meus Senhores:

Apraz-me dizer que me encontro aqui, neste momento, não como simples pessoa a quem estaria confiado, para honra sua, o discurso desta solenidade; mas como aquele que, outra vez, mais uma vez, encontrou nova oportunidade para reviver, muito eufórico, algo de seu passado, e o passado, como acentua Câmara Cascudo, nem Deus tem o poder de destruí-lo.

Nasci nestas ribas do Banabuiú, a não muitas centenas de metros distante, quase nas barrancas da formosa caudal dos invernos fracos e celeiros de salvadoras vazantes nas estiagens mais pronunciadas. Faz 75 anos que a primeira vez os meus olhos deram com a luz de um sol queimante e a cor de um céu claro e desesperançado, como aquele de 1900.

O Banabuiú de que este Município é filho dileto, ficou em mim como se fora cálido sangue revigorando-me o corpo e a alma. Banabuiú a que os indígenas chamavam Rinaré e nas suas ilhargas viviam a vida descontraída e natural dos homens que ainda não conheciam os percalços, as restrições, as poluições, as agonias da Civilização e se contentavam com o andar nus, pescar, caçar com arco e flecha nas matas e lagoas, e plantar uma lavourazinha de feijão, batata e melões com que se regalavam.

Banabuiú que Eduardo Girão, nascido igualmente às suas margens, cantou em poema de magistral efeito: "Banabuiú das enchentes transbordantes que os carões anunciam das frondes marginais, repisando a mesma toada dolente, no encanto da noite".

“Banabuiú das águas criadoras, viveiro fervilhante de peixes excelentes, alguns da cor nacarada das auroras e recobertos de um primor de escamas argentinas como límpidos luas”.

“Banabuiú, velho deus pagão, alongado entre alas sacerdotais de jaramantais e ingazeiras, de oiticicas e umarizeiras, a receber do turíbulo dos ramos o perfume das flores e o incenso das resinas”.

“Banabuiú magnífico, protetor das plantas e dos animais, bendito pelas estrelas, nas alturas, e a quem na imponente nave da terra, os ventos entoam exaltações, vibrando, festivas e farfalhantes, nos bastos carnaubais.”

Para mim, o rio em que me banhei menino e menino corri entre seus campos e pulei nestas grotas na incontida ânsia de dar-me a mim, tomar para mim o mundo que se me descortinava e com que, de instante a instante, me indentificava, qual fossem as minhas energias mesmas, qual fosse eu mesmo.

O menino da Fazenda Palestina um dia seria arrancado desse embevecimento e iria para longe, com os pais forçados a tanto pelos desencontros do destino. Mas todos os anos com eles voltava em viagens lentas e cansadas, no desígnio, deles e meu, de reolhar os gados que deixaram, a fazenda que deixaram, os amigos que deixaram e matar as saudades que deixaram.

E dessa forma, sentia eu, mais e mais, que me moradanovizava, sentia-me misturado aos encantos do meu sertão, do sertão dos meus avós, do sertão dos meus tios e primos que me recebiam carinhosamente, e também daqueles que haviam tombado ao chão, na inanidade inexorável da morte. Aqui perto se acha o cemitério em que eles dormem e que para mim vale como lágrimas das mais pungentes lembranças. Muitos deles souberam dignificar com a sua ação e o seu amor a terra que pisaram, para muitos a única que pisaram, concorrendo para o seu desenvolvimento e o seu progresso.

Relembro tudo: a gente, os bichos, os currais, as casas, os pátios largos e limpos, onde o gado pastava ou malhava tranqüilo, onde o vaqueiro intrépido derrubava bois e amansava poltros brabos, e onde eu brinquei com os outros meninos, despreocupados nós das asperezas da existência e das aflições dos dias desventurosos. Fiz os meus curraizinhos de vacas de osso, galopei vaidoso nos meus cavalos de talo, matei passarinho de baladeira, pratiquei as diabruras dos meninos impossíveis, sorri, chorei, era feliz.

Fui embora, e lá tive a minha formação moral e espiritual preparada por minha mãe e o meu pai, e modelei a minha formação intelectual orientada por mestres zelosos. Alcancei vitórias, sofri desenganos, transpus barreiras, diplomei-me nos estudos superiores, constitui família harmoniosa, servi ao Estado em altos postos, porém nunca, digo nunca esqueci as paisagens do Banabuiú dos carões profetas, dos peixes excelentes, das oiticicas e das umarizeiras, das águas mansas, delícia dos meus banhos.

Estou de novo aqui e de alma plena, dominado de alegria imensa, e eu nem sei dizer qual, de encontrar-me aqui. Revejo, trevejo a minha terra nos transportes do entusiasmo que a está sacudindo, pela razão amorável da criação de seu Município, e como se a comemoração fosse minha, egoisticamente só minha.

Mas não é. É de todos nós o júbilo. Nascemos e respiramos estes ares e nos agrada indizivelmente o inebriante cheiro dos mofumbos e o bafo típico do gado nos amanhos. Há música em tudo nos nossos ouvidos.

A casa em que nasci o tempo derrubou, porém, não destruiu jamais o meu amor da terra. Vivi nela, na saudade dela, no apego a ela, e continuo a viver assim, satisfeito e contente, mais que isto, orgulhoso de ter respirado aqui o primeiro oxigênio que me encheu os pulmões.

Aqui, neste sertão dos vaqueiros valentes varando caatinga e peiando barbatões velozes, vaqueiros a quem, do mais puro coração, quero cantar os meus hinos de exaltação, vendo nele, na sua figura tão singular, a simbolização maior do ser-

tanejo que forjou, com a sua audácia e denodo, a civilização do Nordeste. Foi ele que venceu o índio, venceu a agrestia do ambiente, venceu as feras que o cercavam, venceu a falta de ajuda das autoridades e, mimado do amor da mulher e dos filhos, e do amor ao seu cavalo campeiro e ao cachorro fiel, soube plantar na soalheira nordestina os elementos indestrutíveis de uma brasilidade sem jaça.

Quero cantar bem alto hozanas ao Vaqueiro, e meu pai também foi vaqueiro, vestido de gibão, perneiras e guarda-peito, e sobretudo, como todos os vaqueiros, vestido com a roupa da coragem, a insuperável coragem de ser vaqueiro. Sei que a maioria dos que se acham a ouvir-me são vaqueiros, foram vaqueiros, são filhos ou netos de vaqueiros e assim poderemos dizer — em significativa síntese — que o que estamos comemorando é um Centenário do Vaqueiro.

(Discurso pronunciado em 31.7.76, na sede da Câmara Municipal de Morada Nova).

A PRESIDÊNCIA DE HONRA

Sr. Presidente e demais ilustres componentes da Mesa,
Meus caros consócios,
Prezados e distintos convidados:

Para bom entendedor, basta meia palavra. E, por isso, não gastarei muitas para manifestar o meu contentamento ao receber a homenagem que me está sendo prestada pelo Instituto do Ceará.

Por formação e temperamento sou da classe dos humildes, daqueles que não querem sair de si mesmos e se sentem bem respirando os ares que não sopram alto e são mais fortes e turvos. Mas, às vezes, os pequenos crescem e se acham, até sem perceberem, nem desejarem, nas cumiadas maiores, e é das Escrituras que os humildes muita vez podem ser exaltados.

Estou assim, fora do meu hábito e ao choque de uma grande emoção — a que me vem do orgulho de ter merecido, desta velha e tradicional instituição científica, o insigne título de seu Presidente de Honra. Isto é muito, eu direi demais para a minha humildade, mas aceito a honraria tomado do mais pleno reconhecimento.

E vejo, valorizando-o, que o diploma não saiu de uma simples decisão de nosso plenário comum, e sim, vale-me ressaltar este ponto, ficará escrito na própria letra do Estatuto desta Casa do Barão de Studart. Distinção igual em toda a história do Instituto somente uma vez fora antes reconhecida a alguém — ao consócio Manuel do Nascimento Fernandes Távora, figura de respeito e acatamento nos domínios da Medicina, da intelectualidade e da Política de nosso Estado, nome que pronuncio com a mais legítima das reverências.

Nem sei como portar-me diante do fato excepcional, porém o meu compromisso é o de que procurarei corresponder à honraria que me é outorgada.

Estou a serviço do Instituto do Ceará, desde o ano de 1941, quando fui eleito seu sócio efetivo, e durante todo esse longo correr dos dias somente tive em mim o desejo de dar-lhe de minhas forças tudo quanto estiveram nelas. Na verdade, amei e amo este Instituto de 1887, fundado, em hora feliz, por doze pares da Inteligência cearense, preocupados com os estudos da História, da Geografia e de ciências a estas correlatas, como a Antropologia, a Genealogia, a Linguística, o Folclore. Bendigo a idéia deles, a deliberação deles, a realização deles, o propósito deles de nunca lhe negarem o melhor dos seus esforços e da sua sabedoria, exemplo comunicante que os sucessores, até hoje, têm sabido seguir, sem desfalecimentos.

Figuras as mais eminentes de nossa Cultura mental, tiveram e têm assento nas cadeiras que formam o elenco dos seu Quadro Social, e pensar que me trouxeram para o seu convívio enche-me de júbilo que não sei medir. Sou, em antiguidade, o terceiro dos atuais ocupantes dessas cátedras, e com esta afirmação quero significar a minha euforia no contato diuturno com a ilustre convivência dos outros 39 companheiros de jornada. Talvez tenha sido essa antiguidade um dos fatores do dispositivo estatutário que me dignificou, entre os demais, com o pergaminho que acaba de me ser entregue, traduzido com tanto brilho e coração nas palavras eloqüentes, bondosas, generosas, direi caridosas, que proferiu, saudando-me, o meu sempre querido amigo, o Professor Francisco Alves.

Presidente de Honra vale uma consagração, e duvido haja recebido eu outra mais excelente, dentre algumas com que me galardoaram, por motivos diversos, o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, a Universidade Federal do Ceará, o Rotary Internacional, Rotary Club de Fortaleza, a Organização da Sereia de Ouro e outras entidades.

Vejo-me equiparado àqueles que, no desenrolar de noventa e dois anos, presidiram aos destinos deste Sodalício e, até agora singularmente, não foram mais que cinco: Paulino Nogueira (1907-1908), Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1908-1929), Barão de Studart (1929-1938), Tomás Pompeu Sobri-

nho (1938-1969) e Carlos Studart Filho (1968 até este momento); os três últimos com a qualidade de Presidente Perpétuo. Todos puderam e souberam dar, como o atual está fazendo, a excelstude das suas dedicações e seus discortínos no afã de elevar cada vez mais o renome do velho Grêmio, na verdade o mais antigo das sociedades de caráter cultural existentes em nosso Estado.

São luminares das ciências que cultivaram e foram projeções limpas e valiosas nos meios sociais e profissionais de nossa terra, tão pródiga, felizmente, de privilegiados cérebros e de incansáveis trabalhadores na seara do Pensamento Aprimorado.

Vejo-me ao lado deles e isto me envaidece. De pequeno, subi; de humilde fui exaltado, e duma coisa e outra rendo graças a Deus, e confesso o meu mais puro agradecimento àqueles que, de tão bons e nobres, escreveram por unanimidade, na letra da nossa lei básica, o meu nome como Presidente de Honra deste templo de estudos e saber.

Nem sei dizer mais. Muito obrigado.

(No Instituto do Ceará, sessão solene realizada em 20 de dezembro de 1979)

A DIGNIDADE DOS ACIÓLI

Na Revista da Academia Cearense de Letras, n.º 36, de 1975 acha-se pequeno trabalho meu, de cunho genealógico, intitulado "Os Pompeu — Família Ilustre". E na verdade o são.

Descendem do santaquiterense Tomás Pompeu de Sousa Brasil — o Senador Pompeu, e de d. Felismina Carolina Filgueiras, mais intimamente conhecida por Mãe Mina, senhora da mais alta distinção.

Tiveram quatro filhos — os homens Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Antônio Pompeu de Sousa Brasil e Hildebrando Pompeu de Sousa Brasil, e a mulher, a primeira do casal, Maria Teresa Pompeu (Maroca). Tomás Pompeu, Bacharel em Direito, não tenho dúvida em afirmar, foi o cearense que mais variados conhecimentos acumulou e pode-se classificar como um grande erudito, um Mestre; Antônio Pompeu formou-se em Medicina e como autodidata conheceu os melhores segredos da Mecânica e os aplicou na montagem e direção duma fábrica de tecidos; dele é filho Tomás Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho (Pompeu Sobrinho) prodigiosa cerebração a abraçar vasto campo do saber e especializando-se nos estudos da problemática do Nordeste, terreno em que há-de ser considerado o Doutor Máximo. Hildebrando Pompeu era engenheiro em Matemática e no seu mister revelou-se abalizado técnico.

Maria Teresa (D. Maroca), esposou o bacharel em Direito Antônio Pinto Nogueira Acióli, nascido no Icó, o qual viria a ser o mais projetado político, à sua época, em todo o norte do Brasil.

O Senador Pompeu, além da sua alta cultura e de sua atuação superior no jornalismo cearense, foi chefe do Partido Liberal nesta Província do Ceará, e como tal era alvo do maior respeito e acatamento, ainda que entre os seus adversários. O jornal **O Cearense** fundado em 1846, tornou-se o seu forte posto de comando na defesa de sua facção partidária e dos

interesses gerais, e entre os seus redatores estava o Senador Francisco de Paula Pessoa e seu genro Antônio Joaquim Rodrigues Júnior.

Com a morte de Pompeu (1877) cindiu-se o partido em duas alas, conhecidas por **pompeus** ou **minus** e **Paulas** ou **ripardos**, que daí por diante não se entenderiam mais. Os Pompeus passaram, então, a ser orientados pelo Dr. Nogueira Acióli, de logo nomeado Vice-presidente da Província, e, extinto **O Cearense**, fundaram a **Gazeta do Norte** (1880) órgão que, com a proclamação do regime republicano tomou o nome de **Estado do Ceará**, fundindo-se este, mais tarde, com o **Libertador**, para saírem, agora com o título de **República**. Em todas essas mudanças como impávido **condotieri** estacava-se a figura do Dr. Acióli, sendo eleito Deputado Geral e Senador da República. Em 1896 recebia o mandato de Presidente do Estado até 1900 e outros dois períodos governamentais a administração e a política cearenses ficaram, exclusivas, em suas mãos (1904-1908 e 1908-1912). A gestão de 1900-1904 quem a movimentou foi o médico Pedro Augusto Borges, porém em tudo obediente ao seu modelo. Não houve, de fato, solução de continuidade.

A chamada "política dos governadores" do presidente Campos Sales consolidou a sua liderança, nascendo daí as **oligarquias** dominantes em diversos Estados brasileiros.

No Ceará a oligarquia aciolina enfrentava corajosa oposição, na frente elementos dos Paulas, e de tanto durar terminou melancolicamente com a renúncia do velho governante, premido pelas balas de uma rebelião tipicamente popular, em 24 de janeiro de 1912. O seu último mandato concluir-se-ia no dia 12 de julho seguinte.

Nogueira Acióli e d. Maroca foram pais de oito filhos: Tomás Pompeu Pinto Acióli, José Pompeu Pinto Acióli, Benjamim Pompeu Pinto Acióli, Antônio Pompeu Pinto Acióli, Hildebrando Pompeu Pinto Acióli, e as mulheres Olga Pompeu Pinto Sá, casada com o Senhor Francisco Sá, famoso tribuno mineiro; Alice Pompeu Jorge de Sousa, casada com o médico Francisco Jorge de Sousa, estes sem filhos, e Branca

Pompeu Acióli Borges casada com o General Raimundo Borges, dos quais descendem a mulher e filhos do General Juracy Montenegro Magalhães.

Homens de bem, corretos no trato da vida social, ilustrando-se e ilustrando o nome do seu Estado nas casas do Parlamento Nacional, fiéis aos deveres e encantos da família bem formada, sentiram-se, dum instante para outro no arrastão de um desatino coletivo, em 9 de novembro de 1912, expulsos de suas casas, então destruídas e queimadas, inclusive a do velho político, abatidos, insultados, acusados de crimes, exportados à execração pública e mandados embora. Ficaram reduzidos à pobreza.

Até hoje, não puderam os sociólogos definir ao exato a loucura das multidões, mas o certo é que elas agem como autômatos, sem raciocínio, nem medida de conseqüências. Tudo destroem, conspurcam, matam sem o corretivo do senso e do respeito a ninguém ou a nada.

Até que vem a Justiça do Tempo, aquela a que Marco Aurélio chamou "a justiça de Deus na voz da História", e sem ódio e a cegueira dos preconceitos repõe a verdade no pedestal de que foi destronada.

Já é hora de proclamar essa verdade em torno da tradicional estirpe Acióli, de tantos serviços dedicados à Cultura e à vida política nacional. Já é hora de reconhecer-se a **dignidade dos Acióli**. Pesados os prós e os contras na balança sensível da Serenidade, o que se apura é essa lisura, esse aprumo de procedimento de homens que, se politicamente erraram, erraram ao peso do clima que os envolvia como responsáveis pelos destinos da coisa pública, na complexidade de suas exigências da irresistível marcha dos acontecimentos. A crueldade das injúrias sofridas deve superpor-se o bom modo de uma reparação consciente e necessária. O velho líder e d. Maroca e assim também os filhos todos já morreram, mas os netos e bisnetos podem cultuando-os no silêncio dos seus túmulos, seguindo-lhes, confiantes e orgulhosos os exemplos de honradez e integridade de caráter.

(O Povo, de 01 de fevereiro de 1981).

UM HOMEM

Escrevi um **HOMEM**, e não um homem. A frase é seduçã, mas no caso devo repetir. Nem é preciso dizer por que. A diferença é evidente, porquanto há homens que são **HOMENS** e há, deles, que não passam de simples indivíduos, sem cor social, sem cor humana, sem cor às vezes nenhuma.

Saem-me estas letras, neste dia 11 de janeiro, para referir-me ao **HOMEM** Plácido Aderaldo Castelo, nascido em data idêntica no ano de 1906, em sua tão amada cidade de Mombuca, que antes se chamou Maria Pereira e, até, Benjamim Constant. Filho de João Fernandes Castelo e Antonina Aderaldo Castelo, gente de boa estirpe, aprendeu a ler e escrever em escola pública dali e em Tauá, frequentou em Fortaleza o Colégio Cearense e o Liceu da Praça dos Voluntários, e pela Faculdade de Direito diplomou-se Bacharel, na turma "João Pessoa", de 1930, tendo sido o orador oficial. Foi Paraninfo Luís de Moraes Correia, professor de boas lições, lições da matéria que sabia e lições de urbanidade que lhe era forte característica. Entre os que a compunham estavam Paulo Sarasate Ferreira Lopes e Stênio Gomes da Silva, os quais, com ele, formariam uma tríade de Governadores do nosso Estado.

Ter sido eleito orador dos formandos, os quais perfaziam duas dezenas, já era índice do acatamento ao seu valor moral e intelectual, qualidades que aperfeiçoou ao correr de sua brilhante existência de triunfos e belas conquistas, derrubando obstáculos.

Nos seus tempos de aluno esteve na frente de agitadas manifestações e reivindicações estudantis e, destemeroso, afrontou percalços, curtiu prisão e deu prova inequívoca de que, de fato, seria um **HOMEM**. Sempre autêntico, sempre sincero.

Exerceu as funções de Promotor Público, em Quixadá e Fortaleza, e as de magistrado, como Juiz de Juazeiro (do Norte) de 1931 a 1934, onde ao lado de sua judicatura, ima-

ginou e executou a criação de uma Escola Normal Rural, a primeira desse tipo instalada no Ceará, Sabia ver. E saber ver muito além do alcance dos olhos não é para todo mundo. Só para os escolhidos.

Todavia, o seu espírito largo não suportava as linhas estreitas, embora nobres, de um juizado, e ousou atirar-se a campo de área maior, ingressando nas lides políticas, em que muitos se tornam politicóides, e outros, menos talvez, mantêm-se na divisa do sério e da honestidade de procedimento. Foi por isso que não teve dificuldades de ganhar eleições para Deputado à nossa Assembléia Legislativa, conseguindo o mandato por três legislaturas — 1934-37, 1955-60 e 1964-66.

A sua atividade parlamentar tornou-se modelo para quantos, na verdade, querem honrar a investidura pelo voto. Não esquecia nunca os seus deveres, agia com entusiasmo e fervor, mas sem ferir ou atritar-se com os seus pares, o que é usual nas casas de Congresso. Passou a ser conhecido como o “homem tranqüilo”, sem vaidades, sem demagogias, sem gestos espetaculares, sem demonstrações eleitoreiras.

Enquanto isso, mais duma vez foi chamado ao exercitamento de elevadas funções administrativas, e, então, o seu labor, a sua inteligência, a sua experiência estiveram à disposição de Secretarias de Estado, como as da Pasta da Fazenda (1937-39) e a da Agricultura e Obras Públicas (1951-1954 e 1956-1960). Procurador Judicial do Estado (1945-46), Auditor do Tribunal de Contas do Ceará, do qual foi Ministro nos anos de 1962 a 1964. Por alguns meses, Prefeito Municipal de Fortaleza (1945). Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Ceará — Ipec — (1939-43), do qual foi o idealizador e primeiro dirigente. No jornalismo, era um combatente assíduo, desde o humilde mister de revisor, no “Correio do Ceará”, repórter em “O Nordeste” e “Gazeta de Notícias” e redator-chefe em “O Estado”.

Vários e bem feitos são os seus estudos e ensaios, publicados em épocas diversas, e o último, de maior respiração, é a **História do Ensino no Ceará**, de 340 páginas, constituindo a monografia n. 22 da Coleção História do Ceará, do Instituto

do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). É obra de sumo valor, que lhe custara muitas garimpagens pelos arquivos e outras fontes de procura capazes de levá-lo a bom termo na tarefa ingente de reconstituir o passado. Para o Instituto do Ceará entrou em 1941, e em sua companhia, na mesma eleição, entramos João Nogueira, Dolor Barreira e eu. Para mim três saudades no meu coração.

Em 1966, assumiu o cargo maior de Governador do Estado, vitorioso o seu nome entre outros ilustres que o desejavam, e, à frente da administração estadual, confirmou as suas virtudes, tão sabidas, de prudência e bonomia, ao mesmo passo de coragem e equilíbrio da autoridade. Não teve medo, nem exorbitou. Soube, em toda plenitude, ser um Chefe de Estado, amargurando-se, muita vez, com a incompreensão ou ingratitude até de amigos mais aproximados. Contanto que acima de tudo ficassem os interesses gerais.

Fui seu auxiliar, do primeiro ao último dia do seu governo de quatro anos e meio, como Secretário de Cultura, e pude ver e sentir como o HOMEM Plácido era mesmo de boa têmpera e dignidade sem jaça. O mister de Secretário da Pasta que me tocou, por indicação exclusivamente sua e não para atender a naturais composições políticas ensejou que eu estivesse perto dele quase toda hora. Nunca me insinuou, ao menos, qualquer ato que eu devesse praticar, tal a confiança recíproca que ajuntava as nossas almas amigas. Como chefe de família, de quantos filhos!, deu exemplo de amor e cuidado no criá-los e educá-los condignamente. Com a sua dona Netinha, tão meiga e solícita, a formação e guia da prole numerosa só podia resultar no que resultou: uma família de bem, coesa, religiosa e feliz, que hoje chora, como eu choro, os amigos choram com a morte tão sentida pelo Ceará que o conheceu. Bem-aventurados os que souberam e puderam viver como viveu Plácido Castelo. O Plácido HOMEM.

(Correio do Ceará 16.01.81).

MATOS PEREIRA

Eurípedes Chaves Júnior, auspiciosa revelação da crítica literária em nosso Estado, escreveu no **Correio do Ceará**, edição de 8 deste mês, judiciosas considerações sob o título "Um Estudioso da Literatura Cearense."

É este o Acadêmico Otacílio (dos Santos) Colares, que, para o autor do trabalho, "se destaca de seus pares (cita Dolor Barreira, Braga Montenegro e Sânzio de Azevedo) na medida em que a sua aptidão crítica se coaduna com o espírito da pesquisa histórica, dando aos seus ensaios um sentido muito mais global e abrangente". E acrescenta: "Analisando na sua linguagem clara e isenta de preciosismos terminológicos os nossos poetas e prosadores, o autor de **Lembrados e Esquecidos** (5 volumes) e de **Incursões Literárias**, está escrevendo páginas (que já somam 1.142) imperecíveis de ensaísta literário e incalculavelmente valiosas para a preservação da cultura mental do Ceará".

Julgo plenamente aceitável essa opinião, e no último volume (o 5.º saído) Otacílio, entre outros, estuda o poeta Matos Pereira, ou mais precisamente José Justo de Matos Pereira. Mas o faz encarando o poeta sob o aspecto de seu "orientalismo", assunto que desenvolve largamente e com erudita precisão.

Isso a propósito do livro de Matos Pereira, tradução do **Rubáyát** do persa Omar Khayya'm, que viveu no século XI, coisa assim fora do comum, o que levou o bispo escritor Dom Aquino Correia a manifestar ao poeta tradutor: "Fiquei bem impressionado com a sua prosa e verso, que revelam correção vernácula e não poucas elegâncias, deixando, ao mesmo passo entrever a erudição do escritor. É por isso que lamentei tivesse empregado o seu belo talento na propaganda dum poeta estranho, cuja vida e obra nada pode edificar os nossos compatriotas, especialmente a juventude poeta que de tudo duvida, cantor do vinho, das rosas e das melhores coisas sobre as quais a moral evangélica já disse a última palavra, O senhor,

com os seus dotes intelectuais e com sua inspiração cristã, pode produzir uma literatura original, muito superior à do velho Omar, muito mais útil à nossa terra, à nossa gente". Tal censura ou advertência é feita em carta ao autor, que não a publicou (datada de 22 de fevereiro de 1956).

Muita franqueza e ao mesmo tempo desconhecimento do quanto Matos Pereira produzira e produziu além da tradução recriminada, mostrando em cada produção sua a beleza de uma inteligência límpida e a versatilidade de seus talentos no domínio da Poesia.

Otacílio responderá: "Conhecedor dos segredos dessa arte, que tem o condão da transcender das condições de circunstâncias sociais, econômicas, ou seja, espaço/tempo, o maranhense-cearense Matos Pereira dominou a expressividade poética em duas de suas formas preferenciais mais populares mundialmente, porque mais comunicativamente conceituosas — o soneto e a quadra, de ambos os meios havendo deixado coletâneas valiosas, infelizmente inéditas, até agora, e que merecem publicidades." E enumera: "Poemas que ninguém quis", integrado de 52 sonetos, e "Trovas de todos os tempos", constituído de 138 quadras.

Deixou, também inéditos: **O Rubayat que Omar não escreveu** (1951), com sugestivo prefácio do poeta a mestre de Direito Beni Carvalho, bem como uma coleção ou miscelânea de sonetos satíricos, terrivelmente irônicos, publicados com o pseudônimo de **Chibata**, no jornal **O Democrata**, cujo primeiro número circulou em 5 de agosto de 1945 e foi fundado pelo chefe político e notável criminalista, Prof. Olavo Oliveira, dirigente do Partido Social Progressista no Ceará (Esta folha, posteriormente, passou a ser o órgão publicitário do Partido Comunista no Ceará).

O Democrata fazia desabrida oposição ao governo do Dr. Menezes Pimentel e não houve nenhum dos seus secretários e auxiliares mais diretos que não recebesse as "chibatadas" do terrível versejador. Olavo Oliveira, de seu próprio punho, deixou registrado no rosto dessa coletânea: "Chibata, soube ser um gênio poético e rei da sátira, é um grande patriota. A

musa privilegiada de Castro Alves esteve ao serviço social da redenção dos escravos. A de Chibata — que tem igual inspiração e doçura de acordes — é o veículo da liberdade do Ceará, sereno, mordaz e justo, ferindo de morte o governo que infelicitava o nosso Estado. Olavo Oliveira”.

Esses versos ferro-em-brasa, começaram a ser publicados no dia 12 de agosto e vão, diariamente, até 4 de novembro do citado ano de 1945, época em que o Prof. Meneses Pimentel se afastou do governo. Cada soneto ou outro tipo de verso era acompanhado duma pequena trova, e a derradeira tem esse conteúdo — “Inté” (Uma espécie de adeus!).

Tudo devora o tempo, inclusive os ídolos e os homens. Todos aqueles que mediam pancadas mútuas, não raro ferozes, já a morte os levou, inclusive o Chibata, e, portanto, não há razão para reeditar as estrofes chibateanas. Mas fica, bem gravado, o poder de troça do poeta, que, ao lado disso era um romântico, um homem de coração e de sonhos.

Nasceu em São Luís do Maranhão, no dia 28 de maio de 1898, filho de Antonio Silvestre de Matos Pereira e Ana Brígido de Matos Pereira, abastados fazendeiros maranhenses. Ali, estudou as letras primárias e foi mandado pelos pais, muito criança, a cursar o ginásio no Instituto São José, de Guaramiranga, Ceará, dirigido pelo admirável professor e educador Júlio Holanda. Aos dezesseis anos de idade, encaminharam-no para Londres, a fim de aprimorar os conhecimentos, o que vitoriosamente obteve, sem contudo atingir a diplomação oficial superior. Andou pela França, Bélgica, Holanda, Portugal, observando e instruindo-se. Durante mais de vinte anos morou na Gran Bretanha, onde se casou com uma escocesa, que de logo faleceu. Contraiu novas núpcias com Gladys Mary, com a qual voltou para o Brasil, vindo fixar-se no Ceará, onde já residia, viúva, sua querida mãe. Em 21 de maio de 1944, morre a segunda mulher e em 24 de novembro casa-se com a distinta professora pública — Zilma Moraes Barros. Dos dois primeiros matrimônios não houve filhos, porém do último resultaram três: Antônio José, nascido em 7 de setembro de 1951; Afonso Henrique, nascido em 9 de outubro de

1952; e Ana Dolores, que é casada com Celzir Brasil Girão, construtor e chefe da empresa Zicar, desta capital.

A esta dedicou este carinho de soneto:

“Ana Dolores (Cahunguinha)

Para Emídio e Altamir Oquendo

Bonequinha de carne, carne minha
E da fiel e doce companheira;
Senta-se, ri, e é tão engraçadinha
Brincando com os patinhos na banheira...

Tem dois dentinhos já; é alva, gordinha,
Olhos vivos, linda cabeleira;
Para os irmãos, é a “Cahunguinha”
Mas, oh, que calunguinha tão faceira!

Talvez não seja bela, e talvez seja,
Mas para mim em todo este universo
Só ela tem tudo que o pai deseja...

E quando na tristeza me acho imerso,
É a inspiração que sobre mim adeja
Com a chave de ouro que me fecha o verso.”

No Ceará, integrando-se mais ainda nele, desde os tempos do menino do colégio de Guaramiranga, Matos Pereira, conhecedor profundo do inglês e da literatura inglesa, foi professor do Colégio Militar do Ceará e depois do Colégio Floriano, assim como do particular Colégio São João, que foi a vida e a ocupação espiritual do Prof. Odilon Braveza. Serviu no escritório comercial da conhecida firma J. Lopes & Cia. hoje desaparecida.

Em 9 de janeiro de 1946, pelo Decreto-lei n. 1565, o Interventor Beni Carvalho extinguiu o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), criação do chamado Estado

Novo de 1937 e, criou o Serviço de Cultura, Divulgação e Diversões Populares, nomeando para dirigi-lo o Prof. José Justo de Matos Pereira, o qual, entre outros, contou com a colaboração de Gastão Justa e Aluizio Medeiros, intelectuais da mais alta valia literária, e do bacharel Agamenon Frota Leitão, presidente da Federação Cearense de Atores Teatrais e advogado. Instalado no último andar do prédio da Polícia Central, no qual funcionou o Serviço e no qual, também se achava instalado o Conselho Penitenciário do Ceará, de que eu era presidente.

Foi aí que o conheci, sempre aprumado, cavalheiro, ouvindo mais do que dizendo, todo dedicado à sua função. Decidia tudo com acerto e amenidade de ação. A uma pergunta, em entrevista jornalística, feita por Aluizio Medeiros, se “ser ou não ser, será a mesma coisa”, respondeu: Se é. A indecisão é o germe do fracasso”. A esta outra indagação — “Como e onde gostaria de viver?, deu a resposta: “Aqui mesmo no Brasil, com minha esposa e meus filhos”. E ainda esta: “Tem saudade da aurora de sua vida?; disse de pronto — “Sim e muita. Só desejaria que meus filhos a tivessem tão feliz como foi a minha”.

E não esqueceria a Inglaterra: “Tem saudade da Inglaterra? — Muita. Foi lá que passei a minha mocidade e aprendi a ser homem.”

Era, na realidade, um espiritual, com os pés no terreno. A sua poesia, quase todo ele, não o privava de olhar as coisas na verdade. Preparava uma *Antologia Poética Mundial*, com farto material já colhido, mas a morte não permitiu concluir-se. Dava-se à Filatelia e ao hobby de colher, juntando-os um rico álbum, autógrafos de altas personalidades internacionais e nacionais.

Vítima de longa e tenaz doença, faleceu em 15 de maio de 1957. “Morreu como sempre viveu: silencioso, isolado do mundo, no seu lar — é de João Clímaco Bezerra. Estou a ver o seu vulto com o andar medido, vagaroso, riso meio sarcástico. Afinal, o que é a vida? A mais cruel e triste das interrogações. Até os poetas que vivem como pássaros, sem nada de-

sejar, nem pensar nas coisas materiais que fascinam e que doem, um dia partem. E deixam apenas uma lembrança que logo se apaga. Como um poeta viveu Matos Pereira. E como poeta morreu, fiel ao velho verso de Alvares de Azevedo — “Foi poeta, sonhou e amou a vida...”

O poeta morre, mas a sua Poesia fica. O que nos cabe a todos é não deixá-la entre os “esquecidos”, sem a leitura nas páginas dos livros na verdade livros. A família guarda-a como relíquia, porém quem deve guardar, perpetuando-as, é a Literatura Cearense.

(O Povo, de 26 de julho de 1981)

O MOTO-CONTÍNUO DO MANUELITO

Por definição léxica o moto-contínuo é o suposto movimento que se continua indefinidamente, sem intervenção de energia.

Só os seres vivos o têm e param com a morte. Na Mecânica é uma eterna ilusão, tanto se tem procurado obtê-lo, sem qualquer resultado. Só alimentada, dessa ou daquela forma, a máquina trabalha. Mas o escritor Manuel Eduardo Pinheiro Campos — o nosso Manuelito — parece ter conseguido isso. No tocante à sua máquina de produção intelectual. Espanta como produz tanto e em quantos terrenos diversos — no conto, por onde começou com *Águas Mortas* (1943), no teatro, que dominou vitoriosamente como o maior dos nossos teatrólogos (4.º ano de teatro), no folclore, onde também se reputou com a publicação de livros de indiscutível merecimento, e no ensaio. Como jornalista de todos os dias e radiologista de todas as horas a sua vida há sido uma constante, e, ainda, por cima de tudo é agricultor e industrial. Agora é o Secretário de Cultura do Estado. Puxa! E é moço, com seus cinqüenta e tantos anos de nascimento, naquela simpática vila de Guaiúba, do vizinho paredes-meias Município de Pacatuba.

Livros sem conta, e bons. Ou melhor — ótimos, de conteúdo sério, sejam os de ficção, sejam os de pesquisas, que são os mais trabalhosos de preparar. Com eles, na linguagem do multi-coisa Fernando Pessoa, ele deixou crescerem as flores que vêm do chão e deixou crescerem as ervas naturais. Sabe extrair do que vê, do que toca, do que sente, motivo para uma obra literária. Nasceu com esse dom, e a maioria nasce sem ele: muitos fazem livros só para verem nas páginas impressas as ingenuidades ou tolices que lhes vêm ao nariz. Dá-se isso comigo, porém, de teimoso, comecei e continuo colocando em páginas desse tipo o que o meu pobre cérebro pensa ou concebe. Ainda que os leitores — se os tenho — não gostem.

O derradeiro volume do Manuelito prolífero (**literariamente**) tem, como dizia o saudoso Gomes de Matos, o nome de valsa do Piauí: longo, quase tomando o fôlego: **Procedimentos de Legislação Provincial do Ecúmeno Rural e Urbano do Ceará**. E pelos assuntos que encara, só podia ser deste tamanho o título da bem feita brochura, saída da Imprensa Oficial do Ceará — IOCE.

A obra não tem seqüência de matéria. No entanto, cada capítulo é um gosto para se ler e aprender. Tudo obedecendo à espontaneidade, tornando conhecidas coisinhas que, na realidade, são coisonas para dar-nos melhores notícias da vida corriqueira e pacata das pequenas povoações que se vieram formando, cada qual com a sua especialidade, porém todas quase com os mesmos procedimento humano, vivendo a vida que Deus lhes deu, apresentando aspectos mais que interessantes do modo como a gente do sertão, desde os primeiros dias do povoamento do Ceará, agia, realizava, obedecia, desobedecia, trabalhava ou não se dava a este incômodo, dormia, acordava, amava, odiava.

O estudo que o Autor apresenta das regras, normas, proibições, permissões, orientações dadas pelas **posturas municipais**, às vezes, para o tempo, códigos de verdadeira sabedoria, revela bem a qualidade dos procedimentos do ecúmeno rural e urbano.

Não fez história, mas fez para a história. **Historiou** ou melhor, pôs em evidência aquilo que a história, olhando mais por cima, não registrou. A bem dizer, o que o livro e pode ser dito como tendo caráter de pura sociologia.

Sabe-se, com a leitura de **Procedimentos etc** como se preservavam as árvores, as águas, as terras, como se defendiam da matança indiscriminada os peixes e os animais se extinguíam os daninhos. Como se exterminavam as terríveis formigas e se zelava pelos gados, pelas pastagens, pela saúde geral. Como se pagavam os impostos ou não os pagavam sonhando, como se processava a caridade e se procurava dar às pessoas mais tranquilidade e segurança, mais bem-estar.

"I can tell you strange news", palavras de Shakespeare que o Autor invoca, para justificar-se do fato de estar relatando novidades, direi ingênuas, menores, e no entanto fotografando a marcha do homem do sertão no seu afanoso caminho até hoje. "Trabalho modesto — adverte — sem dúvida alguma, porém animado do propósito sincero de contribuir com esclarecimentos abeberados a fontes fidedignas, que de outra maneira, obrigar-se-iam os estudiosos de tão variada e dispersa matéria a manuseio (cansativo) de múltiplos documentos, principalmente Relatórios de Presidentes de Província, nem sempre disponíveis ou identificados de maneira mais fácil".

A obra merece ser lida, e relida, pelos que, mais acentuadamente, se dedicam a construir a verdadeira História do Ceará, completa, exata, minudente, não fantasiosa, instrutiva e útil. Não se trata de um artesanato de pouco preço, e sim de cuidadosa feitura, o que afirmaria, fazendo justiça, quem se der ao prazer — sim, ao prazer de saber muita coisa que ignorava.

A "valsa do Piauí" é, de fato, uma vitória a mais na extensa lista dos triunfos intelectuais do Manuelito. A bibliografia, muito rica, prova quanto lhe custou realizar este mimo com que se regala o Ceará cultural. Consultou autores, publicações oficiais, leis, jornais, revistas e documentos inéditos que se guardam, esperando por outros Manuelitos, nos arquivos da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, com paciência, tino de pesquisa e vontade de não parar. Um tipo de moto-contínuo.

(O Povo, de 02 de agosto de 1981)

PEDRO FERREIRA

Com Assis ou sem Assis, o que a gente conhece é o **Pedro Ferreira**, lá da Ibiapaba.

Nasceu, ou como diz ele no seu estilo um tanto empolado, diríamos — um estilo **pedroferreirano**, viu “a luz do rei das luzes, pela primeira vez em 4 de outubro do ano da graça de 1881”.

Vai fazer cem anos daqui a pouco mais de um mês e o seu centenário de nascimento será comemorado com a força do merecimento do que ele representou e pôde realizar.

Aquela “luz do rei das luzes” é o sol ameno da antiga povoação de Baiapina, hoje cidade de Ibiapina, no alto da montanha Serra Grande, cheia de aspectos e belezas naturais deslumbrantes e celeiro de grandes homens que se fizeram astro de primeiro tamanho no céu da Cultura, das armas, dos negócios, da política, do clero do Brasil: Beviláqua, Farias Brito, General Tibúrcio, Bezerril, Fontenele, Magalhães Junior, Kiappe da Costa, Pe. Assis Memória, Desembargador e filólogo Joarez Bezerra de Menezes...

A nossa maior cordilheira é, afinal, o berço doloroso da nossa história do Ceará, quando ali, pioneiramente, demorou Pero Coelho, em 1603, lutando bravamente com os índios tabajaras aliados a franceses intrusos e vendo caírem mortos muitos dos melhores soldados. E, depois, a tentativa dos filhos de Santo Inácio, os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, numa futura missão de fé apostólica, morto pelos selvagens irados o primeiro, enterrado o corpo no chão daquelas alturas, e fugindo o outro para escapar do sacrifício. Muito mais tarde vieram as missões jesuíticas e numa delas o grande Padre Vieira, tentando impor a Religião de Cristo aos broncos silvícolas de Tupã.

É dessa Ibiapaba que Pedro Ferreira fez o grande motivo da sua existência, desde quando trabalhou no cabo da enxada, que, segundo ele, “em vez de ir para a frente, só puxava desgraçadamente para trás”. Mas para a frente viria ele, com a

sua coragem o seu bom senso, o seu equilíbrio de ação até ficar afortunado ao aconchego de sua família de doze filhos, dos quais estão vivos dez.

De tanto querer à Grande Serra, puro autodidata, Pedro Ferreira, com Assis ou não, aprendeu muita coisa, observou muitos fatos que aos poucos ia passando para os seus livros, numa bibliografia alentada, apreciando assuntos variados.

Era homem de convicção. Política, social e religiosa e soube, pôde oferecer o melhor exemplo de uma vida útil, que chegou aos 93 anos, com a graça de Deus.

“Creio em Deus, a quem adoro e tributo louvores imperecíveis. Sou, assim, deísta como toda criatura moral. Também creio — como São Tomé — no que vejo. Sou adepto do cristianismo porque só ele — consoante dizer de Pascal — é capaz de satisfazer a nossa natureza” — deixou escrito no seu **Minha Biografia**, de interessante leitura.

Respeitado, admirado do seu povo foi Prefeito várias vezes de sua gleba-berço. Vale isto argumento irrespondível de seu trabalho em favor dos seus conterrâneos e bem mostra como, fazendo-se por si, sem frequentar escolas, consegue o homem de bom ânimo e fortes disposições fazer-se uma espécie de Padrão, paradigma de honradez e amor da sua terra e da sua gente. Amava estudar uma e outra, a geografia da região serrana e o espírito das pessoas que ali habitam e trabalham. A Grande Serra para ele não tinha segredos.

Chamavam-lhe, com razão, “Palmeira da Ibiapaba”, tal a verticalidade, a altura moral e mental da sua personalidade um tanto **sui generes**, sempre alegre, palrador, cativando com as suas **prosas**, no que era fértil. No seu prefácio a **Coisas que Existem (em nós e além de nós)**, livro de curiosidades e relatos às vezes até ingênuos, dele afirmou F. Alves de Andrade, este, depois que Pompeu Sobrinho morreu, tido, e com acerto, o novo Mestre do Nordeste: “De fé e esperança são também as idéias que comunica e escreve com entusiasmo e alegria. Aos que dele discordarem, restará o sabor folclórico das narrativas curiosas de um homem honesto, com muita

vivência dos acontecimentos e das coisas. Como todos os escritos que tem publicado, este trabalho do venerando autor constitui autêntico documentário do tempo e circunstâncias em que ele procurou desenvolver as suas atividades mentais.”

Conheci-o pessoalmente e com ele conversei mais duma vez, vendo naquele homem alto e magro e de coração sempre a falar, um tipo inconfundível irradiando simpatia e autenticidade e sempre entusiasta e vaidoso do seu **serranismo** ibiapabano. No seu aludido **Minha Biografia** ele como que se retratou, fielmente: “Faz parte do meu **modus vivendi** ter uma vida simples, muito simples, afastado da egolatria, pensar sem mal pensar, para bem viver, ter diariamente uma alegria de otimismo no rosto, ser conformado, não ter um **minimum** de maledicência e não me arrelhar por pouca coisa, motivo por que me sinto um pouquinho feliz, especialmente tendo um bocado de saúde e tranquilidade de espírito.”

Essa tranquilidade feliz, além de intrínseca do seu temperamento, vinha muito, em grande parte, da ventura de ver os filhos sadios, bons, bem encaminhados na vida, sempre ao calor de seus afetos, embora distantes no labor de cada qual, Oito mulheres bem intelectualizadas de delicadas prendas e dois varões — Dr. Durval Ferreira, funcionário federal e jornalista, e esse Ferreirinha tão estimado — o Desembargador do nosso Tribunal de Justiça, José Ferreira de Assis, pequeno de porte, sorriso aos lábios, cavalheiro nas atitudes, que bem encarna as virtudes paternas.

Fiquei contente — digo-o com sinceridade — quando me informaram que por ocasião do 1.º centenário de seu nascimento a 4 de outubro vindouro, a cidade de Ibiapina vai homenagear a sua memória com a ereção de um bronze na praça pública. Com isto a sua personalidade se honra, mas quem mais se honra é a sua querida terra natal, sabendo gravar na eternidade dos monumentos aquele que tão profundamente a amou e serviu. O bronze conduzirá através dos tempos a notícia de quem foi a Palmeira da Ibiapaba.

(O Povo, de 20 de setembro de 1981)

O PLUTARQUIANO WEYNE

O dia 11 de novembro deste ano de 1981 marca o primeiro centenário do nascimento de Alvaro Nunes Weyne, o Alvaro Weyne conhecido e respeitado de toda a cidade. Por onde passasse, evidenciava-se esse respeito.

Nasceu nesta Capital, e brincou a meninice na então vila de Arronches, hoje Parangaba, tendo por "quartel general" de suas peraltices o sítio Praia Grande de sua família situado no lado Poente da lagoa que José de Alencar, numa bela ficção, batizou de Lagoa da Beleza, porque em suas águas límpidas é que as índias iam banhar os filhos recém-nascidos, para que crescessem bonitos.

O pai — Alfredo da Costa Weyne, foi homem da melhor estirpe, honradez e projeção intelectual naquela vila tradicional. Militar, participou das lutas contra o ditador Solano Lopez e de lá voltou com o posto de Tenente e um filho natural que sempre amou e que se revelou robusto poeta — o moço Fernando Weyne. Batalhou na campanha antiescra-
vagista e por isso sofreu o castigo de uma remoção para o longínquo forte de Macapá, fonte de doenças a que muitos dos ali degredados não escaparam. De lá veio atacado de grave enfermidade e, já capitão, reformou-se no posto de major, indo morar naquela mansão da Praia Grande avoenga.

Criada em 1889 a Escola Militar do Ceará, serviu a esta, enquanto duraram as suas aulas, em 1897, ocupando o lugar de Secretário. Mais tarde o Batalhão de Segurança do Estado esteve sob o seu comando, ele no posto de Tenente-coronel, mas a farda não lhe era obstáculo para que se afinasse às atividades culturais, e pendeu para a dramaturgia. Muitas peças preparou, chistosas e, com os filhos e filhas, ainda adolescentes, ajudados por outros amigos como atores, levava-as à cena, sempre com grande sucesso, no teatrinho Melpômenes Porangabense.

De lá, da Praia Grande vinha, de trem, diariamente, para a Capital e com ele os filhos Alvaro (Ioiô) e Alfredo (Senhor),

estes a estudarem no Ginásio Cearense, do afamado mestre-escola Anacleto Pereira da Costa Queirós e depois no Instituto de Humanidades, do Pe. Vicente Salazar da Cunha e Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos.

Alfredo entrou para a Polícia Militar e fez carreira, formando-se já mais idoso em Direito e em Agronomia. Alvaro inclinava-se para o Comércio, terreno que soube lavrar e bem lavrar, com os predicados da sua operosidade e da sua correção pessoal. Tornou-se um líder. A sua agência comercial de representações logrou a confiança plena dos clientes, aqui e noutras praças fora do Estado, do Recife ao Pará, que visitava habitualmente.

Homem sério, honesto, persistente no seu mister, era dotado de fino humor, sempre a gracejar, a contar anedotas que não desciam ao fecenimo. Álvaro Weyne conquistou as simpatias gerais de quantos o conheciam ou com ele primavam. Com Rui Guedis e Oscar Araripe fundou o jornalzinho crítico — **O Diabo a 4**, “publicado no Inferno, a começar de 7 de setembro de 1922, tendo como diretor Dr. Capiroto e dizendo-se impresso em máquinas movidas pelas caldeiras de Pedro Botelho”. Marcou época a folha endiabrada, mexendo com tudo e com todos, sem todavia baixar para a indecência ou o baixo calão. A sociedade fotalezense ria com a leitura do “Diabo a 4”, e não era para menos...

No campo das atividades mercantis o Ioiô dominava e a sua firmeza de ações e o seu cavalheirismo o levaram a presidir a Associação Comercial do Ceará, ao Sindicato dos Agentes Comerciais do Ceará, por ele fundado, e à Facic (Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará), dirigindo todos com o mais acertado e elogiado desempenho.

Era, igualmente, homem de sociedade, educado, afável, tendo-lhe cabido, por muito tempo, a presidência do Clube e dos Diários.

Em 1928, eleito Presidente do Estado o consagrado jurista José Carlos de Matos Peixoto, seu concunhado, pois as mulheres, D. Maria José e D. Violeta Rodrigues eram irmãs, filhas do destemeroso jornalista Tibúrcio Rodrigues, foi cha-

mado ao exercício do cargo de Prefeito Municipal de Fortaleza, e nele com a maior habilidade soube aplicar os seus dons de probidade, bom senso e dedicação ao trabalho, tendo realizado exemplar administração, conseguindo colocar a Prefeitura de Fortaleza no justo caminho de uma boa organização, de que muito então se ressentia. Ajardinou praças, arborizou grande parte da cidade, abriu ruas novas, e foi pena que tivesse este seu admirável esforço interrompido pela vitória da revolução de 1930, que retirou do Governo cearense o Dr. Matos Peixoto. Outra vez, embora por menos tempo, teve em suas mãos o guidom da Municipalidade da Capital, deixando as funções em virtude de, pela nova lei constitucional, ter sido eleito o Prefeito Dr. Raimundo de Alencar Araripe. O seu nome designa um dos melhores bairros da Cidade.

No tocante às coisas da crença, o seu pensamento não se prendeu às disciplinas das seitas religiosas. Fez-se espírita e no Espiritismo confortou-se e orientou a vida, sem alardes, mas agindo com a mais vera convicção, o que é uma virtude por demais excelsa. Também integrou a Maçonaria, com idêntica lealdade, e obediente a esses ditames da solidariedade humana, pregados por ambos, nele muito contribuiu silenciosamente para a realização de serviços e obras em benefício da pobreza, dessa pobreza que é imanente à história dos homens, sempre tendo havido riscos e carentes, mas que, agora esta servindo de slogan, num quase vedetismo, a quem, fora do que é justo e dos ensinamentos dos Evangelhos, quer transformar a miséria em motivo de confrontações pouco aceitáveis. Na Maçonaria era Grão-Mestre acatado.

Em 1933, quando eu dirigia os destinos da Prefeitura desta Cidade do Pajeú, recebi a incumbência de organizar, em nosso Estado, o primeiro clube de Rotary, e o meu trabalho, ingente, pois ninguém conhecia a admirável instituição de Paul Harris, consistiu, antes de tudo, na mobilização de elementos profissionais mais atuantes nos seus respectivos meios, que viessem somar-se a outros para o fim desejado. E nesse momento é que encontrei, entre alguns mais, a ajuda decisiva de Álvaro Weyne.

Ô seu vasto círculo de amigos, clientes e admiradores bem poderia ser por ele para tanto convocado, e ele solícito e maneiroso, na verdade obteve a adesão de vários, que, realmente, se ajustaram ao lema "Dar de si antes de pensar em si", que é uma regra superior do procedimento e atuação do homem de alma bem formada e desegoísta, servindo aos seus semelhantes animados do conceito "de quem mais se beneficia quem melhor serve". Não o benefício ou proveito material, e sim, o que se traduz na alegria de ser útil.

O Clube rotário de Fortaleza, como disse, o primeiro a formar-se em terra cearense, instalado em 7 de maio de 1934, sempre contou com a prestimosidade e o sadio humorismo de Alvaro Weyne, até que falecesse, em 4 de julho de 1963, aos 82 anos de idade. Morreu dormindo, o que parece ser esta a melhor das mortes.

O Rotary seria o elo de minha estima, grande estima, ao companheiro que tanto me auxiliou não só na formação do grupo como no conseqüente desenvolvimento dos objetivos deste. Foi aí que — eu já o conhecia mais ao ligeiro, admirando-o — foi aí que mais de perto pude medir e bem avaliar as qualidades humanas, morais e sociais daquele cujo 1.º Centenário de nascimento, Fortaleza ora relembra, e o faz na mais pura das justiças e certa de que traz, para as gerações novas, um inconcusso exemplo a seguir, no caminho agora pedregoso, que elas têm de percorrer. Queiram ou não queiram, a inspiração das idéias do passado há de constituir base indestrutível do presente e do futuro. E já foi dito que as idéias triunfam mais que as armas. A mocidade de hoje, que é a maturidade de amanhã, há de condicionar as suas conquistas não no desespero ou nas insatisfações desorientadas, e sim no exame calmo, sem despropósitos, do quanto ela é capaz de realizar, derrubando até montanhas, se exercitar bem a força enorme dos seus ideais e pensamentos sempre voltados para as luzes e formas das construções majestosas e belas.

(O Povo, de 8 de novembro de 1981).